



Stone Instituição de Pagamentos S.A.

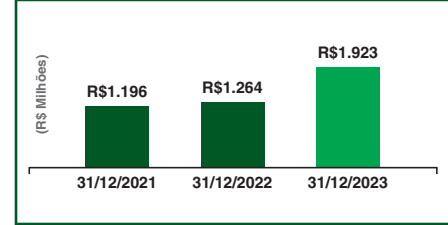
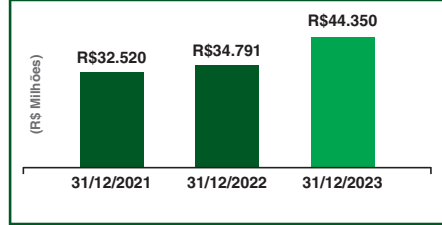
CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Instituição de Pagamento" ou "Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **Mensagem da Administração:** Nosso negócio demonstrou forte crescimento no primeiro semestre de 2023, em conjunto com evolução positiva da rentabilidade. Nosso TPV transacionado atingiu R\$ 408,3 bilhões no ano crescendo 11,2% comparado ao mesmo período do ano anterior, com volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs (incluindo offline e online) crescendo 20,8% no mesmo período. No segundo semestre de 2023, nosso TPV transacionado atingiu R\$ 217,4 bilhões, 12,4% acima do mesmo período do ano anterior, com volume transacionado no segmento de MPMEs de R\$ 188,0 bilhões, 20,0% maior comparado ao segundo semestre de 2022, acima do crescimento de 9,6% registrado pela indústria de pagamentos no mesmo período, de acordo com os dados de volume reportados pela ABECIS. Além disso, atingimos 3,52 milhões de clientes ativos em pagamentos, dos quais 3,47 milhões são representados por clientes do nosso core, com adições líquidas positivas em todos os tiers. O TPV médio por cliente decresceu em relação ao ano anterior dado o crescimento acelerado do segmento de microempreendedores, que possui um TPV médio inferior comparado ao TPV médio dos clientes que usam as soluções da Stone Instituição de Pagamento e Pagarme PMEs. O engajamento dos clientes com nossas soluções continua aumentando consistentemente. O número de contas digitais ativas de banking atingiu 2,1 milhões, crescendo 202,6% comparado ao mesmo período do ano anterior principalmente pelo lançamento da nossa solução completa de banking para os clientes Ton em 2023. O saldo de depósitos atingiu R\$ 6,1 bilhões no segundo semestre de 2023 e a receita média por cliente ativo de banking "ARPA" atingiu R\$ 28,4 no quarto trimestre para o grupo StoneCo. Importante ressaltar que tais métricas tiveram suas evoluções impactadas pela mudança no mix da base de clientes de banking com o lançamento da "Super Conta Ton". Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossa estratégia, e continuar crescendo com evolução da margem. Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais. Nas seções a seguir, fornecemos

alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de ativos:** Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totalizaram R\$ 44.350 milhões, apresentando um aumento de 27,5% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 34.791 milhões.

de 2023. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.923 milhões, representando um aumento de R\$ 659 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.264 milhões.



Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos: **Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone Instituição de Pagamento refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 23.403 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 13,16% em relação ao saldo de R\$ 20.681 milhões em 31 de dezembro de 2022. **Depósitos no Banco Central:** O saldo de depósitos no Banco Central refere-se à exigência pela Resolução BCB nº 80/21, de 25 de março de 2021, de aplicar saldo de moeda eletrônica em depósitos em moeda eletrônica no BACEN. O saldo passou de R\$ 145 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 8.309 milhões em 31 de dezembro de 2023. **Disponibilidades:** O saldo de disponibilidades passou de R\$ 377 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 2.722 milhões em 31 de dezembro

Resultado: No exercício de 31 de dezembro de 2023, a Stone Instituição de Pagamento apresentou um lucro de R\$ 373 milhões. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 5.116 milhões, líquido de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 25,4% em relação ao total de R\$ 4.079 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** O aumento do resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários de R\$ 1.437 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 2.229 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, deve-se principalmente ao aumento e valorização de cotas subordinadas em fundos de investimentos em direitos creditórios. A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		40.990.711	31.273.428	Circulante		42.055.337	33.304.523
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.721.844	377.004	Depósitos e demais instrumentos financeiros		41.409.421	32.814.908
Disponibilidades		2.721.844	377.004	Depósitos de clientes	8	7.743.844	3.373.855
Instrumentos financeiros		37.860.160	30.605.208	Instrumentos financeiros derivativos	5,4	29	-
Títulos e valores mobiliários	5,2/5,3	6.117.603	9.711.065	Obrigações por empréstimos	17	1.380.110	1.785.967
Instrumentos financeiros derivativos	5,4	33	191	Contas a pagar a estabelecimentos	18	21.495.866	18.892.170
Contas a receber de emissores	6	23.321.400	19.510.489	Obrigações vinculadas a cessão	7	-	1.098.758
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	7	-	1.116.264	Outros passivos diversos	19,3	10.789.572	7.664.158
Depósitos no Banco Central	8	8.308.855	145.127	Outras obrigações		645.916	489.615
Rendas a receber	9	130.852	131.617	Obrigações sociais e estatutárias	19,1	236.140	159.113
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11	(56.465)	(51.821)	Provisão para pagamentos a efetuar	19,5	256.849	272.505
Outros ativos diversos	10,1	37.882	42.276	Impostos e contribuições a recolher	19,2	152.858	57.657
Outros créditos		408.707	291.216	Outros passivos diversos		69	340
Despesas antecipadas	12	189.965	162.544	Não circulante		371.630	223.007
Impostos e contribuições a compensar		87.509	36.420	Instrumentos financeiros		53.170	24.152
Imposto de renda a recuperar		81.523	38.061	Outros passivos diversos	19,3	53.170	24.152
Outros ativos diversos	10,2	50.710	44.091	Outras obrigações		318.460	198.855
Não circulante		3.359.213	3.517.962	Obrigações sociais e estatutárias	19,1	5.317	5.317
Realizável a longo prazo		658.192	896.708	Provisão para pagamentos a efetuar	19,5	21.621	24.795
Instrumentos financeiros		117.674	282.985	Obrigações fiscais diferidas	13,2	225.720	147.203
Contas a receber de emissores	6	81.597	54.334	Provisão para contingências	19,4	65.802	21.540
Rendas a receber	9	13.647	21.356	Patrimônio líquido		1.922.957	1.263.860
Outros ativos diversos	10,1	22.430	207.295	Capital social	20,1	1.069.445	869.445
Outros créditos		540.518	613.723	Reserva de capital	20,2	438.122	263.209
Despesas antecipadas	12	46.828	118.660	Reserva legal	20,3	68.603	49.969
Ativos fiscais diferidos	13,3	486.693	473.527	Reserva de lucros	20,4	465.449	199.895
Outros ativos diversos	10,2	6.997	21.536	Outros resultados abrangentes	20,6	(118.662)	(118.658)
Investimentos		1.793.356	1.705.792	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		44.349.924	34.791.390
Participações em coligadas e controladas		1.781.427	1.690.640				
Agio na aquisição de investimentos		11.929	15.152				
Imobilizado de uso		628.810	739.523				
Instalações, móveis e equipamentos de uso	15	1.398.542	1.360.151				
(-) Depreciação acumulada		(769.732)	(620.628)				
Intangível		278.855	175.939				
Ativos intangíveis	16	452.266	301.111				
(-) Amortização acumulada		(173.411)	(125.172)				
Total do Ativo		44.349.924	34.791.390				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em milhares de reais)				
	Nota	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do período		99.847	372.706	(223)
Outros resultados abrangentes		(2.081)	4	-
Itens que serão reclassificados para o resultado		(2.081)	4	-
Resultado líquido do período		97.766	372.710	(223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em milhares de reais)				
	Nota	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do período		99.847	372.706	(223)
Ajustes ao lucro líquido:		(669.943)	(1.378.889)	(875.098)
Depreciação e amortização	14/15/16	166.703	331.922	355.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13,1	16.642	65.351	(109.317)
Resultado de participação em controladas	14	129.686	(20.775)	(252.668)
Receitas financeiras, líquidas		(1.232.179)	(2.047.858)	(1.066.083)
Provisão para contingências	19,4	37.565	56.816	19.555
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	-	-
Provisão (reversão) para perdas operacionais	11,2	27.572	50.307	66.331
Perda na baixa e alienação de bens	26	(14.528)	(56.621)	(18.503)
Ajuste a valor justo de título e valores mobiliários e derivativos	30,1	125.862	104.997	80.609
Pagamento baseado em ações	20,2	72.547	136.785	50.768
Variáveis nos ativos e passivos		2.184.641	4.059.311	143.359
Títulos e valores mobiliários		513.043	2.028.616	(45.509)
Contas a receber de emissores		(3.620.405)	(643.726)	1.888.939
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		-	350.876	1.198.669
Rendas a receber		-	8.743	8.474
Outros créditos diversos		-	(4.033)	14.116
Despesas antecipadas		-	(589)	45.511
Contas a pagar a estabelecimentos		-	3.438.081	(451.253)
Obrigações sociais e estatutárias		-	147.955	77.026
Impostos e contribuições a recolher		-	181.843	190.802
Obrigações vinculadas a cessão		-	(323.222)	(1.098.758)
Dividendos a pagar		-	(88.518)	(88.518)
Outros passivos diversos		-	1.860.338	3.266.673
Juros pagos e cessão de recebíveis		-	(1.706.423)	(3.523.263)
Juros recebidos		-	1.442.890	3.054.949
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(15.938)	(20.007)
Caixa líquido das atividades operacionais		1.614.545	3.053.128	(731.953)
Aquisição de imobilizado	30,1	(120.447)	(314.483)	(257.525)
Valor recebido pela venda de imobilizado	30,1	(11.467)	7.318	53.394
Aquisição de ativos intangíveis	30,1	(122.291)	(206.786)	(109.824)
Aquisição de investimento		-	-	(15.367)
Aquisição de subsidiária		-	-	(743)
Redução (aumento) capital em subsidiária	14	(46.000)	(46.000)	1.419.600
Caixa líquido das atividades de investimento		(300.205)	(559.951)	1.089.535
Captação de empréstimos	17	1.346.666	4.144.887	3.499.986
Pagamento de empréstimos		(1.508.000)	(4.488.000)	(4.603.401)
Integralização de capital	20,1	-	200.000	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		(161.334)	(143.113)	(1.103.415)
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa		(582)	(5.224)	(3.617)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.152.424	2.344.840	(749.450)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.569.420	377.004	1.126.454
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	2.721.844	2.721.844	377.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Receitas operacionais	21	2.562.322	5.116.331	4.078.994
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		990.703	1.805.857	1.372.805
Receita líquida de aluguel de equipamentos		195.823	397.580	423.236
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		1.375.796	2.912.894	2.282.953
Resultado bruto da intermediação financeira		(408.057)	(1.245.692)	(1.575.916)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		1.330.431	2.228.920	1.436.646
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(15.811)	(14.094)	(4.688)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	22	(1.634.714)	(3.276.853)	(2.696.652)
Despesas com operações de empréstimos	17	(87.963)	(183.665)	(311.222)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.848.974)	(3.305.443)	(2.859.155)
Custo dos serviços prestados	23	(416.672)	(748.741)	(567.575)
Despesas de pessoal	24	(753.386)	(1.348.313)	(1.210.971)
Resultado operacional		305.291	565.196	(356.077)
Resultado de participação em controladas	14	(129.686)	20.775	252.668
Resultado não operacional	29	(9.020)	(42.377)	14.545
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		166.585	543.594	(88.864)
Imposto de renda e contribuição social	13	(66.738)	(132.421)	116.292
Imposto de renda e contribuição social correntes		(50.096)	(67.070)	6.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16.642)	(65.351)	109.317
Participações no lucro		-	(38.467)	(27.651)
Lucro líquido/(prejuízo) do período		99.847	372.706	(223)
Lucro líquido/(prejuízo) por ação (R\$)		0,28	1,05	(0,54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	195.212	49.969	200.118	(118.658)	-	1.196.086
Pagamento baseado em ações		-	50.768	-	-	-	-	50.768
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		-	17.229	-	-	-	-	17.229
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(223)	(223)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	(223)	223	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		869.445</						

Stone Instituição de Pagamentos S.A.									
	Saldo em 31/12/2021		Movimentação		Saldo em 31/12/2022				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	168.864		74.461		243.325				
Provisão para participações nos lucros	14.573		37.861		52.434				
Perdas em processo de documentação	8.613		27.964		36.577				
Agio dedutível	36.675		(12.224)		24.451				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12.501		4.397		16.898				
Provisão para pagamento baseado em ações	45.387		(31.703)		13.684				
Provisão para contingências	2.367		4.957		7.324				
Demais diferenças temporárias	35.115		43.711		78.834				
Ativos fiscais diferidos	324.095		149.424		473.527				
Reconhecimento de receita - FIDC (a)	(35.398)		(41.849)		(77.247)				
Demais diferenças temporárias	(71.373)		1.742		(69.956)				
Obrigações fiscais diferidas	(106.771)		(40.107)		(147.203)				
Impostos diferidos, líquidos	217.324		109.317		326.324				
(a) A Stone Instituição de Pagamento é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:									
Ano	Valor								
2024	216.350								
2025	140.488								
2026	79.926								
2027	42.480								
2028	3.514								
2029	3.935								
Total	486.693								
O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 388.518 (R\$ 339.999 em 31 de dezembro de 2022), descontados à taxa média de captação da Companhia.									
14 INVESTIMENTOS									
14.1 Políticas contábeis: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada. Agio: O agio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O agio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução ao valor recuperável.									
14.2 Movimentações									
	Participação societária								
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD	PDCA	Cartões	Agio sobre aquisição	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.521.033	139.845	504.415	1.195.169	-	18.769	3.379.231		
Aumento/ Redução de capital	40.000	150.000	400	(770.000)	-	(1.379.600)			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	(40.000)	-	-	-	-	(40.000)			
Venda PDCA	-	-	(518.407)	-	-	(518.407)			
Agio (a)	-	-	-	-	-	15.152	15.152		
Amortização de agio	-	-	-	-	-	(18.769)	(18.769)		
Equivalência patrimonial	140.768	(16.132)	39.418	89.083	(469)	252.668			
Reflexo de pagamento baseado em ações	3.793	9.030	178	4.155	73	17.229			
Distribuição de dividendos	(1.337)	-	(375)	-	-	(1.712)			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	864.257	132.743	693.636	-	4	15.152	1.705.792		
Aumento/ Integralização de capital	42.000	-	-	4.000	-	46.000			
Amortização de agio	-	-	-	-	-	(3.223)	(3.223)		
Equivalência patrimonial	31.119	(52.005)	42.633	-	(972)	20.775			
Reflexo de pagamento baseado em ações	22.404	15.262	203	-	259	38.128			
Distribuição de dividendos	(321)	(13.390)	(405)	-	-	(14.116)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	917.459	124.610	736.067	-	3.291	11.929	1.793.356		
(a) Em 30 de dezembro de 2022, foi realizado um aditivo no contrato de compra da Collocat Serviços Digitais S.A. pela Stone Instituição de Pagamento. No aditivo é contemplado o valor de R\$ 15.152 referente ao agio demonstrado.									
MNLT S.A. ("MNLT"): Em 22 de abril de 2016, a Stone Instituição de Pagamento adquiriu 100% do capital da MNLT, naquela data denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de solução de pagamento formada em 2012 como uma joint venture entre Elavon Inc., subsidiária da U.S. Bankcorp, e Citibank, subsidiária do Citigroup. A MNLT possuía autorização para operar com bandeiras de aceitação internacional como Visa, Mastercard, Diners e Discover. Além disso a MNLT também estava autorizada a operar as bandeiras de pagamentos de benefícios VR e Ticket. O montante pago pela aquisição de 100% da MNLT foi de R\$ 1,00 (um real). O patrimônio líquido negativo da MNLT na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um agio na aquisição do investimento. A MNLT obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Em AGE aprovada em 18 de maio de 2022, a MNLT reduziu capital em R\$ 150.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.174.655, sem o cancelamento de ações. Em AGE aprovada em 25 de julho de 2022, a MNLT reduziu capital em R\$ 650.000, passando a ter um capital social de R\$ 524.655, sem o cancelamento de ações. Em AGE aprovada em 06 de outubro de 2023 foi deliberada a realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, em série única, no valor total de R\$ 750.000. Em 07 de novembro de 2023 houve um aditamento, aumentando o valor total da emissão das debêntures para R\$ 1.000.000. As debêntures são outorgadas com garantia fidejussória, na forma de fiança, nos termos do artigo 822 da lei 10.406/22, pela Stone Instituição de Pagamentos e pela StoneCo. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da MNLT, é representado por 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais nominativas, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 524.653 totalmente subscrito e integralizado. Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me"): Em decorrência da incorporação da parcela residual da StoneCo Brasil, em 4 de dezembro de 2019, a Stone Instituição de Pagamento passou a ser detentora de 100% das ações ordinárias da Pagar.me, empresa constituída em julho de 2013, tendo como principal objeto a prestação de serviços de tecnologia em gestão de pagamento. Os valores dos dividendos a receber de R\$ 11.769 referentes ao exercício de 2021 (R\$ 9.181) e 2020 (R\$2.588), foram pagos em novembro de 2022 e agosto de 2022 respectivamente. Em AGE aprovada 16 de setembro de 2022, a Pagar.me aumentou capital em R\$ 40.000, passando a ter um capital social de R\$ 92.276. Em AGE aprovada 27 de dezembro de 2023, a Pagar.me aumentou capital em R\$ 42.000, passando a ter um capital social de R\$ 134.276. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Pagar.me, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 134.276, dividido em 122.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD"): Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, enquadrada no Segmento S5, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica. Em 22 de fevereiro de 2022 a Stone SCD recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de fevereiro de 2022, no valor total de R\$ 150.000, mediante a emissão de 150.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento na data da AGE. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Stone SCD, é representado por 651.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 651.000 totalmente subscrito e integralizado. PDCA S.A. ("PDCA"): A PDCA, constituída em 20 de agosto de 2019, empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamento e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"). Conforme contrato de compra e venda a Stone Instituição de Pagamento pagou o valor de R\$ 995.722 no mês de julho de 2021, com um complemento de R\$ 5.213 para as empresas vendedoras STNE Participações S.A. e StoneCo Ltd., totalizando um valor de R\$ 1.000.935. Em AGE aprovada 15 de agosto de 2022, a PDCA reduziu capital em R\$ 770.000, sem o cancelamento de ações, passando a ter um capital social de R\$ 247.888, representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Em 14 de setembro de 2022, a PDCA foi vendida pela Stone Instituição de Pagamento e passou a ser controlada pela Pagar.me. Em 30 de setembro de 2022, o capital social da PDCA, era representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 247.888. Em 18 de outubro de 2022 ocorreu a incorporação da PDCA pela Pagar.me, na qual o patrimônio líquido incorporado foi de R\$ 518.407. Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Cartões"): A Stone Cartões, anteriormente denominada como STN Benefícios S.A. foi constituída em 26 de agosto de 2019. Em maio de 2022 a controladora STNE Participações S.A., legítima proprietária de 999 ações ordinárias, representativas de 99,9% do capital social da Stone Cartões, vendeu a totalidade dessas ações para a Stone Instituição de Pagamento, por R\$ 1 totalmente pagas, tornando-a a nova controladora da Stone Cartões. Em AGE de 29 de agosto de 2022, a Stone Cartões aprovou o aumento de capital em R\$ 20.000, do qual foi integralizado R\$ 400 em 2022, passando a ter um capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 401 em 31 de dezembro de 2022. Em dezembro de 2023, foi integralizado mais R\$ 4.000 do total aprovado, totalizando um capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 4.401. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Stone Cartões, é representado por 20.001.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 20.001.									
15 IMOBILIZADO DE USO									
15.1 Políticas contábeis: Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: • Pin Pad e POS - 20%; • Máquinas e aparelhos e equipamentos - 20%; • Equipamentos de informática - 10% - 20%; • Móveis e utensílios - 10%; • Benfeitorias em propriedades de terceiros - 20% - 33%; • Instalações - 10%; • Equipamentos de telefonia - 20%; • Veículos-20%.									
15.2 Movimentações									
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023					
Pinpad e POS	1.202.974	209.400	(186.356)	1.226.018					
Máquinas e aparelhos e equipamentos	11.848	614	(37)	12.425					
Equipamentos de informática	69.025	12.042	(1.241)	79.826					
Móveis e utensílios	11.686	541	(406)	11.821					
Benfeitorias em propriedades de terceiros	24.081	223	-	24.304					
Instalações	3.795	-	-	3.795					
Equipamentos de telefonia	6.097	3.611	-	9.708					
Veículos	30.645	-	-	30.645					
Custo	1.360.151	226.431	(188.040)	1.398.542					
Pinpad e POS	(545.980)	(244.794)	119.031	(671.743)					
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(12.479)	(319)	3	(12.795)					
Equipamentos de informática	(36.774)	(13.170)	1.009	(48.935)					
Móveis e utensílios	(3.619)	(1.167)	166	(4.620)					
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(9.236)	(4.775)	-	(14.011)					
Instalações	(887)	(380)	-	(1.267)					
Equipamentos de telefonia	(5.695)	(1.641)	-	(7.336)					
Veículos	(5.958)	(3.067)	-	(9.025)					
Depreciação acumulada	(620.628)	(269.313)	120.209	(769.732)					
Imobilizado de uso	739.523	(42.882)	(67.831)	628.810					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Incorporação Collact	Saldo em 31/12/2022			
Pinpad e POS	1.098.563	279.781	(175.370)	-	-	1.202.974			
Máquinas e aparelhos e equipamentos	11.813	19	-	-	16	11.848			
Equipamentos de informática	66.417	2.597	(221)	-	232	69.025			
Móveis e utensílios	11.551	153	(18)	-	-	11.686			
Benfeitorias em propriedades de terceiros	24.060	78	(57)	-	-	24.081			
Instalações	3.795	-	-	-	-	3.795			
Equipamentos de telefonia	4.543	1.554	-	-	-	6.097			
Veículos	46.619	-	(15.974)	-	-	30.645			
Custo	1.267.361	284.182	(191.640)	-	248	1.360.151			

continua ...

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Incorporação Collact	Saldo em 31/12/2022
Pinpad e POS	(381.010)	(254.419)	89.449	-	-	(545.980)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(11.875)	(602)	-	-	(2)	(12.479)
Equipamentos de informática	(24.076)	(12.871)	197	17	(41)	(36.774)
Móveis e utensílios	(2.471)	(1.145)	13	(17)	-	(3.620)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(4.470)	(4.765)	-	-	-	(9.235)
Instalações	(507)	(380)	-	-	-	(887)
Equipamentos de telefonia	(4.166)	(1.529)	-	-	-	(5.695)
Veículos	(5.820)	(3.466)	3.328	-	-	(5.958)
Depreciação acumulada	(434.395)	(279.177)	92.987	-	(43)	(620.628)
Imobilizado de uso	832.966	5.005	(98.653)	-	205	739.523

16 INTANGÍVEL

16.1 Políticas contábeis: Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Software - 20%; • Licenças de uso de bandeiras - 20%; • Marcas e patentes - 5%. • Direito sobre contrato de representação - 33%. **16.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Software	294.691	206.786	(55.631)	445.846
Licenças de uso de bandeiras	5.674	-	-	5.674
Marcas e patentes	20	-	-	20
Direito sobre contrato de representação	726	-	-	726
Custo	301.111	206.786	(55.631)	452.266
Software	(118.786)	(59.368)	11.147	(167.007)
Licenças de uso de bandeiras	(5.657)	(17)	-	(5.674)
Marcas e patentes	(3)	(1)	-	(4)
Direito sobre contrato de representação	(726)	-	-	(726)
Amortização acumulada	(125.172)	(59.386)	11.147	(173.411)
Intangível	175.939	147.400	(44.484)	278.855
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Software	231.029	109.824	(46.162)	294.691
Licenças de uso de bandeiras	5.674	-	-	5.674
Marcas e patentes	20	-	-	20
Direito sobre contrato de representação	726	-	-	726
Custo	237.449	109.824	(46.162)	301.111
Software	(72.603)	(56.992)	10.809	(118.786)
Licenças de uso de bandeiras	(5.342)	(315)	-	(5.657)
Marcas e patentes	(2)	(1)	-	(3)
Direito sobre contrato de representação	(726)	-	-	(726)
Amortização acumulada	(78.673)	(57.308)	10.809	(125.172)
Intangível	158.776	52.516	(35.353)	175.939

	Saldo em 31/12/2022	Captações	Pagamentos	Varição Cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2023
Empréstimos em moeda nacional (a)	1.785.967	3.839.951	(4.481.138)	-	176.159	1.320.939
Empréstimos no exterior (b)	-	248.250	(253.271)	(4.326)	9.347	-
Obrigações com certificados de recebíveis (CRI) (c)	-	56.886	-	-	2.485	59.171
Total	1.785.967	4.144.887	(4.734.409)	(4.326)	187.991	1.380.110
Circulante	1.785.967	-	-	-	-	1.380.110
Não circulante	-	-	-	-	-	-
	Saldo em 31/12/2021	Captações	Pagamentos	Juros incorridos		

... continuação		Stone Instituição de Pagamentos S.A.	
19.4.3 Passivos contingentes classificados como perdas possíveis			
	31/12/2023	31/12/2022	
Cível	15.112	156.415	
Trabalhista	—	224.875	
Tributário	22.994	5.485	
	38.106	366.776	
<p>Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Stone Instituição de Pagamento é parte em ações judiciais de natureza não semelhante e recorrente, cíveis e tributárias, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Para os processos de natureza não semelhante ou recorrente, os valores das contingências classificadas como perdas possíveis são avaliados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as demandas judiciais envolvidas, considerando o estágio atual do processo judicial, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. Neste sentido, entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam às principais frentes de atuação da Companhia, quais sejam: (i) Adquirência, no montante de R\$ 14.192 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 61.141 em 31 de dezembro de 2022); (ii) Banking, no montante de R\$ 578 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 70.083 em 31 de dezembro de 2022), e (iii) Crédito, no montante de R\$ 152 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.654 em 31 de dezembro de 2022).</p> <p>Durante o final do exercício de 2023, a Companhia recebeu autos de infração emitidos por uma autoridade fiscal municipal relativos ao pagamento alegadamente insuficiente de impostos sobre serviços prestados. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado das ações é de R\$ 22.994. Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa do tribunal. Órgãos regulador: Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone Instituição de Pagamento. Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.</p>			
19.5 Provisão para pagamentos a efetuar			
	31/12/2023	31/12/2022	
Salários e encargos	151.675	141.397	
Mídia publicitária	28.500	29.214	
Captura Wireless	11.830	12.808	
Serviço de cloud	11.580	9.269	
Licenças de software	10.054	13.063	
Reparos e manutenções	9.514	16.842	
Honorários advocatícios	7.138	1.847	
Bandeiras	7.043	6.162	
Consultorias e assessoria	6.730	16.835	
Eventos	6.094	4.683	
Serviços de prevenção de fraude	4.225	817	
Aluguéis	2.790	2.309	
Frete	1.937	977	
Outros	19.300	41.077	
	278.470	297.300	
Circulante	256.849	272.505	
Não Circulante	21.621	24.795	
20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
20.1 Capital social: Em 02 de janeiro de 2023 a Stone Holding Instituições S.A. passou a ser a nova controladora direta da Companhia com a Conferência de Ações da DLP Capital LLC. Em 11 de julho de 2023 a Stone Instituição de Pagamento S.A. recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 31 de maio de 2023, no valor total de R\$ 200.000, mediante a emissão de 200.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Holding Instituições S.A. em junho de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.069.445, representado por 355.667.135 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R\$ 869.445 e 155.667.136 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022). Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. 20.2 Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Stone Instituição de Pagamento constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 174.913, totalizando R\$ 438.122 (R\$ 263.209 em 31 de dezembro de 2022), destinada para a remuneração baseada em ações (Nota 32). 20.3 Reserva legal: Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone Instituição de Pagamento constituiu reserva legal no montante de R\$ 18.634 em 31 de dezembro de 2023 (não constituído em 31 de dezembro de 2022 por conta do prejuízo do período), totalizando R\$ 68.603 (R\$ 49.969 em 31 de dezembro de 2022). 20.4 Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2023, a Stone Instituição de Pagamento constituiu reserva de lucros no montante de R\$ 265.554 (não constituído em 31 de dezembro de 2022 por conta do prejuízo do período), totalizando R\$ 465.449 (R\$ 199.895 em 31 de dezembro de 2022). 20.5 Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. O montante de dividendos que será distribuído para o período é de R\$ 88.518. 20.6 Outros resultados abrangentes: O montante total em 31 de dezembro de 2023 em outros resultados abrangentes é de R\$ (118.662) (R\$ (118.658) em 31 de dezembro de 2022).			
21 RECEITAS OPERACIONAIS			
	31/12/2023	31/12/2022	
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	2.040.210	1.546.245	
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(234.353)	(173.440)	
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	1.805.857	1.372.805	
Receita de aluguel de equipamentos	438.105	466.376	
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(40.525)	(43.140)	
Receita líquida de aluguel de equipamentos	397.580	423.236	
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	3.054.949	2.393.902	
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(142.055)	(110.949)	
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	2.912.894	2.282.953	
	5.116.331	4.078.994	
22 OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS			
	31/12/2023	31/12/2022	
Cessão definitiva	(3.194.449)	(2.460.715)	
Cessão com retenção de riscos e benefícios	(82.404)	(235.937)	
	(3.276.853)	(2.696.652)	
23 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
	31/12/2023	31/12/2022	
Processamento de dados	(279.890)	(251.768)	
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(118.511)	(60.394)	
Comunicações	(90.624)	(77.519)	
Transportes	(64.586)	(49.023)	
Insumos e materiais	(56.010)	(44.597)	
Reparos e manutenções	(43.739)	(34.157)	
Outros (a)	(95.381)	(50.117)	
	(748.741)	(567.575)	
(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem e etc.			
24 DESPESAS DE PESSOAL			
	31/12/2023	31/12/2022	
Salários e proventos	(714.364)	(762.779)	
Encargos sociais	(243.994)	(206.885)	
Benefícios	(222.896)	(167.314)	
Pagamento baseado em ação (Nota 32)	(154.435)	(66.943)	
Treinamentos	(12.624)	(7.050)	
	(1.348.313)	(1.210.971)	
25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2023	31/12/2022	
Publicidade, promoções e relações públicas	(148.994)	(112.577)	
Despesas tributárias (a)	(106.616)	(70.192)	
Serviços técnicos especializados	(85.241)	(82.349)	
Processamento de dados	(46.561)	(42.002)	
Viagens	(42.671)	(50.085)	
Aluguéis	(28.778)	(34.611)	
Eventos internos	(18.459)	(14.371)	
Despesas de seguros	(15.561)	(8.205)	
Transportes	(8.853)	(8.044)	
Comunicações	(7.677)	(8.777)	
Serviços do sistema financeiro	(5.403)	(3.522)	
Manutenção e conservação de bens	(2.841)	(3.024)	
Serviços de vigilância e segurança	(2.525)	(2.759)	
Outros	(17.262)	(7.289)	
	(537.442)	(447.807)	
(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.			
26 DESPESAS DE PROVISÕES			
	31/12/2023	31/12/2022	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 11)	(50.307)	(65.331)	
Reversão (provisão) para perdas operacionais	56.621	18.503	
Provisão para contingências (Nota 19.4)	(56.816)	(19.555)	
	(50.502)	(66.383)	
27 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
	31/12/2023	31/12/2022	
Recuperação de perdas operacionais	8.479	16.860	
Varição monetária ativa	7.493	7.718	
Varição cambial ativa	6.590	2.239	
Descontos obtidos	988	2.705	
Outros	214	—	
	23.764	29.522	
28 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
	31/12/2023	31/12/2022	
Despesas de comissões com parceiros	(203.827)	(46.433)	
Perdas operacionais	(97.043)	(185.623)	
Varição cambial passiva	(6.098)	—	
Varição monetária passiva	(865)	(1.222)	
Outras despesas operacionais	(4.454)	(7.195)	
	(312.287)	(240.473)	
29 RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente do custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi uma despesa de R\$ 42.377 (receita de R\$ 14.545 em 31 de dezembro de 2022).			
30 OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE FLUXOS DE CAIXAS			
	31/12/2023	31/12/2022	
30.1 Imobilizado e ativos intangíveis			
Adições de imobilizado (Nota 15.2)	(226.431)	(284.182)	
Pagamentos do ano anterior	(125.031)	(98.372)	
Compras não pagas no final do período	38.114	125.031	
Compras pré-pagas de POS	(1.135)	(2)	
Aquisição de imobilizado	(314.483)	(257.525)	
Adições de ativos intangíveis (Nota 16.2)	(206.786)	(109.824)	
Compras e desenvolvimento de ativos intangíveis	(206.786)	(109.824)	
Valor contábil líquido dos ativos alienados (Nota 15/ Nota 16)	112.315	134.003	
Perda na baixa e alienação de bens	(104.997)	(80.609)	
Valor recebido pela venda de imobilizado	7.318	53.394	
31 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			
As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.			
	31/12/2023	31/12/2022	
Ativos			
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	10.131	—	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	8.173	206.036	
Linx Sistemas (controlador final comum)	1.391	—	
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	1.117	—	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	304	—	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	163	—	
StoneCo Ltda. (controlador final)	47	47	
Linx S.A. (controlador final comum)	27	134	
Linx Pay S.A. (controlador final comum)	16	—	
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum)	4	1	
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	—	13	
Cappta S.A. (controlador final comum)	—	859	
	21.373	207.990	
Passivos			
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	13.390	—	
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	321	1.337	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	405	375	
Dividendos a receber (Nota 10)	14.116	1.712	
	31/12/2023	31/12/2022	
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(9.862.544)	(6.739.138)	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(680.000)	(670.052)	
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	(32.007)	(1.543)	
StoneCo Ltda. (controlador final)	(14.870)	—	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(2.574)	(918)	
Vitta Corretora de Seguros LTDA. (controlador final comum)	(1.409)	(1.452)	
Vitta Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(269)	(53)	
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (controlador final comum)	(70)	—	
Vitta Software SA (controlador final comum)	(42)	—	
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(20)	(63)	
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	(20)	—	
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(10)	—	
Obvio Brasil Software e Serviços S.A. (controlador final comum)	(10)	—	
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	—	(297)	
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	—	(16.740)	
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	—	(15.109)	
Stone Logística S.A. (controlador final comum)	—	(3.412)	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	—	(554)	
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	—	(515)	
Linx S.A. (controlador final comum)	—	(107)	
Equals S.A. (controlador final comum)	—	(82)	
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 19.3)	(10.593.845)	(7.450.035)	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(5.713.692)	(4.436.351)	
Cappta S.A. (controlador final comum)	—	(3.797)	
Contas a pagar a estabelecimentos	(5.713.692)	(4.440.148)	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(951.615)	(676.411)	
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	(191.164)	(15.311)	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(69.200)	(53.629)	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(43.786)	(16.606)	
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(43.628)	—	
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)	(30.162)	—	
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(35.862)	(15.391)	
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	(24.422)	(18.867)	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(21.583)	(4.282)	
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(20.054)	—	
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador final comum)	(12.951)	—	
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum)	(12.760)	(21.640)	
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(9.219)	(121)	
Linx S.A. (controlador final comum)	(7.497)	(6.348)	
DLPPar Participações S.A. (controlador final comum)	(4.242)	—	
Stef S.A. (controlador final comum)	(1.457)	—	
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	(2.297)	(1.060)	
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	(994)	(1.151)	
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(883)	—	
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(820)	—	
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(192)	—	
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração)	(188)	(12)	
Equals S.A. (controlador final comum)	—	(10.445)	
Cappta S.A. (controlador final comum)	—	(2.717)	
Depósitos	(1.484.976)	(843.991)	
Recursos	31/12/2023	31/12/2022	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	1.560.834	950.782	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	1.859	1.585	
Cappta S.A. (controlador final comum)	2	6	
Total	1.562.695	952.373	
	31/12/2023	31/12/2022	
Despesas			
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(161.339)	(104.268)	
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(113.261)	(13.258)	
Equals S.A. (controlador final comum)	(25.211)	(44.775)	
StoneCo Pagamentos UK Ltd. (controlador final comum)	(2.318)	(9.529)	
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	(1.607)	(261)	
Trinks Serviços de Internet S.A. (controlador final comum)	(1.180)	(728)	
Cappta S.A. (controlador final comum)	(716)	(658)	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(400)	—	
RH Software S.A. (pessoal chave da administração)	(287)	—	
APP Sistemas S.A. (pessoal chave da administração)	(134)	(45)	
VHSYS (controlador final comum)	—	(683)	
MAV Participações S.A. (controlador final comum)	—	(25)	
Total	(305.818)	(174.333)	

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. **Principais operações com partes relacionadas:** **Valores a receber de sociedades ligadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referem-se substancialmente a ratos de despesas com partes relacionadas. **Valores a pagar a sociedades ligadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Stone SCD e o FIDC Tapso, pagaram antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Instituição de Pagamento aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-roguou em seus direitos, se tornando os novos credores da Stone Instituição de Pagamento. **Contas a pagar a estabelecimentos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a maior parte do saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadiquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone Instituição de Pagamento sendo o principal veículo de adquirentia utilizado por ela. **Depósitos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação. **Recursos:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me. **Despesas:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante está composto substancialmente pela prestação de

... continuação	Stone Instituição de Pagamentos S.A.	
<p>de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de chargeback e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior, analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pela Companhia), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone Instituição de Pagamento tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados à Companhia são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos da Companhia são devidamente repassados aos usuários finais recebedores. • Demais riscos de crédito: a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pela área de Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de "agenda negativa" em que o volume de chargeback e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pela Companhia ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do chargeback. 33.4 Gerenciamento de capital: Desde 01 de julho de 2023 um novo arcabouço regulatório entrou em vigor trazendo aperfeiçoamentos no cálculo e na gestão de capital, além de instituir uma nova estrutura de segmentação dos conglomerados prudenciais (conforme Resolução BCB nº 197/22). Assim, foram introduzidas novas metodologias de cálculo dos ativos ponderados pelos riscos (em inglês, "RWA" – risk-weighted assets, conforme normativas específicas publicadas) e Patrimônio de Referência ("PR") (conforme Resolução BCB nº 199/22). Esse novo conjunto de regras publicado pelo BACEN segue os padrões internacionais dos acordos de Basileia. Adicionalmente, foram definidos requerimentos mínimos que entram em vigor, de forma escalonada, até 2025 (conforme Resolução BCB nº 200/22). Ainda, em cumprimento à Resolução BCB nº 265/22, a Companhia possui estrutura de gerenciamento de capital dedicada, independente e centralizada para todo o conglomerado prudencial, e que se reporta diretamente ao CRO do Grupo StoneCo. Esta estrutura é responsável por avaliar toda normativa publicada pelo BACEN referente à capital e garantir a adequação e a conformidade dos processos e sis-</p>	<p>temas utilizados pela Companhia. Além disso, há procedimentos e rotinas para assegurar o nível de capital adequado frente aos riscos atuais e, para isso, é realizado o cálculo e o reporte (regulatório e gerencial) mensal da posição de capital, onde o RWA e o PR do conglomerado são detalhados. Também é realizada a avaliação de capital frente aos riscos futuros, porém, neste caso, são realizadas projeções que estão alinhadas com os planos e objetivos estratégicos de médio e longo prazos. Assim, permite-se o adequado planejamento de ações que garantem a solvência, o cumprimento de limites regulatórios e, também, dos gerenciais definidos na RAS. 33.5 Risco operacional: é a possibilidade da ocorrência de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; d) práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação ("TI"); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamentos, conforme a Resolução BCB nº 265/22. 33.6 Risco cibernético: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que: • Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de TI ou a informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou • Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução BCB nº 85/21. 33.7 Política de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos: Com base na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da instituição, as empresas que compõem o conglomerado prudencial Stone reconhecem a existência dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos ("RSAC") e os consideram como componentes dos demais riscos gerenciados. Nesse contexto, implementamos sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, avaliar, mensurar, monitorar, reportar e mitigar os</p>	<p>possíveis efeitos decorrentes do Risco Social, Ambiental e Climático associados a seus produtos, serviços, atividades e processos. A Stone Instituição de Pagamento avalia e monitora o impacto do Risco Social, Ambiental e Climático em sua instituição de maneira proporcional à sua dimensão e modelo de negócio, seguindo os princípios da Relevância e Proporcionalidade. 33.8 Compliance: O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução BCB nº 65/21 e boas práticas de mercado. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço regulatório, às recomendações dos órgãos de supervisão, bem como aos normativos internos da Companhia por meio das atividades de compliance assessments. Ademais, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Instituição de Pagamento, nos termos da Circular nº 3.978/20 e alterações, além de zelar pela gestão do Código de Conduta e Ética da Instituição e prestar suporte e atendimento ao Canal de Denúncias disponível através de canais internos e externos amplamente divulgados pela organização. 33.9 Controles internos: A área de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e a integridade da informação, salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia, conforme diretrizes da Resolução BCB nº 260/22. As principais atividades da área de controles internos são: • Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para mitigar os eventos de riscos, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos; • Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de riscos novos ou anteriormente não identificados; • Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pela auditoria independente; e • Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados, de acordo com o requerido pela resolução nº 260/22.</p> <p>34 EVENTOS SUBSEQUENTES</p> <p>Em 05 de janeiro de 2024, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("SCFI"), uma instituição financeira que tem por objeto a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pela lei e regulamentos aplicáveis. A Stone Instituição de Pagamento será a detentora de 100% das ações ordinárias da SCFI.</p>
<p>A Diretoria</p>	<p>Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8</p>	
<p>À Diretoria da Stone Instituição de Pagamento S.A. São Paulo-SP</p>	<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p>	
<p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumrimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores: Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das</p>	<p>transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de contas a receber de emissões e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 23.402.997 mil e R\$ 1.805.857 mil, respectivamente, a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizou R\$ 397.580 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 2.912.894 mil. Em razão da relevância do processo de reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanço patrimonial e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos aos clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 6 e 21. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 6 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,</p>	<p>individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 27 de março de 2023.</p> <p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 034.519/O</p> <p>Wanderley Fernandes de Carvalho Neto Contador CRC-SP 300.534/O</p>



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Facchini S.A.

CNPJ/MF nº 03.509.978/0001-71

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		2.187.156	1.180.691	Circulante		925.770	898.121
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.101.810	886.806	Empréstimos e financiamentos	12	78.370	112.390
Contas a receber de clientes	6	288.578	196.512	Arrendamento mercantil	13	4.725	9.286
Contas a receber partes relacionadas		-	286	Instrumentos financeiros derivativos		4.925	-
Estoques	7	724.113	710.449	Fornecedores		453.109	340.024
Impostos a recuperar	10	50.362	37.744	Contas a pagar - partes relacionadas	14	4.070	8.000
Outros ativos		22.293	14.959	Obrigações trabalhistas		74.916	60.592
Não circulante		1.048.396	875.427	Parcelamentos de tributos	15	4.070	3.904
Impostos a recuperar	10	15.917	15.027	Obrigações fiscais		26.649	61.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.690	5.058	Faturamento antecipado	16	106.724	137.246
Outros ativos		8.102	6.777	Adiantamentos de clientes	17	46.233	42.339
Intangível		37	-	Dividendos a pagar	14	45.141	53.375
Imobilizado	8	931.833	730.977	Arrendamento a pagar - terceiros	9	2.999	2.724
Ativos de direito de uso	9	89.817	117.588	Arrendamento a pagar - partes relacionadas		45.843	37.416
Total do ativo		3.235.552	2.722.183	Não circulante		32.066	29.175
				Empréstimos e financiamentos	12	351.893	286.066
				Arrendamento mercantil	13	3.661	4.002
				Partes relacionadas	14	-	963
				Parcelamentos de tributos	15	872	4.588
				Arrendamento a pagar - terceiros	9	2.905	3.751
				Arrendamento a pagar - partes relacionadas	9	54.019	88.333
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	8.584	11.855
				Outros passivos		750	1.803
				Patrimônio líquido	19	1.887.098	1.422.701
				Capital social		1.000.000	700.000
				Reserva de lucros		887.098	722.701
				Total do passivo e do patrimônio líquido		3.235.552	2.722.183

Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Receita operacional líquida	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(2.413.435)	(2.441.990)	Lucro líquido do exercício	468.257	436.357
Lucro bruto		928.796	876.260	Outros resultados abrangentes		
(Despesas) receitas operacionais				Resultado abrangente do exercício	468.257	436.357
Comerciais	21	(191.597)	(181.833)			
Administrativas e gerais	21	(120.940)	(103.818)			
Honorários da administração	21	(8.940)	(7.662)			
Outras receitas operacionais, líquidas	22	6.833	1.582			
		(314.644)	(291.731)			
Lucro operacional antes do resultado financeiro		614.152	584.529			
Resultado financeiro	23	123.468	101.351			
Receitas financeiras		(83.520)	(74.299)			
Despesas financeiras		(2.172)	(85)			
Variação monetária e cambial, líquidas		37.776	26.967			
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		651.928	611.496			
Imposto de renda e contribuição social	11	(181.304)	(214.612)			
Correntes		(2.367)	(39.473)			
Diferidos		468.257	436.357			
Lucro líquido do exercício		468.257	436.357			
Média ponderada de ações do capital social no exercício		2.192.600	2.192.600			
Lucro básico e diluído por ação - R\$		213,56	199,01			

Demonstração do Resultado Abrangente		
Lucro líquido do exercício	2023	2022
Outros resultados abrangentes	468.257	436.357
Resultado abrangente do exercício	468.257	436.357

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto operacional	A Facchini S.A. ("Companhia"), com sede no município de Guarulhos-SP tem por objeto social a produção e distribuição, bem como a prestação de serviços de reformas, de linha completa de implementos rodoviários para todos os segmentos de mercado. A Companhia dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Pará (PA), conforme a seguir: (i) No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), o incentivo denomina-se "MS Forte - Indústria", conforme Lei Estadual nº 4.049/11 e Termo de Acordo nº 031/03 e nº 125/03 vigentes até 31 de dezembro de 2032, conforme terceiro Aditivo de 09 de outubro de 2018. O benefício é deduzido diretamente da apuração de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos localizados nas cidades de Aparecida do Taboado (MS) e Campo Grande (MS), sendo aplicados 67% como redução do ICMS nas operações intraestaduais e 80% nas operações interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Vide Nota Explicativa nº 19(d); (ii) No Estado de Mato Grosso (MT), o incentivo denomina-se "PRODEIC" - Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, foi criado por meio da Lei Estadual nº 7.958/03, regulamentada pelo Decreto 1.432/03, Lei nº 631/2019. O benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS dos estabelecimentos localizados nas cidades de Cuiabá (MT) e Rondonópolis (MT), sendo aplicada autorização de crédito outorgado. Os respectivos incentivos possuem vigência de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2032, respectivamente; (iii) No Estado de Pernambuco (PE), o incentivo denomina-se "PROIND" - Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco instituído pelo Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Pernambuco por meio da concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, com um redutor de 75% no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife e devendo obedecer ao montante mínimo anual de recolhimento conforme o Decreto, este benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). O referido incentivo possui vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 190, até 15 de dezembro de 2017; (iv) No Estado da Bahia (BA), o incentivo denomina-se "Programa Desenvolve", regido pela Lei nº 7.980/2001 e pelo Decreto nº 8.205/2002. A Resolução nº 156/2010 concede o prazo de doze anos para fruição dos benefícios contados a partir de 1º de outubro de 2010 e foi prorrogado até junho de 2023. O benefício é deduzido diretamente da apuração de imposto de renda e contribuição social do devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 81% no ICMS nas operações intra e interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado da Bahia. A partir de 01 de julho de 2023 até 30 de junho de 2025, foi concedido a Companhia o benefício de participar do "Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND", conforme o Decreto nº 18.802, de 20 de dezembro de 2018, que fixa em 50% (cinquenta por cento) o percentual de Crédito Presumido do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de cacabams, furgões e carrocerias. (v) No Estado do Pará (PA), o incentivo de imposto de renda e adicionais é administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, regido pelo artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001, com redação dada pelo artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13 do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, conforme Laudo constitutivo nº 133/2013 o benefício terminou no ano calendário de 2022. Atualmente a Companhia aguarda a aprovação dos pleitos. Vide Nota Explicativa nº 19(d); e (vi) O incentivo de imposto de renda e adicionais administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com fundamento no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo artigo 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais, foi concedido a filial localizada em Aquiraz conforme Laudo constitutivo nº 0197/2023, e foi renovado o da filial localizada em Simões Filho, conforme Laudo constitutivo nº 0198/2023, ambos com o período de vigência de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2032. O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias de cada estabelecimento industrial, gerando uma redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis. Em 2023 os valores ainda não foram lançados, pois a Companhia está aguardando a aprovação pela Receita Federal do Brasil em relação ao pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Vide Nota Explicativa nº 19(d). Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia: A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Companhia não transacionar com commodities, não exportar e não possuir ope-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Facchini S.A.

exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2032, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender obrigações objetivas como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo. k) Reconhecimento de receita: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) Vendas de produtos: O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) Prestação de serviços: A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) Componente de financiamento significativo: Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) Ajuste do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) Capital social - Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) Lucro por ação: Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária) A Companhia determina o prazo do arrendamento com o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benefícios ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social (Corrente e diferido) O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 1. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. 4. Normas, alterações e interpretações de normas - a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 ou CPC 50 - Contratos de Seguro: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto relevante nas divulgações de políticas contábeis materiais da Companhia, tampouco não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciado) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. 5. Caixa e equivalentes de caixa 2023 2022 Caixa e bancos 149 78 Aplicações financeiras - fundos de renda fixa (a) 1.101.661 886.728 Caixa e equivalentes de caixa 1.101.810 886.806 (a) Aplicações financeiras - renda fixa: referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São mensuradas pela Companhia ao custo amortizado que é compatível ao seu valor justo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem alta liquidez, são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. 6. Contas a receber de clientes 2023 2022 Clientes - mercado interno 289.316 185.512 Clientes - mercado externo (i) 4.188 15.642 Cheques em cobrança 89 228 (i) Provisão para perdas de créditos esperadas (5.015) (4.870) 288.578 196.512 (i) Os saldos sob a rubrica "Contas a receber de clientes - mercado externo" representam faturas comerciais ("invoices") que estão denominadas originalmente em dólares norte-americanos e atualizadas pela variação cambial até a data do balanço. Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem: 2023 2022 A vencer 245.566 129.538 Vencidos até 60 dias 37.814 59.909 Vencidos de 61 a 90 dias 2.182 2.460 Vencidos de 91 a 180 dias 2.548 2.701 Vencidos de 181 a 360 dias 1.214 1.447 Vencidos há mais de 360 dias 4.269 5.327 293.593 201.382

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação das contas a receber em aberto, considerando análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Diretoria do mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há saldos de contas a receber de clientes cedidos em garantia. A seguir demonstramos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas: 2023 2022 Saldo no início do exercício 4.870 4.159 Valores recuperados durante o exercício (687) (294) Adições de novas provisões 832 1.005 Saldo no fim do exercício 5.015 4.870 7. Estoques 2023 2022 Produtos acabados 11.110 7.915 Produtos semiacabados 219.211 232.019 Produtos intermediários 164.470 165.777 Matérias-primas 251.450 221.180 Produtos em processo 42.998 54.541 Estoque em poder de terceiros 15.858 11.316 Outros materiais diversos 33.512 25.449 (i) Provisão para perda na realização de estoques (14.496) (7.748) 724.113 710.449 A provisão para perda na realização de estoques faz a identificação dos itens que estão sem movimentação a mais de 360 dias em função do tempo, do avanço tecnológico ou de outros fatores tenham se deteriorado e eles são reportados às áreas responsáveis para que seja realizado uma análise dos casos a fim de buscar uma ação para os casos identificados. Em 31 de dezembro de 2023, visando melhor apresentação e divulgações de suas demonstrações financeiras, a administração da Companhia reclassificou o montante de R\$40.973 do grupo de estoque para o Grupo de Imobilizado (Nota 8), reclassificando os valores correspondentes de 31 de dezembro de 2022, pelo montante de R\$44.384, visando manter a comparabilidade entre os períodos. 8. Imobilizado 2023 2022 Terrenos 1.352 1.352 Edifícios e construções 7.200 7.621 Máquinas e equipamentos 454.468 340.736 Veículos 47.480 40.568 Instalações industriais 39.028 21.130 Ferramentas e utensílios 29.541 22.245 Móveis e utensílios administrativos e industriais 9.962 7.875 Equipamentos de informática 4.451 4.186 Beneficiárias em propriedade de terceiros 121.897 54.181 Imobilizado em andamento 189.099 204.474 904.478 704.368 Imobilizado adquirido por arrendamento financeiro: (i) 18.503 20.728 Máquinas e equipamentos 5.149 3.957 Veículos 856 979 Ferramentas e utensílios 2 40 Móveis e utensílios 2.845 905 Sistemas e equipamentos de informática 27.355 26.609 931.833 730.977 (i) Esses ativos foram reconhecidos com base nas determinações do CPC 06 (R2), além das disposições do ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que estabeleceram os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A movimentação do custo do ativo imobilizado é como segue: 2022 Adições Baixa Transferência 2023 2022 Terrenos 1.352 - - - 1.352 Edifícios e construções 10.489 - - - 10.489 Máquinas e equipamentos 594.820 66.757 (4.586) 91.319 748.310 Veículos 20.011 (5.366) - - 324 99.577 Instalações industriais 44.123 5.146 (464) 14.865 63.670 Ferramentas e utensílios 51.894 6.935 (738) 5.529 63.620 Móveis e utensílios administrativos e industriais 22.794 2.167 (393) 1.254 25.822 Sistemas e equipamentos de informática 15.029 3.976 (115) 27 18.917 Beneficiárias em propriedade de terceiros 79.316 135 - 70.881 150.332 Imobilizado em andamento 160.090 213.247 - (184.238) 189.099 Total 1.064.515 318.374 (11.662) (39) 1.371.188 2021 Adições Baixa Transferência 2022 2021 Terrenos 1.352 - - - 1.352 Edifícios e construções 10.489 - - - 10.489 Máquinas e equipamentos 513.855 34.433 (15.510) 62.042 594.820 Veículos 73.795 18.223 (7.410) - 84.608 Instalações industriais 38.045 1.225 (725) 5.578 44.123 Ferramentas e utensílios 45.346 5.895 (985) 1.638 51.894 Móveis e utensílios administrativos e industriais 21.572 1.904 (421) (261) 22.794 Sistemas e equipamentos de informática 13.303 1.525 (128) 329 15.029 Beneficiárias em propriedade de terceiros 49.135 - - 30.181 79.316 Imobilizado em andamento 123.607 180.395 - (99.507) 364.564 Total 890.499 243.600 (25.200) - 1.108.899 A movimentação da depreciação é como segue: Taxa de depreciação % (a.a.) 2022 Adições Baixas Transferências 2023 2022 Edifícios e construções (2.868) (421) - - (3.289) Máquinas e equipamentos (233.356) (45.305) 3.336 (14) (275.339) Veículos (40.083) (11.663) 4.798 - (46.948) Instalações industriais (22.993) (2.133) 464 20 (24.642) Ferramentas e utensílios (28.670) (5.226) 659 14 (33.223) Móveis e utensílios administrativos e industriais (14.879) (1.350) 391 (20) (15.858) Sistemas e equipamentos de informática (9.938) (1.797) 114 - (11.621) Beneficiárias em propriedade de terceiros (25.135) (3.300) - - (28.435) Total (377.922) (71.195) 9.762 - (439.355) Taxa de depreciação % (a.a.) 2021 Adições Baixas Transferências 2022 2021 Edifícios e construções (2.446) (422) - - (2.868) Máquinas e equipamentos (202.120) (38.618) 8.670 (1.288) (233.356) Veículos (36.699) (8.789) 5.405 - (40.083) Instalações industriais (22.136) (1.827) 344 626 (22.993) Ferramentas e utensílios (25.236) (3.951) 512 5 (26.707) Móveis e utensílios administrativos e industriais (14.717) (1.193) 374 657 (14.879) Sistemas e equipamentos de informática (8.625) (1.441) 128 - (9.938) Beneficiárias em propriedade de terceiros (22.795) (2.340) - - (25.135) Total (334.774) (58.581) 15.433 - (377.922) Imobilizado líquido - 2022 730.977 Imobilizado líquido - 2023 931.833

Arrendamentos em andamento correspondem adiantamento à fornecedores referentes a compra de máquinas, beneficiárias em andamento, construção da nova área de fundição, nova área de corte e dobra, novo processo de injeção de plástico entre outros. As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil estimada de cada ativo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3.d. Em 2023 em conformidade com o CPC 27, a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso. 9. Ativo de direito de uso e Passivos de arrendamentos (direito de uso) - (a) Ativo de direito de uso Ativo de Direito de Uso - Terceiros: 2023 2022 Edifícios 5.296 5.719 Equipamentos 15 165 5.311 5.884 Ativo de Direito de Uso - Partes relacionadas: Edifícios 84.506 111.704 Equipamentos 84.506 111.704 89.817 117.588 Total 89.817 117.588 A movimentação do custo do ativo direito de uso é como segue: Remen- 2023 2022 Edifícios 196.259 8.876 (5.594) 7.785 207.326 Equipamentos 583 - - 6 589 Total 196.842 8.876 (5.594) 7.791 207.915 Remen- 2021 Adições Baixa suração 2022 2021 Edifícios 173.828 12.993 - 9.438 196.259 Equipamentos 374 209 - - 583 Total 174.202 13.202 - 9.438 196.842 Arrendamento líquido 2022 117.588 Arrendamento líquido 2023 89.817 A movimentação da depreciação é como segue: Taxa de depreciação % (a.a.) 2022 Adições Baixas 2023 2022 Edifícios 10,53 a 41,38% (78.836) (42.274) 3.586 (117.524) Equipamentos 28,57% (418) (156) - (574) Total (79.254) (42.430) 3.586 (118.098) Taxa de depreciação % (a.a.) 2021 Adições Baixas 2022 2021 Edifícios 10,53 a 41,38% (40.877) (37.959) - (78.836) Equipamentos 28,57% (307) (111) - (418) Total (41.184) (38.070) - (79.254) As taxas de depreciação são calculadas com base no ativo de direito de uso, desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento. Em 01 de outubro de 2020, a Companhia renovou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas, os quais possuíam vencimento original em 31 de dezembro de 2020. Considerando que essa renovação de contratos alterou substancialmente o fluxo de caixa futuro e o prazo do contrato, os valores anteriormente reconhecidos foram integralmente baixados contra o resultado do exercício. Adicionalmente, a administração da Companhia reconheceu o passivo de arrendamento e o direito de uso desses novos contratos pelo novo período contratual, de 10 anos, estimando o valor presente na data início desses novos contratos, utilizando a taxa incremental de juros de 11,04%. (b) Passivo de arrendamento (direito de uso): Valor contábil líquido ao fim do exercício 2023 2022 Saldo inicial 132.224 143.067 Novos arrendamentos 8.876 13.201 Baixas (2.185) - Remensuração 7.791 9.438 Apropriação dos juros 13.240 15.108 Parcelas de arrendamento pagas (54.180) (48.590) Saldo final 105.766 132.224 10. Impostos a recuperar - O saldo é composto como segue: 2023 2022 IRPJ e CSLL - antecipações 16 14 Imposto sobre produtos industrializados - IPI 20.027 16.845 ICMS 37.351 25.831 PIS/COFINS 894 1.535 Outros 7.991 8.546 Circulante 66.279 52.771 Não circulante 50.362 37.744 115.917 90.515 66.279 52.771 Os saldos classificados como não circulantes referem-se a créditos na compra de ativo imobilizado (CIAP) e contraprestações de operações de arrendamento mercantil financeiro. Os créditos de IPI referem-se a créditos originados sobre aquisição de matéria-prima, entre outros, que vêm sendo utilizados pela Companhia mediante pedidos de ressarcimentos realizados trimestralmente. 11. Imposto de renda e contribuição social - a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social 2023 2022 Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 651.928 611.496 Aliquota de imposto de renda e contribuição social vigente 34% 34% Imposto de renda e contribuição social antes de adições e exclusões (221.632) (207.884) Ajustes para refletir a alíquota efetiva: Doações, brindes, multas indedutíveis e PECLD (3.803) (2.406) Incentivos fiscais do ICMS 23.298 17.074 Incentivos fiscais de doações 7.500 4.170 PAT 3.430 3.966 Incentivo fiscal - pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, art. 19, § 1º) - Lei do Bem 7.339 5.202 Outros 196 4.739 Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício (183.672) (175.139) Composição do crédito (da despesa) do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício: Imposto de renda e contribuição social correntes (181.304) (214.612) Imposto de renda e contribuição social diferidos (2.368) 39.473 (183.672) (175.139) Aliquota efetiva 28,17% 28,64% b) Em 31 de dezembro a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no ativo não circulante e no passivo não circulante, é como segue: continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação		Facchini S.A.	
	2023	2022	
Imposto de renda diferido sobre:			Passivo:
Ativo:			2023 2022
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.146	2.964	(5.514) (4.032)
Provisão para garantia	5.924	5.008	
Provisão para participação nos resultados	1.413	1.111	
Provisão para comissões s/ vendas	1.338	1.499	
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.254	1.217	
Provisão para perda de estoque	3.624	1.937	
Diferença de instrumentos financeiros derivativos	1.231	-	
Ajuste CPC 04 - Software	201	179	
Ativo de direito de uso	17.296	14.921	
Passivo:			
Despesas com "leasing"	(5.637)	(4.376)	
Ajustes de depreciações - avaliação da vida útil	(9.681)	(6.826)	
	(15.318)	(11.202)	
Contribuição social diferida sobre:	2023	2022	
Ativo:			
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	773	1.067	
Provisão para garantia	2.132	1.803	
Provisão para participação nos resultados	509	400	
Provisão para comissões s/ vendas	482	540	
Provisão para perdas de créditos esperadas	451	438	
Provisão para perda de estoque	1.305	697	
Diferença de instrumentos financeiros derivativos	443	-	
Ajuste CPC 04 - Software	72	64	
Ativo de direito de uso -	59	362	
	6.226	5.371	
Passivo:	2023	2022	
"Leasing"	(2.029)	(1.575)	
Ajustes de depreciações - avaliação da vida útil	(3.485)	(2.457)	
12. Empréstimos e financiamentos			
Tipo	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento final
Imobilizado em moeda nacional (a)	TIJF	2,50 a 16,10%	12/2029
Imobilizado em moeda estrangeira (b)	US\$	3,39 a 4,50%	01/2024
Capital de giro e outros (c)	Pré + CDI	7,00 a 17,15%	12/2029
			2023 2022
			49.136 49.080
			551 4.768
			380.576 344.544
			430.263 398.396
			78.370 112.390
			351.893 286.006
			430.263 398.396
Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:			
	2023	2022	
2024	-	79.671	
2025	101.866	74.095	
2026	100.555	59.798	
2027	78.487	72.442	
2028 e após	351.893	286.006	
	351.893	286.006	
Resumo das características dos empréstimos: a) Ativo imobilizado em moeda nacional: Representado por Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Possui taxa pré-fixada de juros e prazo de amortização médio de 80 meses. b) Ativo imobilizado em moeda estrangeira: Refere-se à operação de financiamento para aquisição de máquinas utilizadas no processo produtivo da Companhia, garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Referidas operações são registradas pelo custo amortizado, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. O vencimento final é previsto para 01/2024. c) Capital de giro e outros: Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 24 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. Esses são garantidos por avais e fianças pela controladora Facchini Participações S.A., não há notas promissórias e cartas fiança. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:			
	2023	2022	
Saldo inicial	398.396	327.724	
Apropriação de juros e variações	59.207	51.453	
Novos empréstimos	187.746	150.983	
Pagamento de juros	(59.436)	(52.464)	
Pagamento de principal	(155.650)	(79.300)	
Saldo final	430.263	398.396	
13. Arrendamento mercantil - Valor contábil líquido ao fim do exercício			
Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	
"Leasing" em moeda nacional	7,10 a 16,00%	12/2028	
			2023 2022
			8.386 13.288
			8.386 13.288
			4.725 9.286
			3.661 4.002
			8.386 13.288
O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:			
	2023	2022	
2024	-	3.277	
2025	1.857	725	
2026	1.018	-	
2027 e após	786	-	
	3.661	4.002	
Refere-se, substancialmente, a operações de "leasing" mercantil financeiro com a finalidade de aquisição de veículos, maquinários e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31 de dezembro de 2023, o custo do imobilizado, líquido de depreciação, conforme Nota Explicativa nº 8, referente às operações de "leasing" financeiro é de R\$27.355 (R\$26.609 em 2022). A movimentação dos arrendamentos mercantis é como a seguir:			
	2023	2022	
Saldo inicial	13.288	22.107	
Apropriação de juros e variações	1.738	2.300	
Novos leasings	4.048	585	
Pagamento de juros	(1.738)	(2.300)	
Pagamento de principal	(8.950)	(9.404)	
Saldo final	8.386	13.288	
14. Transações com partes relacionadas - A Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, com prazos e condições definidos entre as partes. a) Saldos			
Ativos	2023	2022	
Circulante (contas a receber - partes relacionadas)	-	286	
Total circulante	-	286	
Passivos			
Circulante (Arrendamento a Pagar) (ii):			
RER Participações S.A.	31.002	25.123	
Unibens Participações S.A.	3.281	2.433	
Kid Participações S.A.	1.509	1.277	
RKBens Participações S.A.	8.675	7.218	
NR Participações S.A.	1.376	1.365	
Facchini Participações S.A. (redução de capital ocorrida em agosto de 2018)	-	8.000	
Total circulante (exceto dividendos a pagar)	45.843	45.416	
Circulante (dividendos a pagar) - Nota explicativa nº 19:			
Facchini Participações S.A.	45.137	53.375	
Não circulante			
Facchini Participações S.A.	-	963	
Não circulante (Arrendamento Operacional a Pagar) (i):			
RER Participações S.A.	32.486	57.635	
Unibens Participações S.A.	5.769	5.710	
Kid Participações S.A.	1.765	2.701	
RKBens Participações S.A.	13.999	20.911	
NR Participações S.A.	-	1.376	
Total não circulante	54.019	88.333	
Total	54.019	89.296	
b) Transações	2023	2022	
Resultado:			
Aluguéis à RER Participações S.A.	33.561	30.702	
Aluguéis à Unibens Participações S.A.	3.353	3.090	
Aluguéis à RKBens Participações S.A.	10.178	9.006	
Aluguéis à Kid Participações S.A.	1.780	1.616	
Aluguéis à NR Participações S.A.	1.577	1.497	
	50.449	45.911	

Bahia - "Programa Desenvolve" até no mês de junho e partir de julho o "Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND, R\$1.120 no Estado de Pernambuco - "PROIND" e R\$49.993 são as subvenções calculadas com base na Lei Complementar nº 160/2017, esses são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", pois são benefícios diretamente relacionados ao ICMS sobre as vendas. As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos. (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos. (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. e) Reserva para capital de giro: Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2022, a Companhia apresentou excesso de saldo na reserva de lucros, sendo deliberado o aumento do capital social na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2023 (Nota 19(b)). f) Dividendos De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos foram calculados conforme a seguir:

	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	468.257	436.357	
(i) Reserva de incentivos fiscais	(68.522)	(50.415)	
(ii) Reserva legal (5%)	(19.986)	(21.818)	
Lucro líquido do exercício ajustado	379.749	364.124	
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	3.797	3.641	
Dividendos adicionais do saldo de reserva de capital de giro aprovados em 25 de abril de 2023 (2022 - abril de 2022)	64	8.260	
Saldo de dividendos não liquidados de ano anterior	53.375	54.418	
Dividendos pagos no exercício	(12.095)	(12.944)	
Saldo de dividendos a pagar - Nota explicativa nº 14	45.141	53.375	
Resultado por ação	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	468.257	436.357	
Quantidade de ações Ordinárias - em milhares	2.192.600	2.192.600	
Lucro básico e diluído por ação	213,56	199,01	
A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor do lucro por ação.			
20. Receita operacional líquida			
	2023	2022	
Receita operacional bruta:			
Mercado interno - implementos rodoviários e peças	4.050.799	3.966.129	
Mercado externo - serviços	32.923	31.453	
Mercado externo - implementos rodoviários e peças	51.047	105.994	
(i) Impostos/vendas e serviços	(780.972)	(769.506)	
(ii) Devoluções e abatimentos	(11.566)	(15.820)	
Receita operacional líquida	3.342.231	3.318.250	
21. Gastos por natureza - A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:	2023	2022	
Despesas por natureza:			
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.716.116)	(1.805.586)	
Despesas com empregados	(476.050)	(419.810)	
Despesas de depreciação e amortização	(71.198)	(58.581)	
Despesas de depreciação arrendamentos	(42.430)	(38.070)	
Arrendamentos de baixo valor e prazo inferior a 1 ano	(1.891)	(1.402)	
Materiais auxiliares	(115.566)	(120.782)	
Despesas com manutenção	(65.755)	(58.776)	
Energia elétrica	(38.315)	(34.525)	
Comissões sobre vendas	(46.451)	(49.124)	
Serviços de terceiros	(17.393)	(14.331)	
Honorários da administração	(8.940)	(7.662)	
Despesas taxas e contribuições	(9.277)	(8.791)	
Outras despesas	(125.530)	(117.863)	
Total	(2.734.912)	(2.735.303)	
Classificadas como:			
Custo dos produtos vendidos Comerciais	(2.413.435)	(2.441.990)	
Administrativas e gerais	(191.597)	(181.833)	
Honorários da administração	(8.940)	(7.662)	
Total	(2.734.912)	(2.735.303)	
22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2023	2022	
Perda/ganho líquido apurado na venda de ativo imobilizado	7.151	8.972	
Reversão (provisão) para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.270	(5.025)	
Provisão para garantia	(3.664)	(703)	
Provisão para perdas esperadas	(145)	(711)	
Provisão para perdas de estoque	(6.748)	(3.814)	
Provisão para participação nos resultados	(13.739)	(11.094)	
Recuperação tributária e/ou créditos fiscais	15.599	8.290	
Outras receitas operacionais, líquidas	5.109	5.667	
	6.833	1.582	
23. Resultado financeiro			
	2023	2022	
Receitas financeiras:			
Receita com aplicações financeiras	118.481	83.848	
Juros (i)	471	13.330	
Descontos obtidos	4.516	4.173	
	123.468	101.351	
Despesas financeiras:			
Juros	(75.151)	(71.186)	
Descontos concedidos	(1.084)	(1.043)	
Despesas bancárias	(2.210)	(1.931)	
Outras despesas	(150)	(139)	
Instrumentos financeiros derivativos	(4.925)	-	
	(83.520)	(74.299)	
Variação monetária e cambial, líquida	(2.172)	(85)	
Resultado financeiro	37.776	26.967	
24. Compromissos futuros - A Companhia possui diversos contratos de arrendamentos de edificações, com vigência de dois a 9 anos e atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM). Estes enquadram-se no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - "Arrendamentos" em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, por decorrerem de contratos, que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por tempo determinado, em troca de uma contraprestação como exigem os itens 9 a 11 do CPC 06 (R2). Deste modo, neste CPC não se enquadram mais somente os contratos de arrendamento mercantil financeiro - "leasing", mas também os arrendamentos sem opção de compra - "aluguéis" se possuírem as características acima descritas. Vide Nota Explicativa nº 9. 25. Gestão de risco financeiro - a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Fatores de risco Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia podem ser assim enumerados: Risco de crédito: riscos de crédito em contas a receber de clientes; que, de forma geral, não têm garantias, além de vendas realizadas mediante linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os procedimentos adotados para minimizar tais riscos incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos			

de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. O risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise e seleção de clientes e instituições financeiras de primeira linha para realização de operações financeiras. Risco de taxa de câmbio: possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado ou reduzam os valores dos títulos a receber expressos em moeda estrangeira. A exposição cambial da Companhia, em 31 de dezembro 2023 e 2022, é como segue:

	Moeda	2023	2022
Taxa do dólar norte-americano		4,8413	5,2171
Ativo:			
Contas a receber de clientes	USD	4.188	15.642
Adiantamento de contrato de importação	USD	11.271	3.772
Ativo exposto		15.459	19.414
Passivo:			
Fornecedores no exterior	USD	(23.160)	(13.939)
Adiantamento de contrato de exportação	USD	(2.625)	(4.326)
Finame em moeda estrangeira	USD	(551)	(4.768)
Passivo exposto		(26.336)	(23.033)
Passivo exposto, líquido		(10.877)	(3.619)

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter reserva livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Exposição ao risco de liquidez Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	453.109	453.109	-	-	-
Arrendamento mercantil	8.386	4.725	1.857	1.804	-
Empréstimos e financiamentos	430.263	78.370	101.866	231.391	18.636
Arrendamento a pagar	105.766	48.842	43.355	13.569	-
Outras contas a pagar	32.819	32.066	753	-	-
	1.030.343	617.112	147.831	246.764	18.636
Fornecedores	340.024	340.024	-	-	-
Arrendamento mercantil	13.288	9.286	4.002	-	-
Empréstimos e financiamentos	398.396	112.390	153.766	90.353	41.887
Arrendamento a pagar	132.224	40.140	83.206	8.878	-
Outras contas a pagar	31.038	29.175	1.863	-	

... continuação				Facchini S.A.	
ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. 26.					
Seguros – A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:					
Bens segurados	Riscos cobertos	Moeda	2023	2022	
Prédios e conteúdos (próprios)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R\$	2.000	2.000	
Prédios locados (Mirassol/SP)	Incêndio, raio, explosão, implosão	R\$	3.700	3.700	
Veículos leves	Colisão, responsabilidade civil	R\$	200	200	
Veículos pesados (terceiros)	Colisão, responsabilidade civil	R\$	500	500	
Aeronave	Acidentes, responsabilidade civil	US\$	50.000	50.000	
Responsabilidade civil (pátio)	Responsabilidade civil geral	R\$	8.000	8.000	
27. Benefícios a empregados – A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:					
			2023	2022	
	Participação nos lucros e resultados (*)		12.531	10.872	
	Cartão-alimentação		47.099	39.542	
	Assistência médica e odontológica		5.257	4.268	
	Total		64.887	54.682	
(*) A Companhia concede participação nos resultados aos seus empregados com base em acordos coletivos firmados com o sindicato da categoria. Esse benefício está vinculado ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas "Custo dos produtos e serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". 28. Remuneração dos administradores – A remuneração dos principais administradores, que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$8.940 (R\$7.662 em 2022). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.					
Rubens Facchini	Euclides Facchini Filho	Ailton Izaias			
Diretor Presidente	Diretor Superintendente	Contador – CRC 1SP 126.674/0-8			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras					
Aos Administradores e Acionistas Facchini S.A.					
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Facchini S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facchini S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e					
os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos					
que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não					
detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 20 de março de 2024.					
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 027.623/F Alexandre Fermino Alvares Contador CRC-SP 211.793/0					



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



OTP S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86

Relatório da Administração

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da Administração

A Administração da OTP permanece empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais stakeholders, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos, das renegociações de seus endividamentos, da monetização de ativos contingentes e da mitigação de passivos contingentes.

Em 2023, dando sequência ao processo de desmobilização de seus ativos, a Companhia concluiu a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") e na Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"). Com a alienação da CRO, as garantias prestadas pela OTP S.A. e pela OTP Rodovias S.A., da ordem de R\$ 1 bilhão, foram liberadas e as contragarantias outorgadas no âmbito do seguro da CRO foram exoneradas.

Com a alienação do VLT Carioca, as garantias prestadas pela Companhia e pela OTP Mobilidade S.A., no âmbito do financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 134 milhões, foram liberadas, bem como foi dada quitação de todas as obrigações constantes do Acordo de Acionistas da investida e o processo de arbitragem foi extinto. Ao final do exercício, houve também avanço no processo de alienação da participação societária detida na Concessionária Litoral Norte S.A., com previsão de concretização no primeiro semestre de 2024.

Ainda no âmbito das desmobilizações, a Administração permanece empenhada em busca da conclusão, pela controlada Agrovía do Nordeste S.A., do processo de resilição do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape-PE ("Contrato de Arrendamento"), junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério dos Portos e Aeroportos. Adicionalmente, a Administração pretende dar sequência ao encerramento do Contrato de Parceria Público-Privada firmado pela Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. com o Estado de Goiás, em 2014, uma vez que não há expectativas de apresentação das garantias exigidas pelo Poder Concedente para eficácia do referido contrato.

Em 9 de junho de 2022, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Rio Trens Participações S.A. ("RTP") e as suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia"). Com a aprovação do Plano, todos os créditos estão sendo pagos na forma e condições estabelecidas no

Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal.

No âmbito das renegociações dos endividamentos financeiros, que continuam sendo prioridade para a Administração da OTP, a Companhia, juntamente com suas empresas controladas, tem conseguido administrar os vencimentos dos endividamentos previamente contratados, evitando potenciais execuções judiciais ou excussões de garantias disruptivas para a Companhia. Com os avanços nos processos de desmobilização de ativos e desonerações de garantias, a OTP segue em tratativas com seus credores para reestruturação do seu endividamento.

Rentabilidade

O resultado negativo de R\$ 208.185 decorre principalmente do resultado financeiro negativo de R\$ 132.103 e do resultado de participações societárias no montante de R\$ 56.299, impactado principalmente pelo reflexo das variações do patrimônio líquido da Supervia.

O EBITDA da Companhia e suas controladas foi negativo de R\$ 26,5 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 6,5 milhões, quando comparado ao ano de 2022. Essa piora está relacionada ao acréscimo de gastos com assessorias financeira e jurídica, em função da conclusão da alienação dos ativos, destacando-se os custos com o encerramento do processo arbitral do VLT Carioca.

O resultado financeiro teve um incremento negativo de 2,5% quando comparado a 2022, sendo:

Resultado Financeiro (em Milhares de Reais)			
Descrição	2023	2022	Var. (%)
Receitas Financeiras	38.631	5.161	648,5%
Despesas Financeiras	(170.734)	(133.986)	27,4%
Resultado Financeiro Líquido	(132.103)	(128.825)	2,5%

O acréscimo das receitas financeiras decorreu principalmente da variação no valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações. Por outro lado, o aumento nas despesas financeiras decorreu em especial pela apropriação de juros sobre as dívidas corporativas que foram afetadas pela variação do CDI (em 2023, o CDI acumulado ao longo dos 12 meses foi de 13,04%, enquanto o de 2022 foi de 12,38%).

Governança Corporativa

A Companhia possui uma estrutura de Governança Corporativa que segue as melhores práticas de mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo

a confiança e o relacionamento da Companhia com seus principais stakeholders. A estrutura de Governança inclui 3 (três) instâncias de decisão: a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, sendo que o Conselho de Administração conta com o apoio de 4 (quatro) Comitês Consultivos, sendo eles: (i) o Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) o Comitê de Conformidade; (iii) o Comitê de Pessoas e Organização; e o (iv) Comitê de Partes Relacionadas.

O Conselho de Administração da Companhia ("CA-OTP") é composto por até (7) sete membros. O Acionista Controlador tem o direito de indicar 4 (quatro) membros e os Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR) tem o direito de indicar 3 (três) membros. Os membros do CA-OTP são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do CA-OTP, para cumprimento do mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

Os Comitês Consultivos, que servem de apoio às atividades de competência do CA-OTP, atualmente são integrados por membros ou não membros do CA-OTP.

Compliance

A OTP, desde a finalização do processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras em 2020 e do direcionamento estratégico definido por seus Acionistas, em 2017, no sentido de desmobilização das suas operações, vem seguindo sua diretriz de atuação empresarial responsável e diligente respaldada na manutenção do seu Programa de Conformidade, adequada à dimensão da sua operação. Neste sentido, mantém vigente Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais colaboradores possam, de forma segura, sigilosa e responsável, comunicar eventuais irregularidades que atentem contra seu Código de Ética e Conduta) e Plataforma Digital para análise reputacional de prestadores de serviços (CNPJ) e de novos integrantes (CPF), quando aplicável, ambos sistemas administrados por Terceiros.

Mensalmente, são realizadas reuniões dos membros do Comitê de Conformidade da Companhia para atualizações sobre a Conformidade da Companhia.

Pessoas

Com a alienação da CRO, o Grupo encerrou o exercício com um efetivo de 7 colaboradores. Esse número reflete a proximidade de conclusão do processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo, desde 2017, de forma planejada, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos nesta reta final da Companhia.

A Administração

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	119.722	65.400	191.301	113.305	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.140.081	982.339	1.215.005	1.045.645
Demais contas a receber	8		38.858		68.155	Fornecedores		1.671	2.024	2.577	2.331
Tributos a recuperar		5.625	4.132	9.340	9.192	Obrigações sociais e trabalhistas		3.041	2.054	4.221	5.729
Dividendos a receber	11(d)	1.553	4.125		1.492	Impostos, taxas e contribuições sociais		99	137	1.122	1.259
Outros contas a receber com partes relacionadas	9	3.432	4.077	1.912	2.452	Arrendamento mercantil operacional	14	686	424	686	424
Outros ativos		201	735		669	Dividendos a pagar	9			1.035	1.755
		130.533	117.327	203.222	194.596	Outros passivos		6.328	6.327	8.178	8.144
Ativos não circulantes mantidos para negociação	10 (a)	5.455	—	5.455	2.126.693	1.151.906	993.305	1.232.824	1.065.287		
Ativo não circulante realizável a longo prazo						Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	10 (a)	—	—	—	2.126.693
Títulos e valores mobiliários	7	—	—	131.679	126.431	Passivo não circulante					
Partes relacionadas	9	5.292	4.765		9.019	Arrendamento mercantil operacional	14	25.363	23.434	25.363	23.434
Outros ativos		—	53	8.966	9.019	Partes relacionadas	9	97.476	88.589	58.708	49.822
		5.292	4.818	140.645	135.450	Provisão para perda de investimento	11	23.445	12.162		
Investimentos	11	245.043	287.735	19.483	78.450	Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	15	1.439	1.286	1.485	1.286
Imobilizado	12	14.493	16.509	70.799	70.695	Outros passivos		—	—	11.956	11.810
Intangível		—	—	1	5		147.723	125.471	97.512	86.352	
		259.536	304.244	90.283	149.150	Total do passivo		1.299.629	1.118.776	1.330.336	3.278.332
Total do ativo não circulante		264.828	309.062	230.928	284.600	Passivo a descoberto	16 (a)	1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
		400.816	426.389	439.605	2.605.889	Capital social		621.483	621.483	621.483	621.483
						Reserva de capital	16 (b)	31.513	31.373	31.513	31.373
						Ajuste de avaliação patrimonial		(3.162.522)	(2.955.956)	(3.162.522)	(2.955.956)
						Prejuízos acumulados		(898.813)	(692.387)	(898.813)	(692.387)
						Participação dos acionistas não controladores		—	—	7.003	19.372
						Participação dos acionistas não controladores nas operações descontinuadas		—	—	1.079	572
Total do ativo		400.816	426.389	439.605	2.605.889	Total do passivo e passivo a descoberto		400.816	426.389	439.605	2.605.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas operacionais	Nota	Controladora		Consolidado		Operações descontinuadas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Resultado de participações societárias	11 (b)	(96.090)	(15.687)	—	—	Resultado das operações descontinuadas	10 (b)	59.430	(9.839)	8.474	748
Gerais e administrativas	17	(13.232)	(11.857)	(29.174)	(23.621)	Prejuízo do exercício		(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)
Outras receitas e despesas, líquidas	17	1.288	1.507	981	(10.120)	Atribuível a					
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(108.034)	(26.037)	(28.193)	(33.741)	Acionistas da Companhia		—	—	(206.371)	(159.361)
Resultado de participações societárias	11 (e)	—	—	(56.337)	3.328	Participação dos não controladores		—	—	(1.289)	1.334
Resultado financeiro, líquido	18	(157.767)	(123.485)	(132.103)	(128.825)	Participação dos não controladores nas operações descontinuadas		—	—	(562)	(486)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(265.801)	(149.522)	(216.633)	(159.238)	Prejuízo do exercício				(208.222)	(158.513)
Imposto de renda e contribuição social corrente		—	—	(63)	(23)	Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)	19	(0,96)	(0,74)	—	—
Prejuízo das operações continuadas		(265.801)	(149.522)	(216.696)	(159.261)						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto – Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2022	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora				Participação dos acionistas não controladores	Total do passivo a descoberto
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados		
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.610.713	621.483	30.826	(533.573)	30.820	(502.753)
Prejuízo do exercício		—	—	—	(159.361)	848	(158.513)
Total resultado abrangente do exercício					(159.361)	848	(158.513)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	16 (b)	—	—	547	—	432	979
Redução de capital de controladas distribuída a não controladores		—	—	—	—	(10.400)	(10.400)
Dividendos de controladas destinados a não controladores		—	—	—	—	(1.756)	(1.756)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.610.713	621.483	31.373	(2.955.956)	19.944	(672.443)
Prejuízo do exercício		—	—	—	(206.371)	(206.371)	(208.222)
Total resultado abrangente do exercício					(206.371)	(206.371)	(1.851)
Redução de capital de controladas distribuída a não controladores	10 (c)	—	—	—	—	(9.317)	(9.317)
Aumento de capital em controladas realizado por não controladores		—	—	—	—	19	19
Dividendos de controladas destinados a não controladores	10 (d)	—	—	—	—	(763)	(763)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	16 (b)	—	—	(55)	(55)	55	—
Realização de ajustes de avaliação patrimonial em investida	16 (b)	—	—	195	(195)	—	—
Outros	16 (b)	—	—	—	—	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.610.713	621.483	31.513	(3.162.522)	8.082	(890.731)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

continua ...



... continuação				OTP S.A.			
Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022
Prejuízo do exercício	(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)	(265.801)	(149.522)	(216.633)
Total do resultado abrangente do exercício	(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)	(265.801)	(149.522)	(216.633)
Atribuível a:							
Acionistas da Companhia	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)			
Participação dos não controladores			(1.851)	848			
	(105.982)	(66.979)	(106.739)	(66.040)			
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(265.801)	(149.522)	(216.696)	(159.261)			
Operações continuadas	59.430	(9.839)	8.474	748			
Operações descontinuadas							
Resultado abrangente do exercício	(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)			
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas</i>							
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
<p>1. Informações Gerais – A OTP S.A. (“Companhia” ou “OTP”) e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, “Grupo”, com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social: (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público-privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima. A Companhia integra o Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”). (a) Contratos de Concessão: Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”): A CRO, controlada indireta, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme contrato de concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Conforme vinha sendo negociado, em 02 de maio de 2023, após satisfêitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a controlada OTP Rodovias S.A. (“OTP Rodovias”) concluiu a totalidade das ações da CRO à MT Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”) pelo valor de R\$ 1,00. Como parte do acordo, a MTPAR adquiriu os créditos detidos pelos credores da CRO; as garantias prestadas pela Companhia e pela OTP Rodovias foram liberadas; as contragarantias outorgadas no âmbito do seguro da CRO foram exoneradas; e parte do mútuo devido pela CRO à OTP Rodovias foi pago. Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”): A VLT GO, controlada indireta, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos (“Contrato de PPP VLT GO”), contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP VLT GO, o que não ocorreu até o momento. A Companhia, por intermédio de terceiros, vinha prospectando potenciais interessados na aquisição da participação acionária da VLT GO, no entanto como não houve evolução nesse processo, a Companhia permanece avaliando os trâmites necessários para eventual rescisão do Contrato de PPP VLT GO. Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT RJ”): O VLT RJ, investida indireta, firmou com o Município do Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2013, um Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para realização de obras e fornecimento de material rodante, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos (“Contrato de PPP VLT RJ”). A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajustada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de PPP VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplimentos pecuniários superiores a 90 dias. O contrato de financiamento celebrado pelo VLT RJ com o BNDES (“Contrato de Financiamento”), prevê a recomposição da Conta Suporte pelas Patrocinadoras do VLT RJ, em caso de insuficiência de saldo na referida conta. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por alguma Patrocinadora, as demais Patrocinadoras são chamadas a cobrir tal insuficiência e, a fazê-lo, as acionistas/Patrocinadoras adimplentes adquirem automaticamente, como o valor aportado, as ações de titularidade da acionista cuja Patrocinadora tenha inadimplido com sua obrigação de suporte, por metade do valor patrimonial. Nessa sistemática, a acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua Conta Suporte fica sujeita à alienação compulsória das ações de sua titularidade para a acionista que promoveu a recomposição da Conta Suporte. Seguindo esse mecanismo contratual, como a Administração do VLT RJ deixou de amortizar as parcelas devidas do Contrato de Financiamento, a acionista controladora, CIIS – Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços (“CIIS”), empresa controlada da CCR S.A., passou a realizar aportes nas Contas Suportes, com a diluição das demais acionistas do VLT RJ, que não realizaram os correspondentes aportes. Dessa forma, a participação societária da OTP Mobilidade S.A. (“OM”), vinha sendo constantemente diluída, desde 2019, na medida em que a recomposição da Conta Suporte a ela vinculada está sendo realizada pela acionista CIIS. Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado um procedimento arbitral pela Companhia e sua controlada OM, acionista direta do VLT RJ, em face da CIIS e do VLT RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM (“Requerentes”) apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos (“MOU”) celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de PPP VLT RJ, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas do VLT RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária no VLT RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assumia e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do VLT RJ ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste conta garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do VLT RJ, e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes, bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração do VLT RJ e ratificado pelas suas acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, o VLT RJ apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, salientando que as Requerentes agiriam em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital. Em dezembro de 2021, a pedido das partes, o Tribunal deferiu o pedido de suspensão da Arbitragem, que ficou suspensa por um aproximadamente um ano. Em 28 de fevereiro de 2023, foi assinado contrato de compra e venda de ações, cessão de direitos creditórios e outras avenças para a alienação da participação societária detida pela OM, além da liberação de todas as obrigações e garantias assumidas, junto ao BNDES no VLT RJ, pela Companhia e pela OM, sujeito a condições suspensivas. Diante disso, em 28 de fevereiro de 2023, o Tribunal Arbitral deferiu, a pedido das partes, a suspensão do procedimento arbitral até o final do prazo para cumprimento das condições suspensivas do Contrato de compra e venda, comprometendo-se as partes a comunicar imediatamente o Tribunal Arbitral a eventual verificação das condições suspensivas no prazo a elas aplicáveis e o eventual fechamento da transação acima mencionada, com o consequente pedido de extinção do procedimento arbitral. Em 14 de julho de 2023, após satisfêitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Contrato de Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, foi concluída a alienação da totalidade das ações da VLT RJ detidas pela OM para a CCR. Com isso, as garantias prestadas pela Companhia, OM e Mitsui & Co. Ltd. (“Mitsui”) no âmbito dos financiamentos do VLT RJ foram liberadas, tendo sido dada quitação das obrigações constantes do Acordo de Acionistas do VLT RJ, com a consequente extinção do processo de arbitragem. Agrovia do Nordeste S.A. (“Agrovia”): A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objeto a execução do contrato celebrado junto ao Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (“SUAPE”) para arrendamento da área localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem. A Agrovia celebrou Contrato de Arrendamento nº 029/2012 (“Contrato de Arrendamento”) cujo objeto era a construção, transferindo a titularidade de todos os direitos e obrigações da construção e exploração do terminal açucareiro na ZIP de Suape para a Companhia. O contrato foi celebrado com prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovia iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não se vislumbrava a viabilidade para a manutenção do Terminal, uma vez que seriam necessárias mudanças substanciais no objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração da Agrovia decidiu paralisar as operações do Terminal. Assim, em 27 de agosto de 2019, foi protocolado o pedido de rescisão do Contrato de Arrendamento junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”). O pedido foi recebido pelo Poder Concedente de forma amigável e considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados e não amortizados na construção e implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovia. Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a “Medida Cautelar” administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020, por meio da assinatura de Termo de Recebimento e de relatório técnico-fotográfico com a situação atual das instalações. Com tal medida, todas as obrigações contratuais do Contrato de Arrendamento foram suspensas. Em continuidade a esse processo, em 01 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a análise do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), que deferiu parcialmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento, considerando o valor de R\$ 42.312 a ser ressarcido à Agrovia (na data base de agosto de 2020), líquido da quitação das obrigações de pagamento de movimentação mínima contratual (“MMC”) não cumpridas, à razão de 75% da projeção tendencial, e da quitação das obrigações de pagamento de arrendamento variável, ficando a cargo do Ministério da Infraestrutura a definição da melhor forma da liquidação dos valores e a avaliar a pertinência da declaração de caducidade do Contrato de Arrendamento. O processo seguiu para avaliação pelo Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão (“DGCO”) da SNPTA, que elaborou uma minuta do Termo de Resilição, o qual foi submetido à análise, sob o aspecto formal, pela Consultoria Jurídica (“CONJUR”) da SNPTA. A minuta do Termo de Resilição prevê, entre outros termos e condições, o dever de liquidação do montante devido à Agrovia por SUAPE. Da instrução da DGCO/SNPTA foram abordados aspectos afetos a não ocorrência de caducidade e reconhecimento do crédito devido à Agrovia, conforme apurado pela ANTAQ, ao qual será aplicado a devida correção contratual, quando do seu pagamento. A Administração da Agrovia espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de resilição que possam afetar de forma significativa as suas demonstrações contábeis. (b) Capital Circulante Líquido (“CCL”): Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia apresentam passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 1.021.373 e R\$ 1.029.602 (31 de dezembro de 2022: R\$ 875.978 e R\$ 870.691), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado deixou de refletir a posição de CCL negativo da CRO, no montante de R\$ 930.251, tendo em vista que o investimento passou a ser classificado em Ativo não Circulante Mantido para Negociação. A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua saúde financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dessa forma, vêm simplificando suas estruturas, tendo como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a reestruturação financeira das dívidas e a negociação com a Autoridade Portuária de Suape para recebimento da indenização referente a devolu-</p>							
<p>ção amigável da concessão da Agrovia, já tendo concluídas a alienação do controle acionário da CRO e a alienação da participação no VLT RJ, com a liberação das garantias outorgadas no âmbito dos contratos de financiamentos, conforme detalhado anteriormente. (c) Transações e Eventos Societários Relevantes: Recuperação judicial da Rio Trens Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“RTP”): Em 07 de junho de 2021, a RTP e as suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Supervia”) (“Grupo RTP”), investidas indiretas da Companhia, ajustaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial. O pedido teve como principais objetivos: (i) a adoção de medidas necessárias à reestruturação global do passivo das empresas, por meio de estruturas de readequação global de endividamento; (ii) a preservação de empregos, direitos e indiretos, e dos direitos dos credores do Grupo RTP, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação de sua atual crise econômico-financeira, bem como levando-se em consideração a sua estruturação de capital após a reestruturação; e (iii) a continuidade da prestação dos serviços para os quais as empresas foram contratadas, especialmente os serviços públicos essenciais, no caso da Supervia, o Contrato de Concessão, considerando o redimensionamento das atividades após a reestruturação. Após regular trâmite do procedimento, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas e negociado com os credores foi aprovado em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 31 de maio de 2022 e homologado em 9 de junho de 2022. Ainda, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, todos os créditos estão sendo pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal. Nesse contexto, através do Decreto Estadual 48.325 de 13/01/2023, o Governo do Estado do Rio de Janeiro implementou, pelo período de 12 meses, a partir de 02/02/23, a tarifa social no valor de R\$ 5,00, para passageiros da Supervia habilitados no Programa Bilhete Único Intermodal (BUJ). Em 02 de janeiro de 2024, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a Deliberação da Ageltrans no 1.352, de 21 de dezembro de 2023, onde foi homologada a nova tarifa de referência para o sistema ferroviário de passageiros no período 2024/2025, a partir de 02 de fevereiro de 2024, no valor de R\$ 7,10 (sete reais e dez centavos). Em 31 de janeiro de 2024, foi publicado, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Decreto Estadual no 48.938 de 30 de janeiro de 2024, prorrogando o valor da tarifa social e temporária do serviço público de transporte ferroviário, em R\$ 5,00 (cinco reais), até o dia 01 de fevereiro de 2025. (d) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas: Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação: A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de determinados ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017. Neste contexto, conforme mencionado no item (a) desta Nota, concluiu, em 2023, a alienação da participação detida na CRO. Além disso, em 01 de dezembro de 2023, foi firmado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a alienação das ações detidas pela Companhia na Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), com previsão de concretização no primeiro semestre de 2024. Devido ao avanço das negociações, o valor correspondente à participação societária detida na CLN foi reclassificado para Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2023. Em 2022, em decorrência das negociações que estavam em andamento à época, os saldos de ativos e passivos da CRO passaram a ser apresentados nas rubricas de “Ativos não circulantes mantidos para negociação” e “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação”, no Balanço patrimonial. De forma similar, os resultados e fluxos de caixa dos exercícios, passaram a ser apresentados em rubrica de “Operações descontinuadas”, na Demonstração de resultado e na Demonstração de fluxos de caixa, respectivamente. O registro vinha sendo contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 10. Operações Descontinuadas: Tendo em vista a paralisação das atividades da Agrovia desde agosto de 2021, conforme descrito nesta, no item 1(a) acima, os resultados da Agrovia estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações dos resultados dos exercícios no fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos “Ativos não circulantes mantidos para negociação”. Por sua vez, os ativos e os passivos da Agrovia continuam a ser refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme apresentados a seguir:</p>							
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022		
Ativo circulante			Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	55	80	Fornecedores e contas a pagar	1.760	1.758		
Tributos a recuperar	5	2.171	Debitures	74.924	63.306		
	60	2.251	Obrigações sociais e trabalhistas	54	30		
			Impostos, taxas e contribuições sociais	248	207		
				76.986	65.301		
Ativo não circulante			Passivo não circulante				
Imobilizado	56.256	54.089	Partes relacionadas	3.707	3.363		
Intangível	1	5	Impostos, taxas e contribuições sociais	147	413		
	56.257	54.094		3.854	3.776		
Total do ativo não circulante	56.257	54.094	Total do passivo	80.840	69.077		
			Passivo a descoberto				
			Capital social	65.069	64.197		
			Prejuízos acumulados	(89.592)	(76.929)		
				(24.523)	(12.732)		
Total	56.317	56.345	Total	56.317	56.345		

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

OTP S.A.

abordado, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF proferida no dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos negativos relevantes em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2. Resumo das Principais Políticas Materiais – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2024. **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. Conforme descrito na Nota 1 (b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.2. Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, as empresas controladas em conjunto e as empresas coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro:

Companhias consolidadas diretamente	País	Participação no capital social (%)	
		2023	2022
OTP Rodovias S.A. (“ODBR”)	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. (“Agrovia”)	Brasil	95,59	95,51
OTP Mobilidade S.A. (“OM”)	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. (“OTP SPV”)	Brasil	100,00	100,00

Companhias consolidadas indiretamente

Companhia	País	2023	2022
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”)	Brasil	54,00	54,00
Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) (*)	Brasil	100,00	100,00
OM Linha 6 Participações S.A. (“OM Linha 6”)	Brasil	42,00	42,00

(*) Em 31 de dezembro de 2022, os saldos da CRO encontravam-se apresentados em “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” e “Passivo Relacionados aos Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação”, cujos efeitos estão demonstrados na Nota 10. Além disso, os resultados e fluxos de caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram classificados de forma aglutinada na rubrica de operações descontinuadas, conforme mencionado na Nota 1 (d). **2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (“moeda funcional”). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. **2.5. Ativo Intangível:** Os ativos intangíveis são constituídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICP 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.6. Benefícios a Empregados:** **a) Participação nos Lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em consideração o atingimento de metas previamente definidas. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **b) Obrigações de Aposentadoria:** O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. (“Vexty”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a Empregados. **2.7. Adoção inicial de novas normas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não impactaram significativamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a saber: a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguros; b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e; d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros. Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, pois a sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2024, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2); b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) e; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2).

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos: Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas. **a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável. O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. **c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis:** A amortização dos ativos intangíveis reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos serão consumidos

ou o prazo final da concessão, dos dois o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do setor. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **e) Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias:** A Companhia e suas empresas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro: As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para os diferentes negócios do Grupo. **4.2. Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços. A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. **a) Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

b) Risco de Crédito: As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody’s) e o respectivo Patrimônio Líquido das contrapartes. **c) Risco de Mercado/Taxas de Juros:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. Em 31 de dezembro de 2023, as dívidas contratadas estão sujeitas às variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”). Em sua maioria, as investidas operacionais também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA. **4.3. Gestão de Capital – Consolidado:** Os objetivos da Companhia e suas empresas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos. O Grupo monitora a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total. O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.215.005	1.045.645
Caixa e equivalentes de caixa	6	(191.301)	(113.305)
Títulos e valores mobiliários	7	(131.679)	(126.431)
Dívida líquida		892.025	805.909
Passivo a descoberto	16	(898.813)	(692.387)
Total do capital próprio e de terceiros		(6.788)	113.522
Índice de alavancagem financeira – %		-13141%	710%

5. Instrumentos Financeiros por Categoria – A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Nota	2023		2022	
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	191.301	–	113.305
Títulos e valores mobiliários	7	131.679	–	126.431	–
Demais contas a receber	8	–	–	–	68.155
Outros ativos		–	9.635	–	9.019
		131.679	200.936	126.431	190.479
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	–	1.215.005	–	1.045.645
Fornecedores	9	–	2.577	–	2.331
Arrendamento mercantil operacional	14	–	26.049	–	23.858
Partes relacionadas	9	–	67.526	–	49.822
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		–	11.316	–	19.954
		–	1.322.473	–	1.141.610

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	106	138	473	1.395
Aplicações financeiras	119.616	65.262	190.828	111.910
	119.722	65.400	191.301	113.305

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 95% e 100% do CDI (2022 – 93% e 127% do CDI).

7. Títulos e valores mobiliários – Consolidado – Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 131.679 (2022 – R\$ 126.431) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP OTP CRB”), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”). A CRB era controlada integral da OTP Rodovias, sendo o controle acionário alienado pela OTP Rodovias em 28 de maio de 2019. A CRB iniciou suas operações em abril de 2009, tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos

9. Partes Relacionadas – (I) Saldos e Transações com Empresas Ligadas

	Controladora				
	Ativo circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Outros contas a receber com partes relacionadas	Dividendos a receber	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Resultado
Agrovia (a)					
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	279	–	3.707	–	344
Concessionária Litoral Norte (“CLN”) (d)	–	–	–	–	1.542
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	1.166	–	–	274	(461)
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (b)	73	–	–	1	–
Odebrecht Overseas Ltd (“OOL”) (c)	–	–	–	–	58.709
OTP Mobilidade S.A. (“OM”) (a) (b) (d)	1.907	1.553	1.585	–	(8.887)
OTP Rodovias (e)	–	–	–	17	38.767
OM Linha 6 (b)	7	–	–	–	–
Vexty S.A. (b)	–	–	–	33	33
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.432	1.553	5.292	325	97.476
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.077	4.125	4.765	786	(7.789)

	Consolidado				
	Ativo circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Outros contas a receber com partes relacionadas	Dividendos a receber	Fornecedores	Partes relacionadas	Resultado
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	314	–	–	–	–
Concessionária Litoral Norte (“CLN”) (d)	–	2.787	–	–	1.542
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	1.486	–	491	–	461
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (b)	–	–	–	–	–
Odebrecht Overseas Ltd (“OOL”) (c)	100	–	1	–	–
Guaraná Urban Mobility Incorporated (“GUMI”) (f)	–	–	–	1.035	6.390
Gumi Brasil Participações S.A. (g)	–	–	–	–	–
Novonor S.A. (b)	12	–	–	–	304
Sitpar Participações S.A. (g)	–	–	–	–	–
Vexty S.A. (b)	–	–	52	–	2.427
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.912	2.787	544	1.035	67.526
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.452	1.492	290	1.755	(8.748)

(a) Os valores apresentados em Partes relacionadas no Ativo (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com as controladas Agrovia e OM, remuneradas a taxas de mercado, sendo eliminados no Consolidado. (b) Os valores apresentados em Outras contas a receber e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como alugueis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas. (c) Os valores devidos à OOL decorrem da cessão de recebíveis e da aquisição de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle acionário da Supervia. (d) Os valores apresentados em Dividendos a Receber referem-se a dividendos e/ou juros sobre capital próprio, aprovados pelas investidas, a favor da Companhia, conforme apresentado na Nota 11 (d). Em 31 de dezembro de 2023, os valores a receber da investida CLN foram reclassificados para Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10(a)). (e) O valor apresentado em Partes relacionadas no Passivo (na Controladora) decorrem de operações de mútuos realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação das participações detidas nas Concessionárias Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”), pela OTP Rodovias, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras

da Companhia. (f) Refere-se a dividendos a pagar pela OM ao acionista não controlador, conforme descrito na Nota 11 (d). (g) Valor devido pelo VLTGO em decorrência dos dispêndios incorridos pelos acionistas no processo de licitação. **(ii) Remuneração do Pessoal Chave da Administração – Consolidado**

	2023	2022
Salários	10.477	5.042
Encargos	2.095	1.008
Previdência complementar	86	42
Outros	61	35
	12.719	6.127

10. Ativos Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas

Tendo em vista a descontinuidade das operações da Agrovia e a reclassificação dos investimentos na CLN e na CRO para “Ativos não Circulantes Mantidos para Negociação”, mencionados na Nota 1, os resultados apurados e os fluxos de caixa dessas empresas passaram a ser apresentados de forma aglutinada na Demonstração do

	Nota	2023		2022	
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado
usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a variação das cotas do FIP OTP CRB foi de R\$ 21.334 (2022 – R\$ 7.498), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB, tendo sido a Companhia recebida o montante de R\$ 16.086 decorrente da distribuição de dividendos pela CRB ao FIP.					

8. Demais Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Linha Universidade S.A.	–	38.858	–	68.155
	–	38.858	–	68.155

A Companhia e a sua controlada OM possuíam valores a receber em decorrência da cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo, que era detido pela Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move SP”). Tais valores decorriam dos pagamentos efetuados às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, através da execução de garantias financeiras previamente outorgadas pelos acionistas da Move SP. Os valores eram devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão, as obrigações de pagamento da Move SP para suas acionistas foram assumidas pela Linha Universidade S.A., subsidiária da empresa Acciona Construção S.A., dividido em 4 parcelas anuais, remuneradas a 3% a.a., sendo as últimas parcelas, nos montantes de R\$ 39.746 e R\$ 29.967 recebidas pela OTP e pela OM em outubro de 2023.

	Controladora				
	Ativo circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Outros contas a receber com partes relacionadas	Dividendos a receber	Fornecedores	Partes relacionadas	Resultado
Agrovia (a)					
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	279	–	3.707	–	344
Concessionária Litoral Norte (“CLN”) (d)	–	–	–	–	1.542
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	1.166	–	–	274	(461)
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (b)	73	–	–	1	–
Odebrecht Overseas Ltd (“OOL”) (c)	–	–	–	–	58.709
OTP Mobilidade S.A. (“OM”) (a) (b) (d)	1.907	1.553	1.585	–	(8.887)
OTP Rodovias (e)	–	–	–	17	38.767
OM Linha 6 (b)	7	–	–	–	–
Vexty S.A. (b)	–	–	–	33	33
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.432	1.553	5.292	325	97.476
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.077	4.125	4.765	786	(7.789)

	Consolidado				
	Ativo circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Outros contas a receber com partes relacionadas	Dividendos a receber	Fornecedores	Partes relacionadas	Resultado
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	314	–	–	–	–
Concessionária Litoral Norte (“CLN”) (d)	–	2.787	–	–	1.542
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	1.				

... continuação

OTP S.A.

resultado e os ativos e passivos correspondentes alocados em rubricas especifica no balanço patrimonial consolidado, sendo os efeitos detalhados nos itens (a) e (b) a seguir.

a) Saldo Patrimonial

Ativo	Ativos não circulantes mantidos para negociação		Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.548	Fornecedores	-
Contas a receber	-	28.568	Empréstimos e financiamentos	953.074
Dividendos a receber	2.787	-	Partes relacionadas	387
Tributos a recuperar	-	3.144	Impostos, taxas e contribuições sociais	8.269
Outros ativos	-	13.266	Obrigações sociais e trabalhistas	12.062
Ativo circulante	2.787	72.526	Outros passivos	12.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	26.647	Passivo circulante	1.003.588
Outros ativos	-	5.743	Provisão para perdas ao valor recuperável de investimentos	945.543
Investimentos	2.668	-	Provisão para contingências	2.684
Imobilizado	-	1.529	Outros passivos	174.878
Intangível	-	2.020.248	Passivo não circulante	1.123.105
Ativo não circulante	2.668	2.054.167	Total do passivo	2.126.693
Total do ativo	5.455	2.126.693	Total do passivo e patrimônio líquido	2.126.693

Com a alienação da CRO em maio de 2023, os saldos ativos e passivos da controlada foram baixados integralmente, em decorrência da alienação da participação societária pela OTP Rodovias.

b) Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Operação descontinuada	2023		2022	
	OTP	Agrovia	Eliminações	Total de efeitos
Operações descontinuadas				
Receita líquida	-	-	-	635.296
Custo dos serviços prestados	-	(4)	-	(382.020)
Lucro (prejuízo) bruto	(4)	(4)	535	253.276
Despesas gerais e administrativas	-	(695)	-	(14.851)
Outras despesas, líquidas	-	-	152	81
Resultado operacional	(699)	(699)	535	209.564
Equivalência patrimonial	(12.100)	-	-	(63.034)
Resultado financeiro líquido	343	(11.963)	-	458
Resultado antes dos impostos	(11.757)	(12.662)	12.100	(9.839)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(10.783)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(11.757)	(12.662)	12.100	10.297
Participação dos acionistas não controladores	-	562	-	748
	(11.757)	(12.662)	12.100	10.297

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023		2022	
	OTP	Agrovia	Eliminações	Total de efeitos
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(11.757)	(12.662)	12.100	11.055
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício	-	4	-	66.911
Depreciação e amortização	(343)	11.961	-	181.696
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	(3.524)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12.100	-	(12.100)	63.034
Provisão para conserva	-	-	-	8.662
Baixa de investimentos	-	-	(67.663)	-
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	-	71.630
Outros	-	-	-	2.634
Total de ajustes para reconciliação	11.757	11.965	(12.100)	394.567
Variação nos ativos e passivos	(200)	(200)	-	(131.055)
Caixa proveniente das operações	(897)	(897)	-	274.567
Juros pagos	-	-	-	(54.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(2.896)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	-	(897)	-	216.913
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	-	-
Adições ao imobilizado	-	-	-	(137)
Adições ao intangível	-	-	-	(150.635)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	(150.772)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(102.869)
Pagamento de custos de transação	-	-	-	(1.990)
Partes relacionadas	-	-	-	(19.232)
Aumento de capital social	-	872	(872)	18.976
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	872	(872)	(438)	841
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	-	-	-	(104.274)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(25)	(872)	-	38.133

11. Investimentos – a) Informações sobre as Investidas – Controladora

Quantidade de ações integralizadas pela OTP	Participação direta (%)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Agrovia do Nordeste S.A.	55.653.447	54.781.447	95,59	95,51	(24.527)	(12.734)
OTP Mobilidade S.A.	24.932.530	38.908.259	60,00	60,00	40.033	68.324
OTP Rodovias S.A.	1.273.695.539	1.202.509.106	100,00	100,00	205.932	173.137
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	15.091	70.936

b) Movimentação dos Investimentos – Controladora

Investimentos	Saldo no início do exercício		Redução de capital		Equivalência patrimonial		Ajustes de avaliação		Operações descontinuadas		Dividendos		Reclassificação		Saldo no final do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN") (*)	2.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.668)	-
OTP Mobilidade S.A.	40.994	-	(13.976)	-	(1.854)	-	-	-	(1.144)	-	-	-	-	-	24.200	-
OTP Rodovias S.A.	173.137	71.186	-	-	(38.391)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205.932	-
OTP SPV Participações S.A.	70.936	-	-	-	(55.845)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.091	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	287.735	71.186	(13.976)	(96.090)	-	(1.144)	(2.668)	245.043	-	-	-	-	-	-	221.598	-

c) Movimentações Societárias – Controladora: Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia subscreveu 956.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R\$ 956, tendo integralizado, em moeda nacional corrente, 872.000 ações, no montante de R\$ 872. Os recursos foram destinados à cobertura de despesas ordinárias da controlada. Em 23 de dezembro de 2022, havia sido aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R\$ 23.293, com o cancelamento de 23.292.881 de ações, mediante devolução em moeda corrente, cujos montantes foram reconhecidos e pagos em 01 de fevereiro de 2023, sendo R\$ 13.976 para a Companhia e R\$ 9.317 para a Gumi. Em 3 de novembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R\$ 27.379, com o cancelamento de 27.379.217 de ações, mediante devolução em moeda corrente, sendo R\$ 16.428 para a Companhia e R\$ 10.952 para a Gumi, a ser reconhecida e paga em 2024. Em 02 de maio de 2023, no contexto da alienação de controle da CRO, a Companhia subscreveu 71.186.433 emitidas pela OTP Rodovias, no montante de R\$ 71.186, mediante integralização com créditos de mútuos a receber da CRO.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber – Controladora

Recebimento de dividendos (i)/(ii)	OM		CLN		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos mínimos obrigatórios (ii)	-	-	248	248	248	248
Dividendos adicionais (iii)	1144	1.295	2.439	-	3.583	1.295
Reclassificação – Ativo não circulante mantido para negociação	-	-	(2.787)	(2.787)	(2.787)	(2.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.144	1.295	2.439	-	3.583	1.295

(i) Em 01 de fevereiro de 2023, ocorreu o pagamento de dividendos devidos pela OM aos seus acionistas sendo R\$ 2.224 para a Companhia e R\$ 1.483 para a Gumi. (ii) Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado apurado no exercício 2022, que foram aprovados pela CLN em Assembleia Geral Ordinária e pagos em 2023. (iii) Dividendos adicionais propostos pela CLN que foram aprovados pela CLN deliberou em Assembleia Geral Extraordinária. (iv) Em 10 de maio de 2023, foi deliberado, em Assembleia Geral Ordinária, a destinação de dividendos por parte da OM, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 2.588, sendo R\$ 1.553 a favor da Companhia e R\$ 1.035 a favor da Gumi. O montante aprovado foi superior aos dividendos mínimos obrigatórios que haviam sido propostos pela OM em 31 de dezembro de 2022, tendo sido complementados os montantes respectivos de R\$ 1.144 e R\$ 763.

e) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos – Consolidado

Investimentos	Saldo no início do exercício		Impairment		Equivalência patrimonial		Ajustes de avaliação		Reclassificação		Saldo no final do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
CLN	2.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.668)	-
Rio Trens Participações S.A. ("RTP") (**)	70.936	-	-	-	(55.844)	-	-	-	-	-	15.092	-
Move SP (*)	4.846	-	-	-	(455)	-	-	-	-	-	4.391	-
VLT RJ (***)	-	-	138	(138)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.450	-	138	(138)	(56.437)	-	(2.668)	19.483	-	-	19.483	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.576	12.666	(27.099)	13.845	(10.517)	979	-	78.450	-	-	78.450	-

(*) Participação societária detida pela controlada indireta OML6 na Move SP, que permanecerá ativa até a efetivação dos seus direitos e o cumprimento de suas obrigações. (**) Participação residual indireta na RTP, controladora da Supervia, detida pela OTP

12. Imobilizado – Consolidado

Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações		Móveis e utensílios		Veículos e embarcações		Direito de uso (*)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Custo	32.293	34.662	1.353	2.533	16.218	16.218	87.059	87.059	162.118	162.118
Depreciação acumulada	(2.320)	(8.036)	(1.055)	(1.562)	(3.797)	(3.797)	(16.770)	(16.770)	(16.770)	(16.770)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	29.973	26.626	298	971	12.421	12.421	70.289	70.289	145.348	145.348
Remensuração de contrato (**)	-	-	-	-	6.047	6.047	6.047	6.047	6.047	6.047
Baixas, líquidas de depreciação	(277)	(1.021)	(6)	-	(15)	(15)	(15)	(15)	(15)	(15)
Depreciação	-	(34)	(42)	-	(1.981)	(1.981)	(2.057)	(2.057)	(2.057)	(2.057)
Mantidos para negociação (***)	(183)	(927)	(184)	(971)	-	-	(2.265)	(2.265)	(2.265)	(2.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.513	24.644	66	66	16.472	16.472	70.695	70.695	145.348	145.348
Custo	31.674	30.030	700	95	84.764	84.764	144.069	144.069	144.069	144.069
Depreciação acumulada	(2.161)	(5.386)	(634)	(95)	(5.793)	(5.793)	(14.069)	(14.069)	(14.069)	(14.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.513	24.644	66	66	16.472	16.472	70.695	70.695	144.069	144.069
Baixas de ativos (custo)	(18)	(205)	(536)	(95)	(854)	(854)	(854)	(854)	(854)	(854)
Baixas de depreciação	17	192	528	95	832	832	832	832	832	832
Reclassificação	973	1.194	(1)	-	2.166	2.166	2.166	2.166	2.166	2.166
Depreciação	-	(23)	(36)	-	(1.981)	(1.981)	(1.981)	(1.981)	(1.981)	(1.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.485	25.802	21	21	14.491	14.491	70.799	70.799	144.069	144.069
Custo	32.629	31.019	163	-	86.076	86.076	144.069	144.069	144.069	144.069
Depreciação acumulada	(2.144)	(5.217)	(142)	-	(7.774)	(7.774)	(14.069)	(14.069)	(14.069)	(14.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.485	25.802	21	21	14.491	14.491	70.799	70.799	144.069	144.069

Taxas anuais de depreciação (%)

até	2023	2022
até 17	4	10
até 25	-	25

(*) Representa os direitos de uso relativos a contratos de arrendamento mercantil. (**) Reflexo do ajuste de mensuração de contrato de arrendamento, devido a alteração no fluxo de pagamentos. (***) Refere-se aos saldos da controlada CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Composição

Controladora	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Corporativo (a)	1.140.081	982.339	1.140.081	982.339
Captações estruturadas (b)	-	-	74.924	63.306
Total	1.140.081	982.339	1.215.005	1.045.645

Movimentação

Controladora	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	982.339	911.413	1.045.645	1.915.467
Amortização de principal	-	(54.664)	-	(54.664)
Apropriação de juros	157.742	134.889	169.360	144.403
Pagamento de juros	-	(9.299)	-	(9.299)
Mantidos para negociação (i)	-	-	-	(950.262)
Saldo final	1.140.081	982.339	1.215.005	1.045.645

(i) Refere-se aos saldos da controladas CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

a) Corporativo: A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 270.114 (2022 – R\$ 229.747), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, no montante de R\$ 869.967 (2022 – R\$ 752.592), com remuneração de CDI + 2,28% a.a. A Companhia e o Banco do Brasil encontram-se em processo de negociação quanto à formalização da postergação do prazo de vencimento da dívida. Quanto às debêntures privadas subscritas pelo Bradesco, a última prorrogação definiu novo vencimento dia 22 de novembro de 2023, estando os efeitos dos eventos de inadimplemento suspensos até o dia 17 de maio de 2024, conforme aprovado em AGD realizada no dia 18 de março de 2024. Em 31 de dezembro de

... continuação

OTP S.A.

durante a vigência das operações. **d) Garantias:** (i) O contrato de financiamento da CRO com a CEF e o Contrato de Prestação de Garantias com os Bancos Credores possuam garantias fidejussória e fiança corporativa da OTP e da OTP Rodovias, alienação fiduciária das ações de emissão da CRO e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, decorrentes do projeto de adiantamentos para futuro aumento de capital e de múltiplos subordinados, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias foram liberadas. (ii) Para garantir as obrigações decorrentes da emissão de debêntures da Agrovía, foram outorgadas as seguintes garantias: (a) fiança corporativa da OTP, (b) alienação fiduciária das ações de emissão da Agrovía, (c) cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, (d) cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, (e) cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, (f) cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas. (iii) Para garantir as obrigações decorrentes dos empréstimos corporativos junto ao Banco do Brasil e a emissão de debêntures da OTP, foram outorgadas as seguintes garantias: (a) cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, (b) cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, (c) cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Destaque que com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial das referidas dívidas corporativas, bem como que, em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas. (iv) Além das garantias mencionadas, a Companhia forneceu um *Equity Support Agreement* ("ESA") para empréstimos e financiamentos contratados pela investidora VLT RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%. Em 14 de julho de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações, as garantias vinculadas à VLT RJ foram liberadas.

14. Arrendamento Mercantil Operacional

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	23.858	15.566	23.858	27.413
Amortização	(551)	(233)	(551)	(233)
Remensuração de contrato (*)	-	6.047	-	6.047
Baixas (*)	-	(13)	-	(13)
Apropriação das despesas financeiras	2.742	2.491	2.742	2.491
Mantidos para negociação (**)	-	-	-	(11.847)
Saldo final	26.049	23.858	26.049	23.858
Passivo circulante	686	424	686	424
Passivo não circulante	25.363	23.434	25.363	23.434
Saldo final	26.049	23.858	26.049	23.858

(*) Ajuste de remensuração de contrato, decorrente de alteração no fluxo de pagamentos.
(**) Refere-se ao efeito do saldo inicial da controladora CRO que, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser classificado na rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10). O reconhecimento inicial dos contratos

de arrendamento e apropriação das despesas financeiras levam em consideração a taxa média de captação obtida, a qual monta em 11,58%.

15. Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias – A Companhia e suas empresas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.439	1.286	1.485	1.286
Passivo não circulante	1.439	1.286	1.485	1.286

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente. **Perdas Possíveis, Não Provisionadas no Balanço:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas empresas controladas possuem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 5.699 (31 de dezembro de 2022, incluindo CRO – R\$ 19.505).

16. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2023	2022	2023	2022
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	214.666.816	100,00%	100,00%

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial: Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2023	2022
Saldo inicial	31.373	30.826
Ganho e perda de variação de percentual de participação (*)	(55)	547
Realização de ajustes de avaliação patrimonial em investida (**)	195	-
Saldo final	31.513	31.373

(*) Decorrem de alterações de percentual de participação nas investidas VLT RJ e Agrovía. (**) Realização dos efeitos decorrentes do VLT RJ, tendo em vista a alienação do investimento. **c) Destinação do resultado do exercício:** Conforme previsto nas Leis das Sociedades por Ações, os prejuízos apurados no exercício foram incorporados à conta de prejuízos acumulados, uma vez que não há saldos de lucros ou reservas a ser absorvidos.

17. Gastos por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Classificadas por natureza:	-	-	-	(11.708)
Alienação de investimentos	-	-	-	(2.061)
Depreciação e amortização	(2.012)	(2.022)	(2.044)	(2.061)
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.542	1.499	1.542	1.499
Gastos com pessoal	(8.802)	(6.861)	(17.068)	(15.173)
Serviços de terceiros	(2.418)	(1.315)	(10.062)	(4.954)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras despesas	(254)	(1.651)	(561)	(1.344)
Classificadas por função	(11.944)	(10.350)	(28.193)	(33.741)
Custos dos serviços prestados	(13.232)	(11.857)	(29.174)	(23.621)
Gerais e administrativas	1.288	1.507	981	(10.120)
Outras receitas e despesas, líquidas	(11.944)	(10.350)	(28.193)	(33.741)

18. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras	11.085	9.953	15.309	12.509
Receitas com juros	1.187	-	1.866	150
Variáveis monetárias	-	-	1.334	(7.498)
Ajuste de valor justo	-	-	21.334	-
Outras	118	-	122	-
Despesas financeiras	12.390	9.953	38.631	5.161
Ajuste a valor presente	(2.742)	(2.513)	(2.742)	(2.513)
Despesas com juros	(166.656)	(141.396)	(166.729)	(143.165)
Outros	(760)	10.471	(1.353)	11.692
Resultado financeiro, líquido	(170.157)	(133.438)	(170.734)	(133.986)
Prejuízo por Ação – Consolidado:	(157.767)	(123.485)	(132.103)	(128.825)

19. Prejuízo por Ação – Consolidado: O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes – Entrada de recursos para a Companhia: Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utiliz

TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 46.743.997/0001-70 – Av. Paulista, 1728, 13º andar – Edifício Ourinvest – São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em 30 de novembro de 2020, a diretoria da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD"), anteriormente denominada Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A., condicionando-se a decisão e aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), aprovou a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 03 de maio de 2022, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa TTSCD, uma instituição financeira que tem por objeto: a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além desse objeto, a TTSCD pode prestar os seguintes serviços: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação

do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. Em 22 de junho de 2023, o BACEN aprovou a alteração do controle societário da TTSCD como consequência do ingresso do Itaú Unibanco S.A., que foi concluída com o fechamento da operação da Joint Venture entre a TOTVS S.A. e a referida instituição financeira em 31 de julho de 2023, denominada TOTVS Techfin S.A. A Joint Venture foi anunciada em 12 de abril de 2022, na qual cada uma das empresas detém 50% de participação. Nossa estratégia de negócio tem como objetivo atender às expectativas dos clientes e parceiros, a partir de suas necessidades, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com a Companhia. Em 03 de maio de 2023 a Companhia iniciou suas operações e encerrou o exercício registrando Prejuízo de R\$ 506, Patrimônio Líquido de R\$ 17.455 e Ativos Totais de R\$ 20.250. Em 21 de agosto de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R\$5.000, passando de R\$ 3.000 para R\$ 8.000, mediante a emissão de 5.065.905 (cinco milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e

sem valor nominal, correspondente a R\$ 0,986990393 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 2023. Em 08 de dezembro de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R\$10.000, passando de R\$ 8.000 para R\$ 18.000, mediante a emissão de 9.773.355 (nove milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente a R\$ 1,0231900918 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de dezembro de 2023. Para fins de pagamento de dividendos, a TTSCD, prevê em seu estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no formulário de referência da controladora TOTVS S.A. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

A Administração.

Balanco Patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. (valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	14.494	2.956
Instrumentos Financeiros	5a	5.468	-
Operações de Crédito	5a	5.468	-
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	(1.334)	-
Outros Créditos	6	856	-
Total do Ativo Circulante		19.485	2.956
Ativo Fiscal Diferido	13	738	-
Intangível	7	32	32
Amortizações	7	(4)	-
Total do Ativo não Circulante		765	32
Total do Ativo		20.250	2.988

Passivo	Nota	2023	2022
Obrigações Fiscais Correntes	8	415	2
Provisão para Pagamentos a Efetuar	9	46	25
Outros Passivos	11	1.838	-
Total do Passivo Circulante		2.299	-
Outros Passivos	11	496	-
Total do Passivo Não Circulante		496	-
Total do Passivo		2.795	27
Capital Social	12a	18.000	3.000
(-) Prejuízo Acumulado	12b	(545)	(39)
Total Patrimônio Líquido		17.455	2.961
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		20.250	2.988

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021						
Integralização de Capital	12a	3.000	-	-	-	3.000
Prejuízo do exercício	12b	-	-	-	(39)	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.000	-	-	(39)	2.961
Aumento de Capital	12b	15.000	-	-	-	15.000
Prejuízo Líquido do Exercício	12b	-	-	-	(506)	(506)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		18.000	-	-	(545)	17.455
Saldos em 30 de junho de 2023		3.000	-	-	91	3.091
Aumento de Capital	12b	15.000	-	-	-	15.000
Prejuízo Líquido do Semestre	12b	-	-	-	(636)	(636)
Saldos em 31 de dezembro 2023		18.000	-	-	(545)	17.455

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) - Em 31 de dezembro e 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em reais mil)

	Nota	2º semestre (636)	2023 (506)	2022 (39)
Prejuízo líquido do exercício				
Atividades Operacionais				
Ajustes ao Lucro Líquido		1.135	1.158	25
Amortização	7	3	4	-
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	1.330	1.334	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	(729)	(738)	-
Provisão para Impostos sobre o Lucro		31	65	-
Provisão de Outras Obrigações		500	493	25
Variáveis em Ativos e Passivos		(5.841)	(3.851)	2
(Aumento) em Operações de Crédito		(5.218)	(5.468)	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos		831	(593)	-
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		(1.753)	1.862	2
Aumento em Obrigações Fiscais Correntes		299	348	-
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		(5.342)	(3.199)	(12)
Impostos sobre o Lucro Pagos		(249)	(263)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional - A TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD"), anteriormente denominada Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A., é uma sociedade por ações, controlada pela TOTVS Techfin S.A., constituída em 30 de novembro de 2020 e obteve autorização do Banco Central para desempenho das atividades em 03 de maio de 2022. A companhia iniciou suas atividades operacionais em 03 de maio de 2023 e tem por objeto social principal atuar na realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da prática de atividades correlatas, como: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. Em 30 de junho de 2022 a Supplier Administradora era a única controladora da TTSCD e detinha 100% da participação societária. Em agosto de 2022, a TOTVS S.A. segregou suas operações do segmento Techfin, incluindo a participação societária na Supplier Administradora e suas controladas, em uma nova empresa denominada TOTVS Techfin S.A. Esta alteração societária fez parte do plano para efetivação da Joint Venture entre TOTVS S.A. e Itaú Unibanco, divulgada ao mercado em abril de 2022. Posteriormente, em 31 de outubro de 2022, a TTSCD foi cindida da Supplier Administradora para a TOTVS Techfin, também como parte das ações predecessoras à finalização da operação. Atualmente a TTSCD atua como agente de financiamento da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier Administradora") e pretende se tornar uma entidade emissora de moeda eletrônica do tipo cartão de crédito pós-pago private label em 2024, a fim de fomentar a democratização do acesso a serviços financeiros às pequenas e médias empresas. O endereço do escritório da companhia é Avenida Paulista, 1728, 13º andar, São Paulo-SP. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras** - As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central ("BACEN") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), bem como o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020 que trata dos critérios para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 22 de março de 2024. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** - Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração dos resultados:** O resultado é registrado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de crédito são apropriados ao resultado pelo critério pro rata dia, conforme condições de contratação. Em relação ao resultado de cessão de títulos de crédito, o reconhecimento ocorre no ato da cessão e é determinado pela taxa de desconto pactuada entre as partes. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações. Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da TTSCD. **c. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações são registradas a valor presente, utilizando a taxa de juros pactuada conforme contrato, e enquadradas nos respectivos níveis de risco, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em um dos nove níveis (de "AA" a "H" - risco máximo) conforme os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99. Além da inadimplência, outros fatores considerados para a classificação de risco são grau de endividamento, situação econômico-financeira, entre outros, conforme Artigo 2º da Resolução CMN nº 2.682/99. A TTSCD realiza a cessão das operações de crédito periodicamente ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Supplier") com transferência substancial de riscos e benefícios. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria "operações com transferência substancial de riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado. **d. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída considerando a alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil no ano.

A Contribuição Social sobre o Lucro é apurada considerando a alíquota de 9%. O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização. As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quando relacionadas à avaliação de instrumentos financeiros à valor justo, quando são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **e. Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com esta finalidade. É composto por: **• Software:** registrado pelo custo deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. **f. Estimativas contábeis:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: **• Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** - As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Mediante a atribuição do nível de risco é determinado o valor da provisão considerando os percentuais descritos pela norma. **• Impostos diferidos** - Ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias debitáveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. **g. Novas Políticas Contábeis adotadas ou revisadas:** A seguir apresentamos revisões e alterações em normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2023 que não tiveram impacto ou tiveram impacto não significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia: **• Instrução Normativa BCB nº 319/2022** revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta Circular nº 3.429/2020, que estabelece regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente do Brasil é o CPC 25 - Provisões para Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Seguindo as diretrizes do grupo, a TTSCD é aderente a esta norma, no entanto, atualmente não possui passivos ou ativos contingentes. **• Resolução CMN nº 5.050 de 25/11/2022** dispõe sobre a organização e o funcionamento de sociedade de crédito direto e de sociedade de empréstimo entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica a partir de 1º de janeiro de 2023. A TTSCD é constituída e opera em conformidade com o disposto na referida norma. As seguintes normas e regulamentos entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025: **• A Resolução CMN nº 4.966/2021**, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. **• A Lei nº 14.467/2022** alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A avaliação, elaboração e aprovação do Plano de Implementação da TTSCD aos normativos acima citados, bem como o cronograma de implementação, serão realizados a partir do primeiro semestre de 2024. **• A Resolução CMN nº 4.975/2021**, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. Para a TTSCD esta norma não é aplicável, pois não existem contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Demonstração de Resultados - Períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º semestre (4.705)	2023 (4.928)	2022 (307)
Receitas de Intermediação Financeira		4.705	5.236	-
Operações de Crédito	5e	4.398	4.928	-
Resultado de Aplicações Financeiras		307	307	-
Despesas de Intermediação Financeira		(3.042)	(3.214)	-
Operações de Crédito	5e	(3.042)	(3.214)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.663	2.021	-
Despesas de Pessoal	14	(943)	(996)	-
Despesas Tributárias	14	(223)	(252)	(3)
Despesa com Processamento de Dados	14	(91)	(154)	(11)
Outras Despesas Administrativas	14	(131)	(139)	-
Outras Despesas Administrativas	14	(28)	(57)	(25)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	(1.330)	(1.334)	-
Despesas com Amortização	7	(3)	(4)	-
Receitas/(Despesas) Operacionais		(2.749)	(2.936)	(39)
Resultado Operacional		(1.086)	(915)	(39)
Resultado antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		(1.086)	(915)	(39)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Diferidos	13	729	738	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	13	(280)	(329)	-
Lucro/(Prejuízo) do Período		(636)	(506)	(39)
Média Ponderada do Número de Ações		13.608.066	13.608.066	3.000.000
Lucro/(Prejuízo) por Ação R\$		(0,00005)	(0,00004)	(0,00001)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º semestre (636)	2023 (506)	2022 (39)
Prejuízo do Período		(636)	(506)	(39)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
Resultado Abrangente do Período		(636)	(506)	(39)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	Níveis de risco										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2023	31/12/2022
Operações a vencer	84	1.525	134	33	17	107	7	45	1.952	-	-
1 a 30	84	1.283	132	24	17	73	7	45	1.665	-	-
31 a 60	-	159	1	7	-	34	-	-	201	-	-
61 a 90	-	52	1	2	-	-	-	-	55	-	-
91 a 120	-	21	-	-	-	-	-	-	21	-	-
121 a 150	-	10	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Provisão existente	-	8	1	1	1	31	3	45	90	-	-
Operações vencidas	-	428	385	293	836	495	146	26	907	3.516	-
1 a 30	-	428	385	89	390	6	1	-	69	1.367	-
31 a 60	-	-	-	204	253	230	2	-	538	1.226	-
61 a 90	-	-	-	193	217	20	1	20	451	61	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	42	123	25	315
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	155	155	-
Total de operações	84	1.958	517	326	852	602	153	26	950	5.468	-
Provisão existente	-	2	4	9	84	148	72	18	907	1.245	-
Total provisões existentes	-	10	5	10	86	180	75	18	950	1.334	-

b. Setor de atividade econômica

Comercio	2.856	2022
Habituação	2	-
Industria	492	-
Rural	44	-
Pessoa Física	128	-
Outros Servicos	1.546	-
Total	5.468	-

c. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	2023	2022
Saldo inicial do período	-	-
Constituição	4	-
Saldo em 30 de junho de 2023	4	-
Constituição	1.919	



VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. "Companhia" tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. Para viabilizar o seu papel como empresa sólida e referência no setor, a VR Benefícios conta com um portfólio completo e variado de produtos que atendem às diversas necessidades de seus Clientes-RH. Os diversos produtos oferecidos ainda contam com diferenciais competitivos técnicos e de relacionamento. Nesse sentido, a VR Benefícios

oferece cartões com microchips aceitos por uma rede de Estabelecimentos Comerciais presente em 99% do território nacional e uma plataforma integralmente online para acompanhamento de histórico de transferências realizadas e saldo por parte de seus Clientes-RH, Usuários-Beneficiários e Estabelecimentos Comerciais credenciados. Em 17 de abril de 2020, os acionistas aprovaram um aporte de capital no valor de R\$ 310.000, mediante a emissão de 15.218.458 novas ações no valor de R\$ 1 real cada ação. O aumento de capital foi subscrito por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa Pontomais Tecnologia S.A., e em 27 de março de 2023 foi realizada aquisição de 44% das ações totalizando 95% das ações da empresa, que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online. Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R\$ 211.511, corrigido pelo CDI, referente a integralização de capital, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirida 50% da empresa Mazi Holding Ltda., que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Serviços

de Marketing S.A., e em 09 de novembro de 2023 foi realizada aquisição de 24,90% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A. e sua atividade consiste no serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A. e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software, cessão de direito de uso de sistema de computação, dentre outros. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2023, foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

A Administração
São Paulo, 28 de março de 2024

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		2.446.749	1.783.669	Circulante		2.434.798	1.642.663
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.714.308	1.070.785	Créditos em circulação	13	2.184.320	1.516.784
Contas a receber de clientes (líquido de provisão para perdas esperadas)	5	632.460	626.604	Fornecedores	14	9.883	23.319
Impostos a recuperar	6	93.820	81.741	Obrigações fiscais	15	55.926	31.304
Despesas antecipadas		625	553	Obrigações trabalhistas	16	65.480	40.090
Outras contas a receber		5.536	3.986	Valores a pagar para sociedades ligadas	28	24.198	-
				Outras obrigações	17	84.991	31.166
Não Circulante		696.064	474.952	Não Circulante		39.625	16.303
Imposto diferido	12b	133.280	126.629	Fornecedores	14	8.295	-
Depósitos judiciais	10	801	776	Obrigações trabalhistas	16	19.048	-
Contas a receber com partes relacionadas	7	36.492	-	Provisão para contingências	11a	2.750	1.821
Investimentos	8	406.881	260.495	Valores a pagar para sociedades ligadas	28	9.532	14.482
Imobilizado	9	16.590	56.053	Patrimônio Líquido		668.390	599.655
Intangível	10	102.020	30.999	Capital social	18	154.405	154.405
				Reservas de capital		294.782	294.782
				Reservas de lucros		215.804	145.608
				Dividendos obrigatórios não distribuídos		3.399	4.860
Total do ativo		3.142.813	2.258.621	Total do passivo e patrimônio líquido		3.142.813	2.258.621

Demonstrações dos Resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	808.428	663.980
Custo dos serviços vendidos	20	(474.200)	(422.096)
Resultado operacional bruto		334.228	241.884
Despesas gerais e administrativas	21	(111.763)	(61.400)
Despesas com pessoal	22	(233.567)	(191.750)
Despesas tributárias	23	(58.528)	(34.639)
Resultado de participação	8	(12.738)	(10.624)
Reversões (provisões) diversas	25	(497)	737
Outras receitas (despesas) operacionais	26	47.389	34.353
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		(35.476)	(21.439)
Resultado financeiro	24	144.115	103.177
Resultado operacional		108.639	81.738
Resultado não operacional		(1.779)	(1.194)
Resultado antes da tributação		106.860	80.544
Imposto de renda e contribuição social	12a	(42.522)	(20.878)
Imposto diferido	12a	6.652	(328)
Lucro líquido do exercício		70.990	59.338
Lucro líquido por ações		0,46	0,38

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)									
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucro	Dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	154.405	-	294.782	4.556	84.533	2.041	-	-	540.317
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59.338	59.338
Destinação proposta:									
Reservas/Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	2.967	53.552	2.819	-	(59.338)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	154.405	-	294.782	7.523	138.085	4.860	-	-	599.655
Outras reservas de lucro	-	-	-	-	2.041	(2.041)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(2.819)	-	-	(2.819)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	70.990	70.990
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	564	564
Destinação proposta:									
Reservas/Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	3.578	64.577	3.399	(564)	(70.990)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	154.405	-	294.782	11.101	204.703	3.399	-	-	668.390

Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	70.990	59.338	
Outros resultados abrangentes	564	-	
Resultados abrangentes do exercício	71.554	59.338	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	70.990	59.338	
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	28.448	14.620	
Resultado de participação em controlada	12.738	10.624	
Provisão (reversão) para perda ao valor recuperável	9.216	13.494	
Provisão (reversão) para créditos prog. fidelidade	54.149	9.610	
Provisão (reversão) para despesas diversas	-	(202)	
Provisões (reversões) para riscos fiscais	929	286	
Provisão para incentivos de longo prazo	18.441	-	
Imposto de renda diferido	(6.652)	328	
Ajuste de exercício anterior	564	-	
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	42.522	20.878	
Variáveis nos ativos e passivos operacionais:			
Aumento em contas a receber de clientes	(15.073)	(177.746)	
Aumento em impostos a recuperar	34.967	608	
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(72)	(112)	
(Aumento) redução em outras contas a receber	(1.550)	(765)	
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(25)	(7)	
Aumento em créditos em circulação	667.536	209.615	
Aumento (redução) em fornecedores	13.909	7.099	
Redução em obrigações fiscais	(17.901)	(8.757)	
Aumento em obrigações trabalhistas	6.949	9.632	
Redução em outras obrigações	9.676	1.800	
Aumento (Redução) em mútuo a receber	(36.492)	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.046)	(26.441)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	846.223	143.902	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento	(159.124)	-	
Aquisição de imobilizado de uso	(12.321)	(30.489)	
Alienação de imobilizado de uso	419	14.340	
Aquisição de intangível	(48.103)	(14.327)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(219.129)	(30.476)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Valores a pagar (pagos) para sociedades ligadas	(16.429)	(1.710)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(16.429)	(1.710)	
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	643.523	111.716	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.070.785	959.069	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.714.308	1.070.785	
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	643.523	111.716	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A "Companhia" mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para 12 meses. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto e *joint-venture* é registrado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável. **Combinação de negócios:** As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para a companhia determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a companhia avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar resultados futuros. A contraprestação transferida é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui valores relativos ao pagamento de relacionamentos pré-existent. Esses valores são geralmente reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como um instrumento de patrimônio, ela não é remensurada e a liquidação é registrada no patrimônio. A contraprestação contingente restante é remensurada ao valor justo a cada data de relatório e as alterações subsequentes no valor justo são registradas na demonstração do resultado. **d. Ágio:** O ágio relacionado com a controlada e *joint-venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. **e. Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (*impairment*), quando aplicável, conforme CPC 27, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **f. Intangível:** Representado, principalmente, por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **g. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor

contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **h. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **i. Programa de fidelidade:** Controla as obrigações decorrentes do programa de fidelidade. O VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltada para as empresas parceiras, o qual possibilita o acúmulo de pontos para resgatar no marketplace ou realizar pagamento de boletos, voltado para mais saúde e nutrição para os trabalhadores. **j. Incentivo variável de longo prazo:** O presente Plano de Incentivo tem por objetivo preponderante a criação de incentivos e mecanismos de retenção de determinados executivos e com alto potencial para a Companhia, bem como estimular a consecução dos objetivos da Companhia por meio da possibilidade de aquisição de incentivo de longo prazo pelos participantes. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo. O pagamento baseado em ações é contabilizado pelo valor dos instrumentos patrimoniais concedidos e este custo é reconhecido durante o período de aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado é determinado por referência ao valor justo das condições de aquisição (em particular quando um funcionário permanece na empresa por um período específico). O valor de incentivo coletivo será definido a depender do valor final da companhia, por meio de Valuation da Companhia, que observará o seguinte critério: 30% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 70% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício, prazo final em 2027. **k. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **l. Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23). Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23). Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

a. Instrumentos financeiros – Não derivativos: Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **(ii) Recebíveis:** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em Circulação". Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos cíveis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgadas em notas explicativas. **m. Capital social:** Representado exclusivamente por ações. Os aumentos ou redução de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto da Companhia. **n. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base nas alíquotas vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	17.752	26.544
Aplicações financeiras (*)	1.696.556	1.044.241
	1.714.308	1.070.785

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 89,43% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 02 de janeiro de 2024 a 11 de maio de 2026 (2022 – 92% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 27 de fevereiro de 2023 a 15 de dezembro de 2025), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liquidez imediata podendo ser resgatados a qualquer momento sem qualquer penalidade.

5. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes	649.655	642.210
Contas a receber de partes relacionadas	-	2.020
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(17.195)	(17.626)
	632.460	626.604

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

	2023	2022
A vencer		
Até 90 dias	625.734	571.850
Vencidas		
De 30 a 90 dias	5.673	49.001
De 91 a 180 dias	351	4.390
De 181 a 360 dias	17.987	18.989
Saldo no fim do exercício	649.655	644.230

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(17.626)	(18.447)
(+) Adições (líquidas de reversões)	431	821
Saldo no fim do exercício	(17.195)	(17.626)

	2023	2022
A vencer		
Até 90 dias	(3.101)	(1.497)
Vencidas		
De 30 a 90 dias	(462)	(2.339)
De 91 a 180 dias	(188)	(1.213)
De 181 a 360 dias	(13.444)	(12.577)
Saldo no fim do exercício	(17.195)	(17.626)

6. Impostos a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	13.671	12.967
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	65.205	58.085
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	14.648	10.546
Outros	296	143
	93.820	81.741

7. Contas a receber com partes relacionadas – Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou mutuo a receber com a Audaz Tecnologia S.A. (Controlada), no valor de R\$ 36.492 à taxa média 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

8. Investimento – Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% no valor de R\$ 27.017, da empresa Pontomais Tecnologia S.A., que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online e gestão de jornada sem burocracia, gerando assim, um ágio de R\$ 21.320, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirido 50% da empresa Mazi Holding Ltda., controlada em conjunto, que tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Serviços de Marketing S.A. controlada em conjunto, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes, gerando assim, um ágio de R\$ 9.212, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A. controlada em conjunto, e sua atividade consiste no serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, gerando assim, um ágio de R\$ 17.426, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 27 de março de 2023, foi realizada a aquisição de 44% no valor de R\$ 88.780, da empresa Pontomais Tecnologia S.A., gerando assim, um ágio de R\$ 88.010, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2023 e 27 de março de 2023. Em 23 de junho de 2023, foi realizado aumento de capital no valor R\$ 5.000, na empresa Pontomais Tecnologia S.A., conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2023. Em 09 de novembro de 2023, foi realizada a aquisição de 24,90% no valor de R\$ 7.000, da empresa Global Serviços de Marketing S.A., totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 7.690, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2023. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% no valor de R\$ 52.539, da empresa VExpenses S.A. e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, eventos, treinamentos, palestras, conferências e atividades de apoio a empresas; prestação de serviços administrativos para terceiros, serviços especializados em tratamento de dados, prestação de serviços de consultoria empresarial e prestação de serviços de assessoria econômica e financeira, gerando assim, um ágio de R\$ 49.831, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2023. **Contraprestação contingente:** O companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R\$ 29.061 dentro de um prazo de 1 ano, caso a receita bruta seja superior R\$13.500, em 31 de dezembro de 2023 o valor justo da contraprestação contingente e de R\$ 24.198. Os investimentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim apresentados:

	2023	2022
Investimentos em controladas em conjunto	206.481	212.419
Capital a integralizar em controlada (*)	1.800	4.581
Contraprestação contingente	24.198	-
Ágio sobre investimento	174.402	43.495
	406.881	260.495

(*) O capital a integralizar em controlada é analisado anualmente pela Companhia tomando como base a necessidade de caixa das investidas. Segue abaixo informações sobre as empresas controladas e controladas em conjunto. As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços nas datas base de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	% Participação		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo)		Valor contábil do investimento		Resultado de participação	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PontoMais tecnologia S.A.	95,39	51,00	1.943	2.599	(5.656)	(8.946)	1.853	1.326	(4.798)	(4.371)
Global serviços de marketing S.A.	100	75,10	(4.212)	(1.352)	(2.876)	(2.425)	(4.212)	(1.016)	(2.518)	(1.804)
Audaz Tecnologia S.A.	50,10	50,10	1.261	10.837	(9.576)	(2.280)	632	5.429	(5.012)	(1.142)
VExpenses S.A.	60	-	1.005	-	(1.908)	-	603	-	(304)	-
Mazi Holding Ltda.	50,00	50,00	414.776	413.360	(212)	(6.614)	207.605	206.680	(106)	(3.307)
			414.773	425.444	(20.228)	(20.265)	206.481	212.419	(12.738)	(10.624)

Para fins de equivalência patrimonial da controlado em conjunto, foi adotado o balanço de 31/12/2023, conforme demonstramos a seguir: Mazi Holding Ltda.

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Ativo circulante	16	Passivo circulante	257
Ativo não circulante	415.017	Passivo não circulante	-
Investimentos	415.017	Patrimônio líquido	414.776
Total do ativo	415.033	Total do passivo e PL	415.033

O ágio é representado pela diferença entre o valor justo comparado com o valor contábil, fundamentado com a expectativa de geração de rentabilidade futura decorrente do

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de informática	20%	37.286	(32.005)	5.281	37.059	(30.631)	6.428
Máquinas e aparelhos	10%	1.093	(716)	377	1.068	(643)	425
Móveis e utensílios	10%	1.365	(597)	768	1.169	(534)	635
Outras imobilizações em curso	-	-	-	-	46.146	-	46.146
Ativo direito de Uso	20%	10.634	(709)	9.925	11.776	(9.499)	2.277
Outros	10%	593	(354)	239	453	(311)	142
		50.971	(34.381)	16.590	97.671	(41.618)	56.053

Em 2023 e 2022 não foram realizadas baixas de itens totalmente amortizados, a Administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos.

Movimentação do imobilizado

	2023	2022
Saldo no início do exercício	56.053	45.090
(+) Adições	12.321	30.489
(-) Movimentação/Baixa	(419)	(14.340)
(-) Transferência	(46.146)	-
(-) Depreciação	(5.219)	(5.186)
Saldo no fim do exercício	16.590	56.053

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um seguro patrimonial corporativo com a Axia Seguros S.A. no valor de R\$ 70.513 (R\$ 70.000 em 2022).

10. Intangível

	2023	2022
Gastos de implantação de sistemas	104.274	57.320
Outras imobilizações em curso	28.919	-
Mais valia	16.106	-
Amortização acumulada	(47.279)	(26.321)
	102.020	30.999

11. Ativos e passivos contingentes – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. **a. Provisão para riscos e obrigações legais por natureza:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2023			2022		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas						
Fiscais						
Remota	1	730	730	1	730	730
Trabalhistas						
Possível	19	1.442	-	15	998	30
Provável	9	447	71	4	59	16
Cíveis						
Provável	23	131	-	1	34	-
Ativo não circulante	-	-	801	-	-	776
Passivo não circulante	-	2.750	-	-	1.821	-

b. Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	2023	2022
Provisão para riscos fiscais	730	730
Provisão para riscos trabalhistas	1.889	1.057
Provisão para riscos cíveis	131	34
Total	2.750	1.821

Saldo em 1 de janeiro de 2022

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Constituição	-	869	-	869
Baixas	-	(434)	(150)	(584)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	730	1.057	34	1.821

Saldo final em 31 de dezembro de 2023

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Constituição	-	1.028	97	1.125
Baixas	-	(196)	-	(196)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	730	1.889	131	2.750

No risco das reclamações trabalhistas, as ações são acompanhadas internamente, levando em consideração as análises de advogados externos sobre as probabilidades de êxito e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação, a Companhia utiliza 73,50% como fator de risco para todas as ações judiciais. Nos riscos fiscais e cíveis, as ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo.

12. Imposto de renda e contribuição social – (a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

	2023	2022
--	------	------

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	106.860	80.544
Exclusões (adições):	100.596	29.615
Despesas indebitáveis	8.525	9.780
Provisões diversas	92.071	19.855
Lucro ajustado	207.457	110.159
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	6.652	(328)
Reversão de imposto de renda e contribuição social s/incentivos fiscais (d)	5.246	4.997
Imposto de renda e contribuição social corrente	(47.768)	(25.875)
(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos		

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Consti- tuição	(Real- ização)	Saldos em 31/12/2023
Provisão para contingências	619	316	-	935
Provisão para perda esperada	14.904	18.410	(147)	33.167
Provisão para incentivos de longo prazo	-	6.944	-	6.944
Prejuízo fiscal e base negativa	111.106	2.289	(21.161)	92.234
Total	126.629	27.959	(21.308)	133.280

De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e contribuição social:

Ano	2023	2022
-----	------	------

2023	-	13.267
2024	13.761	7.256
2025	18.932	7.431
2026	26.951	7.660
2027	34.103	9.133
2028	19.010	27.340
2029 a 2033	20.523	54.542
Total	133.280	126.629

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, e prejuízo fiscal e base negativa considerando a taxa média de captação, é de R\$ 83.588 (R\$ 72.772 em 2022). (d) A Companhia aderiu a Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, que tem por finalidade a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. **13. Créditos em circulação** – Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 2.184.320 (R\$ 1.516.784 em 2022). Dentro da rubrica crédito em circulação possui valores a pagar junto ao Banco VR S/A referente a realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) no montante de R\$ 253.365 (R\$ 226.708 em 2022), atualizado a taxa de 125% do CDI, a partir da venda dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais ao Banco.

	2023	2022
PontoMais tecnologia S.A.	102.630	21.438
Global Serviços de Marketing S.A.	10.958	4.631
Audaz Tecnologia S.A	10.982	17.426
VExpenses	49.832	-
	174.402	43.495

potencial da empresa. O ágio está sujeito a análise anual de rentabilidade em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 15. Segue abaixo abertura do ágio por empresa:

	2023	2022
PontoMais tecnologia S.A.	102.630	21.438
Global Serviços de Marketing S.A.	10.958	4.631
Audaz Tecnologia S.A	10.982	17.426
VExpenses		

21. Despesas gerais e Administrativas		2023	2022	25. Reversões (provisões) diversas		2023	2022				
Despesas de amortização e depreciação	(5.617)	(64)	Provisão/reversão para perda esperada associada ao risco de crédito (nota 5)	431	821						
Despesas de Comunicações	(1.178)	(504)	Provisão/reversão das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	(929)	(286)						
Despesas de serviços de terceiros (1)	(45.637)	(30.631)	Provisões/reversão para despesas diversas	(497)	737						
Despesas de propaganda e publicidade	(39.147)	(17.664)									
Despesas com viagens/estádias e locomoções	(3.888)	(1.536)									
Despesas de manutenção e conservação	(1.621)	(1.412)									
Despesas de processamento de dados	(7.376)	(4.973)									
Outras	(7.299)	(4.616)									
	(111.763)	(61.400)									
(1) Refere-se principalmente a contratos firmados com prestadores de serviços por parte relacionadas (nota 28).				26. Outras receitas (despesas) operacionais		2023	2022				
22. Despesas com pessoal		2023	2022	Ganhos com créditos em circulação (1)	57.142	48.434					
Salários	(112.564)	(98.535)	Perdas em recebimento de créditos	(9.649)	(14.314)						
Gratificação	(1.666)	(614)	Outras receitas/despesas	(104)	233						
Encargos	(38.818)	(34.381)		47.389	34.353						
Benefícios (1)	(37.062)	(31.086)									
Participação nos resultados (2)	(41.934)	(25.488)									
Despesas diversas de pessoal	(1.523)	(1.646)									
	(233.567)	(191.750)									
(1) A Companhia possui plano de assistência médica, seguro de vida e benefícios PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para todos os funcionários. (2) A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados ao fim de cada exercício, e programa de incentivos de longo prazo que buscam recompensar o colaborador que permanecem períodos na empresa.				(1) Receita relativa ao cancelamento de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias e reversão de saldos a pagar aos estabelecimentos sem domicílio bancário registrados há mais de 180 dias.							
23. Despesas tributárias		2023	2022	27. Gerenciamento de riscos – O Comitê Financeiro tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê regularmente reporta à Administração sobre suas atividades. (i) Risco Operacional: A companhia tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. (ii) Risco de crédito e aplicação dos recursos: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela análise das características individuais de cada cliente, quanto à sua condição financeira, a proposta de limite de crédito e termos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 5. (iii) Risco de mercado e liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1,0 de capital circulante líquido. O risco de mercado é gerenciado através de aplicações em papéis pós-fixados de instituições financeiras de baixo risco de crédito.							
PIS	(8.638)	(5.899)		28. Transações entre partes relacionadas – Os valores abaixo se referem às transações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:							
COFINS	(41.282)	(28.240)									
Outros impostos (*)	(8.608)	(500)									
	(58.528)	(34.639)									
(*) Refere-se principalmente a IOF sobre aplicações financeiras.											
24. Resultado financeiro		2023	2022								
Juros pagos ou incorridos	(515)	(362)									
Juros recebidos ou incorridos	6.137	9.480									
Variação monetária (*)	(1.421)	86									
Aplicações financeiras	138.868	92.683									
Remuneração de impostos a compensar	3.918	4.703									
Despesas bancárias	(3.765)	(3.689)									
Descontos concedidos	(33)	(19)									
Outras	926	295									
	144.115	103.177									

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2024

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior
TC CRC ISP 217.934/O-2

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6
Claudia Gonçalves Ponso Oliveira
Contadora CRC 1RJ 09.225/O-8

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco") correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos. Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o Banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações. O Banco possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de

captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes. O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital, neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a "Basileia" em um horizonte de 5 anos. O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas. **Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos. Risco Operacional:** O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. **Risco de Crédito:** O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. **Gerenciamento de Capital:** O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. **Quididade:** Foi instituído o componente organizacional de Quididade atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022		2023	2022
Ativo			Passivo		
Disponibilidades (nota 4)	21	657	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	295.101	242.478
Instrumentos financeiros	326.742	285.950	Depósitos (nota 12)	295.099	172.468
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	26.086	79.105	Obrigações por operações compromissadas (nota 12)	—	70.008
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	37.903	3.072	Relações interdependências	2	2
Relações interfinanceiras (nota 7)	253.520	203.773	Outros passivos (nota 13)	28.572	35.283
Operações de créditos	9.233	—	Cobrança e arrecadação de tributos	375	183
Outros instrumentos financeiros	25.234	17.927	Sociais e estatutárias	544	373
Outros créditos (nota 9)	25.234	17.927	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	16.330	18.431
Investimentos	5.737	5.450	Pagamento a fornecedor	—	15.548
Participação em controlada no país (nota 10)	5.732	5.445	Diversas	11.323	748
Outros investimentos	5	5	Patrimônio líquido (nota 17)	34.465	32.265
Imobilizado (nota 11)	30	42	Capital de domicílios no país	99.738	99.738
Outras imobilizações de uso	97	158	Reservas	8.361	8.310
Depreciação acumulada	(67)	(116)	Ajuste TVM de mercado	1.113	—
Intangível	374	—	Prejuízos acumulados	(74.747)	(75.783)
Total do ativo	358.138	310.026	Total do passivo	358.138	310.026

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas					Total
	Capital realizado	Reservas de capital	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	99.738	543	7.767	—	(73.960)	28.088
Aumento de capital	6.000	—	—	—	—	6.000
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(1.823)	(1.823)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	99.738	543	7.767	—	(75.783)	32.265
Ativos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	1.113	—	1.113
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.087	1.087
Destinação proposta:						
Reservas	—	—	51	—	(51)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	99.738	543	7.818	1.113	(74.747)	34.465
Saldos em 30 de junho de 2023	99.738	543	7.767	1.116	(75.724)	33.440
Ativos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	(3)	—	(3)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	1.028	1.028
Destinação proposta:						
Reservas	—	—	51	—	(51)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	99.738	543	7.818	1.113	(74.747)	34.465

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – O Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A. com 99,42% de participação. Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 21. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras: As Resoluções CMN nº 4.720/2019 e BCB nº 2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras do Banco VR S/A com o objetivo principal de trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme art 23º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos anteriores para as quais foram apresentadas; e a inclusão da evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e a Demonstração do Resultado Abrangente. **Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:** I. Resolução CMN nº 4.966 e normativos complementares: Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e hedge accounting. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidência de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. II. Resolução BCB nº 309 Estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), moeda funcional do Banco. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo: CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados; CPC 41 – Resultado por Ação; CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são

registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.069/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado e líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos. **e) Relações Interfinanceiras:** Valores a receber junto a empresas ligadas, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais). **f) Operações de crédito e provisão para devedores duvidosos:** As operações de crédito são classificadas de acordo com julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e os garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, emitido pelo Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). **g) Outros créditos:** São representados substancialmente por depósitos judiciais registrados por seus valores históricos. **h) Investimentos:** Os investimentos em controlada são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **i) Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **j) Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. **k) Valor recuperável de ativos:** A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos. **l) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25 do comitê de pronunciamentos contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. **Obrigações legais** – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. **m) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que exceder o R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho a dezembro de 2021. Em 28 de abril de 2022, foi publicado a medida Provisória nº 1115 que determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21%, no caso do banco, e 16% para DTVM. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de agosto a

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	2º Semestre		Exercícios	
	2023	2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira	18.203	37.049	23.183	—
Rendas de Empréstimos	583	727	—	—
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	17.620	36.322	23.183	—
Despesas da intermediação financeira	(25.571)	(50.753)	(33.492)	—
Operações de captação no mercado	(25.571)	(50.753)	(33.492)	—
Resultado bruto da intermediação financeira	(7.368)	(13.704)	(10.309)	—
Outras receitas operacionais	16.881	35.839	25.378	—
Receitas de prestação de serviços (nota 18)	15.912	30.288	24.084	—
Resultado de participação em controladas (nota 10)	145	286	305	—
Outras receitas operacionais (nota 20)	824	5.265	989	—
Outras despesas operacionais	(8.485)	(21.048)	(16.556)	—
Despesas de pessoal	(2.577)	(5.322)	(4.696)	—
Outras despesas operacionais (nota 21)	(1.010)	(5.966)	(3.767)	—
Outras despesas administrativas (nota 19)	(4.095)	(8.244)	(6.936)	—
Despesas tributárias	(803)	(1.516)	(1.157)	—
Resultado operacional	1.028	1.087	(1.487)	—
Resultado não operacional	—	—	(1)	—
Resultado antes da tributação	1.028	1.087	(1.488)	—
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	—	—	(335)	—
Provisão de IRPJ e CSLL	—	—	(335)	—
Lucro do semestre/exercícios	1.028	1.087	(1.823)	—
Prejuízo por lote de mil ações – R\$	0,25	0,27	(0,45)	—

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	2023	2023	2022	2022
Prejuízo do semestre/exercícios	1.028	1.087	(1.823)	—
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	(3)	1.113	—	—
Resultados abrangentes do semestre/exercícios	1.025	2.200	(1.823)	—

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	2023	2023	2022	2022
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre/exercícios	887	3.630	1.015	—
Lucro do semestre/exercícios	1.028	1.087	(1.823)	—
Depreciações e amortizações	4	12	14	—
Resultado de participação em controlada	(145)	(286)	(305)	—
Provisões (reversão) para riscos	—	1.704	2.794	—
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	—	—	335	—
Ajuste TVM de mercado	(3)	1.113	—	—
Varição em Ativos e Passivos Operacionais – (Aumento) redução	1.709	(62.239)	36.418	—
Aumento das aplicações interfinanceiras de liquidez	30.009	(5.329)	256.236	—
Redução das aplicações em depósitos interfinanceiros	—	—	(36)	—
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(2.174)	(34.831)	(3.072)	—
(Redução) aumento de depósitos	59.565	122.631	(240.843)	—
(Aumento) obrigações por operações compromissadas	—	(70.008)	70.008	—
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(57.596)	(49.747)	(39.248)	—
(Aumento) redução de outros créditos	(8.615)	(7.307)	(342)	—
(Redução) aumento de outras obrigações	(15.270)	(8.415)	(6.285)	—
(Aumento) operações de créditos	(4.210)	(9.233)	—	—
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais	2.596	(58.609)	37.433	—
Alienação (aquisição) de imobilizado	(201)	(374)	(32)	—
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(201)	(374)	(32)	—
Aumento de capital	—	—	6.000	—
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de financiamentos	—	—	6.000	—
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	2.395	(58.983)	43.401	—
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	9.822	71.200	27.799	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	12.217	12.217	71.200	—
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	2.395	(58.983)	43.401	—

dezembro de 2022. **n) Estimativas contábeis:** A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por impairment e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **o) Resultado recorrente/não recorrente:** Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regime, salienta-se que o lucro do Banco no exercício de 2023, no montante de R\$ 1.086 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Disponibilidades	21	657
Aplicações em operações compromissadas (*)	12.196	70.543
	12.217	71.200

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, cujo prazo inicial de aplicação e vencimento não é superior a 90 dias, e que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

continua ...





BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2023	2022
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada (a)	20.003	73.008
Letras do tesouro nacional	–	3.000
Letras financeiras do tesouro	20.003	20.000
Notas do tesouro nacional	–	50.008
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.083	6.097
Certificados de depósito interfinanceiro (b)	6.083	6.097
	26.086	79.105

(a) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas possuem rendimentos pré de 13,65% a.a. (2022 – pré de 14,33%), com vencimentos entre 02/01/2024 a 19/02/2024.

(b) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem vencimento até 180 dias.

6. Títulos e Valores Mobiliários – Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria

	2023			
	Valor de Custo Atualizado	Até 360 dias	Após 360 dias	Ajuste valor Total de mercado
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (*)	36.790	–	37.903	37.903
	36.790	–	37.903	37.903

	2022			
	Valor de Custo Atualizado	Até 360 dias	Após 360 dias	Ajuste valor Total de mercado
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (*)	3.045	–	3.072	3.072
	3.045	–	3.072	3.072

Rendimentos contratados dos papéis: (*) Possui rendimentos indexados à taxa pré-fixada de 14,33% ao ano em 2023. Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. O Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7. Relações Interfinanceiras

	2023	2022
Pagamentos e recebimentos a liquidar (*)	253.365	203.641
Créditos vinculados	61	77
Correspondentes	94	55
Total	253.520	203.773
Curto prazo	253.520	203.773

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs.

11. Imobilizado

	2023			2022		
	Taxas anuais de depreciação	Custo corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação Acumulada
Instalações	10	–	–	–	30	(30)
Máquinas e equipamentos	10	6	(5)	1	22	(18)
Móveis e equipamentos	10	2	(2)	–	7	(7)
Equipamentos informática	20	89	(60)	29	99	(61)
		97	(67)	30	158	(116)

12. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

	2023	2022
Depósitos à vista	12.193	1.192
Depósitos a prazo	276.938	165.613
Depósitos interfinanceiros	5.968	5.663
	295.099	172.468
Obrigações por operações compromissadas	–	70.008
Curto Prazo	13.163	77.607
Longo Prazo	281.936	164.869
	295.099	242.476
Vencimentos		
Até 3 meses	12.217	71.373
De 3 a 12 meses	957	6.234
De 1 a 3 anos	281.925	164.869
	295.099	242.476

A principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados ao 97% do CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 21).

13. Outros Passivos

	2023	2022
Provisão para impostos e contribuições a recolher	600	998
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	15.729	17.433
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16.b)	122	122
Provisão para pagamentos a efetuar	741	626
Pagamento a fornecedores (a)	10.460	15.548
Outros	920	556
	28.572	35.283
Curto Prazo	15.851	17.728
Longo Prazo	12.721	17.555

a) Refere-se substancialmente a provisões de contingências de riscos fiscais conforme mencionado na nota 15.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social – Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:

	2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	1.027	1.086	–	(1.488)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	462	489	–	684
Exclusões (adições):	121	(763)	–	(1.203)
Resultado de participação em controlada	(64)	(129)	–	(140)
Outras (a)	185	(634)	–	1.343
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	(335)
a) Refere-se substancialmente a provisões de contingências de riscos fiscais conforme mencionado na nota 15.				

Em 31 de dezembro de 2023 o Banco VR S/A não possui créditos tributários decorrente de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa constituído. Possui o montante total de R\$ 11.922 como prejuízo fiscal e base negativa.

15. Outros Passivos – Fiscais e Previdenciárias

	2023	2022
Impostos e contribuições a recolher	601	998
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	15.729	17.433
	16.330	18.431
Curto Prazo	600	998
Longo Prazo	15.730	17.433

16. Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias – O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Devedores por depósitos em garantia

	Fiscais	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	16.149	2	250	16.401
Depósitos	18	2	–	20
Baixas por pagamento	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.167	4	250	16.421
Depósitos	–	–	915	915
Baixas por pagamento (*)	(1.906)	–	–	(1.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.261	4	1.165	15.430

(*) IRPJ – Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991, encerrado em junho de 2023.

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	2023	2022
Provisão para riscos fiscais (a)	15.729	17.433
Provisão para riscos trabalhistas (b)	122	122
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	–	–
Total	15.851	17.555

(a) Classificados na rubrica "Outros passivos – Fiscais e Previdenciárias" no exigível a longo prazo, vide nota 15.

(b) Classificados na rubrica de "Outros passivos – Diversas".

(Estabelecimentos comerciais) com prazo médio de 30 a 90 dias, sem valores em atraso, sendo remunerado a taxa de 125% do CDI em 2023 e 2022, a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

8. Operações de Crédito – Em 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito realizadas no setor privado com pessoas jurídicas e os respectivos níveis de risco e provisionamento estavam apresentados como segue:

Níveis de risco	2023								Total	
	A	B	C	D	E	F	G	H		
Setor privado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	9.279
Pessoas jurídicas	9.279	–	–	–	–	–	–	–	–	9.279
Total	9.279	–	–	–	–	–	–	–	–	9.279
Circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.154
Realizável a longo prazo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.125
Provisão %	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%	–	–
Valor	46	–	–	–	–	–	–	–	–	46

O Banco adotava como política não classificar operações com nível de risco AA.

9. Outros Créditos

	2023	2022
Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	15.430	16.421
Impostos a compensar	1.110	1.263
Valores a receber (*)	8.498	96
Outros	196	147
	25.234	17.927
Curto Prazo	9.804	1.506
Longo Prazo	15.430	16.421

(*) Saldo da reserva do sistema de pagamentos instantâneos (SPI) das operações de pix realizadas após expediente bancário liquidado em D+1

10. Investimentos – Participação em Controlada no País – a) Participação em controlada no país

	VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Controlada	
	31/12/2023	31/12/2022
	95,46%	95,46%

	2023	2022
% de participação		
Capital social	–	–
Patrimônio Líquido	6.004	5.704
Lucro (prejuízo) líquido	300	319
Valor contábil do investimento	5.732	5.445
Resultado de participação em controlada	279	305
As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços na data-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022.		

	2023			2022		
	Custo corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido
Instalações	10	–	–	30	(30)	–
Máquinas e equipamentos	10	6	(5)	22	(18)	4
Móveis e equipamentos	10	2	(2)	7	(7)	–
Equipamentos informática	20	89	(60)	99	(61)	38
	97	(67)	30	158	(116)	42

c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	14.397	89	275	14.761
Constituição/atualização (1)	3.036	122	–	3.158
Baixas (2)	–	(89)	(275)	(364)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	17.433	122	–	17.555
Constituição/atualização (1)	2.323	–	–	2.323
Baixas (2)	(4.027)	–	–	(4.027)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	15.729	122	–	15.851

1) Valor referente a constituição/atualização de provisão registrado em outras despesas operacionais (nota 21).

2) Reversão de provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, devido a encerramento de processos cíveis julgado improcedente, registrado em outras receitas operacionais (nota 20).

Riscos Trabalhistas: São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação. **Riscos Cíveis:** São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência. **Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias:** Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é: IRPJ – Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991, encerrado em junho de 2023. Execução fiscal proposta pela prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis, com probabilidade de perda possível. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2023			2022		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas						
Fiscais						
Provável	–	–	–	2	3.784	1.906
Possível (*)	2	6.743	5.578	1	4.663	4.663
Remota (*)	3	8.986	9.598	3	8.986	9.598
Trabalhistas						
Provável	1	122	4	1	122	4
Cíveis						
Remota (*)	–	–	–	2	3.784	1.906
Ativo não Circulante	–	–	15.430	–	–	16.421

(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorreu uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, incluindo as obrigações legais existentes, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

17. Patrimônio Líquido – O capital social está representado em 31 de dezembro de 2023 por 4.052.039 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2022), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 99.738 (R\$ 99.738 em 2022). Em 21 de novembro de 2022, e conforme aprovação do Banco central do Brasil foi aprovado o aumento de capital, atualmente de R\$ 93.738 para R\$ 99.738, com um aumento, portanto, de R\$ 6.000, realizada pela acionista Szajman Participações Societárias S.A. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.

18. Receitas de Prestação de Serviços

	2023	2022
Rendas por serviço de pagamento (a)	13.524	25.818
Rendas de tarifas bancárias	2.388	4.470
Outras	–	–
	15.912	30.288

(a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

19. Outras Despesas Administrativas

	2023	2023	2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de alugueis	(93)	(185)	(179)
Despesas de comunicações	(84)	(154)	(150)
Despesas de processamento de dados	(2.059)	(4.035)	(3.494)
Despesas de serviços de terceiros	(494)	(1.440)	(1.035)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(2)	(5)	(3)
Despesas de serviços técnicos e especializados	(678)	(1.005)	(764)

BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022	
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	34.364	32.525	
Patrimônio de referência Nível I	34.364	32.525	
Patrimônio líquido	300.431	224.777	
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	280.191	207.117	
Exposição ao risco de crédito – RWAcpad (anteriormente Pepr)	20.240	17.660	
Risco operacional – RWAopad (anteriormente Popr)	24.034	17.982	
Patrimônio de referência mínimo exigido	11,44%	14,47%	
Índice de Basileia			

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Patrimônio de Referência do Banco excedeu em R\$ 10.330 e em R\$ 14.543, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

24. Outros Assuntos – Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos. Risco Operacional: O Banco tem uma política

A Diretoria

Aos Administradores e Acionistas

Banco VR S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco VR S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2

São Paulo, 28 de março de 2024.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP 000.160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC 1PR 050.377/O-6



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ponswincke Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 09.395.277/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
		2022	01/01/2022	2022		01/01/2022		2022		01/01/2022			
		Reapre-	Reapre-	Nota	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados		Total			
		sentado	sentado										
Ativo				Saldos em 01/01/2022 Reapresentado									
Circulante				Saldos em 31/12/2022 Reapresentado									
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.722	9.067		302.091	(178.337)	1.207		(38.081)		86.880		
Contas a receber	6	263	794	14	(178.337)	178.337	-		(8.625)		(8.625)		
Adiantamentos a fornecedores		456	4.896										
Outros créditos		691	242										
Impostos a recuperar		1.511	1.411	14	47.076	-	-				47.076		
Contas a receber com partes relacionadas		-	-	14	-	-	(523)				(523)		
Total do ativo circulante		10.643	16.410		170.830		684		(117.487)		54.027		
Não circulante				Saldos em 31/12/2023									
Outros créditos		691	1.167										
Investimentos													
Propriedades para Investimento	7	480.875	432.274										
Outros imobilizados de uso		3	6										
Total do ativo não circulante		481.569	433.447										
Total		492.212	449.857										
Passivo				Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Circulante				Prejuízo do exercício antes do exercício antes do IR e CS		Fluxos de caixa das atividades de investimentos		Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Empréstimos e financiamentos	11	2.229	2.873	(70.962)	(5.734)	(16.653)	(20.548)	(39.444)	(28.483)				
Fornecedores	9	99	2.504										
Impostos e contribuições a recolher	12	697	493										
Outras contas a pagar	10	3.845	5.325										
Contas a pagar com partes relacionadas	8	28.331	10.085										
Total do passivo circulante		35.201	21.280										
Não circulante				Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		Fluxos de caixa das atividades de investimentos		Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Empréstimos e financiamentos	11	0	350.000	4.181	1.054	2.040	(396.232)	150.000	100.000				
Impostos e contribuições a recolher	12	92	322	60.282	7.247	8.946	(48.601)	(166.105)	(87.163)				
AFAC	8	6.392	-	(523)	-	-							
Total do passivo não circulante		6.484	350.322	(176)	(56)	107	(52.779)	(160.527)	(92.746)				
Capital social	14	170.830	123.754	Resultado Operacional	(7.198)	2.511	(5.560)						
Reserva de capital	14	684	1.207	Variáveis nos ativos e passivos									
Prejuízos acumulados		(117.487)	(46.706)	(Aumento/redução em contas a receber)	531	322	(175)						
Total do patrimônio líquido		54.027	86.880	(Aumento/redução em estoques)	-	-							
Total		95.712	449.857	(Aumento/redução em impostos a recuperar)	(100)	284	(666)						
				(Aumento/redução em adiantamentos a fornecedores)	4.440	4.219	(8.563)						
				(Aumento/redução em outros créditos e despesas antecipadas)	27	232	45						
				(Aumento/redução) em fornecedores	(2.405)	1.176	(2.972)						
				(Aumento/redução) em outras contas a pagar	(1.480)	3.749	1.221						
				(Aumento/redução) em impostos e contribuições a recolher	(26)	(81)	289						
				impostos pagos	357	(2.835)	-						
				Juros incorrido e pagos	(14.694)	(49.021)	(12.102)						

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
		2022	01/01/2022
		Reapre-	Reapre-
		sentado	sentado
Receita líquida		15	91
Custos da atividade imobiliária			
Custos de serviços prestados	7	(4.181)	(1.054)
Lucro bruto		(4.090)	1.640
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	16	(7.065)	(7.445)
Resultado operacional antes do resultado financeiro			
Receita financeira	17	1.270	7.696
Despesa financeira	17	(61.077)	(7.625)
Resultado do exercício antes do IRPJ e da CSLL		(70.962)	(5.734)
IRPJ e CSLL-diferido	12	181	56
IRPJ e CSLL-corrente	12	-	(2.947)
Prejuízo líquido do exercício		(70.781)	(16.760)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
		2022	01/01/2022
		Reapre-	Reapre-
		sentado	sentado
Prejuízo líquido do exercício		(70.781)	(16.760)
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente do exercício		(70.781)	(16.760)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Ponswincke Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída em 25/02/2008 e iniciou suas atividades em 04/07/2008, com sede atual na Av. Nações Unidas, 14.171-8º andar-Marble Tower-São Paulo/SP, tendo por objeto: • A gestão e a comercialização de bens próprios; • As participações em outras Empresas, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotistas; • A participação ou financiamento de investimentos imobiliários, para aluguel, revenda ou outros fins; • O loteamento de terrenos, a incorporação imobiliária, a compra, a venda, a locação, o arrendamento e a administração de imóveis. Em julho de 2008 por meio do contrato de compromisso de Venda e Compra, a Companhia adquiriu a prazo 79% edifício Aron Birman da Autonomy Investimentos Ltda – mesmo Grupo econômico. Esta compra foi realizada em conjunto com a compra de mais dois empreendimentos que já foram vendidos. O edifício Aron Birman passou a ter a nova denominação AD 2200. Em agosto de 2018 por meio de contratos de compromisso de Venda e Compra, a Companhia adquiriu a prazo os demais 21% do edifício Aron Birman da Varicred Empreendimentos e Participações Ltda. As transferências de posse das áreas vagas se deram em setembro de 2018 e as transferências das demais unidades ocorreu em março de 2019. Em 2019 a Companhia obteve a aprovação do retrofit no edifício AD 2200 e a construção de uma nova torre corporativa, alterando as denominações dos projetos para Luna Crescente e Luna Nova, respectivamente. Tal estratégia objetiva o aumento de competitividade, valor de mercado e faz parte da estratégia de saída do ativo. Em janeiro de 2020 iniciou-se a obra da Luna Nova, e em outubro de 2020 a Companhia contratou um financiamento, com vista a custear as obras e demais despesas que não possam ser suportadas pelas receitas de locação do imóvel. Em 2022 a Companhia iniciou o retrofit da Torre Luna Crescente. Em meados de junho de 2023 houve a obtenção do habite-se para as duas Torres Luna Crescente e Luna Nova. **Situação econômica e financeira:** Em 31/12/2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$24.558 (R\$ 4.870 em 2022). O capital circulante negativo se deve principalmente à dívida com partes relacionadas, na qual estão sob a mesma gestão e Administração. Adicionalmente, a Companhia está atuando fortemente na divulgação do empreendimento para captação de novos inquilinos e para diminuição da vacância. A Administração efetua mensalmente as projeções dos fluxos de caixa futuro da Companhia, e os sócios aportam recursos suficientes para a liquidação dos passivos em aberto, vale ressaltar também que a Companhia está em constante busca de eliminar a vacância de seus imóveis. Por fim, a Companhia não possui histórico de atraso nos pagamentos de fornecedores, impostos, dívida, e a Administração está empenhada em honrar seus compromissos de forma tempestiva. **2. Base para preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29/03/2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras. **a. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) que foram mensurados a valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas das contas a receber. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. **Provisões e contingências:** A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final. A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuam a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como

a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para o valor realizável líquido:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A avaliação é realizada por meio de laudos elaborados por terceiros, o qual em sua elaboração envolvem critérios subjetivos ou incertezas que exigem julgamento. **Vida útil das propriedades para investimentos:** As estimativas da vida útil das propriedades são baseadas em laudos técnicos, preparados por terceiros. **Divulgação do valor justo da propriedade para investimento:** A Companhia apresenta a sua propriedade para investimento ao seu valor de custo e divulga em suas demonstrações financeiras o valor justo da propriedade. A Companhia utilizou uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada. As principais premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento são detalhadas na nota explicativa no 7. **3. Resumo das práticas contábeis materiais:** **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. **b. Ativos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **c. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e da provisão para deterioração. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As propriedades para investimentos são classificadas no ativo não circulante no subgrupo Investimentos. A Companhia faz periodicamente revisões quanto à melhor estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimento. **d. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todas as compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** A Companhia deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao (1) custo amortizado, ao (2) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (3) valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **Custo amortizado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **Valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros:** A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual se aplica o CPC 15. Essa contraprestação contingente deve ser mensurada subsequentemente ao valor justo com as alterações reconhecidas no resultado. Reconhecidas na data de negociação e inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **e. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem

uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **f. Resultado:** As receitas, custos e despesas são apresentados seguindo o regime da competência. **(i) Arrendamento operacional:** A receita de aluguel dos estoques são reconhecidas no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. **(ii) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são apropriados no resultado através do método de juros efetivos. **g. Redução ao valor recuperável (impairment):** **(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, exceto IRPJ e CSLL diferidos. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). **h. Passivos circulantes e não circulantes:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **i. IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL, do exercício corrente, são calculados pelo lucro real com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 (vinte mil reais) por mês para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido. Para o exercício de 2022, os impostos da Companhia são calculados pelo lucro presumido com alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 (vinte mil reais) por mês para IRPJ e 9% sobre a base de presunção de 32% sobre as receitas operacionais. **J. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2024. A Companhia não adotou antecipadamente as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras: **(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2024. Conforme divulgado nas Notas 11, a Companhia tem um empréstimo bancário na modalidade de CRI com garantia em cessão de crédito com cobertura mínima que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31/12/2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Empresa liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **(ii) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 01/01/2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. **(iii) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06). A administração da Companhia resolveu não adotar de forma antecipada as alterações trazidas pelo referido pronunciamento. **4. Reapresentação das demonstrações financeiras:** Após a emissão das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2022, foram identificados ajustes de apresentação que afetam os valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras, e os mesmos estão sendo reapresentados de acordo com o previsto no CPC 23-Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os quadros a seguir demonstram os seguintes ajustes e reclassificações: (a) Reclassificação do saldo mantido anteriormente em Estoques para a rubrica de Propriedades para Investimentos. (b) Registro da depreciação acumulada referente ao período em que o imóvel esteve mantido em Estoque e não sofreu a depreciação nos respectivos períodos. Com isso foi necessário a reapresentação da demonstração do resultado, demonstração dos resultados abrangentes, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício de 31/12/2022 e 01/01/2022.

Balanco patrimonial Ativos	Reapresentação 2022 e 01/01/2022					
	Anteriormente Apresentado 2022	Ajuste	Reapresentado 2022	Anteriormente Apresentado 31/12/2021	Ajuste	Reapresentado 01/01/2022
Circulantes						
Outros ativos circulantes	16.410	-	16.410	66.099	-	66.099
Estoques (a)	435.340	(435.340)	-	225.183	(225.183)	-
Total dos ativos circulantes	451.750	(435.340)	16.410	291.282	(225.183)	66.099
Não circulantes						
Outros ativos não circulantes	1.173	-	1.173	2.007	-	2.007
Propriedades para Investimento (a)	-	432.274	432.274	-	223.157	223.157
Total dos ativos não circulantes	1.173	432.274	433.447	2.007	223.157	225.164
Total dos ativos	452.923	(3.066)	449.857	293.289	(2.026)	291.263

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ponswincke Empreendimentos e Participações S.A.									
	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Descrição	Lucro presumido	
	2022		2022	31/12/2021		01/01/2022		2022	
Passivos									
Circulantes									
Outros passivos circulantes	21.280	-	21.280	3.991	-	3.991	Receita Bruta de Serviço	2.486	
Total dos passivos circulantes	21.280		21.280	3.991		3.991	Resultado antes do IRPJ e CSLL		
Não circulantes							Presunção 32%	796	
Outros passivos não circulantes	350.322	-	350.322	200.392	-	200.392	Receitas financeiras	6.442	
Total dos passivos não circulantes	350.322		350.322	200.392		200.392	Outras receitas diversas	1.254	
Patrimônio líquido							Base fiscal de IRPJ e CSLL	8.492	
Capital social	123.754	-	123.754	123.754	-	123.754	IRPJ	(2.155)	
Reserva de capital	1.207	-	1.207	1.207	-	1.207	CSLL	(792)	
Prejuízos acumulados (b)	(43.640)	(3.066)	(46.706)	(36.055)	(2.026)	(38.081)	Impostos correntes - apuração presumido	(2.947)	
Total do patrimônio líquido	81.321	(3.066)	78.255	88.906	(2.026)	86.880	Efeito caixa competência sobre receita		
Total dos passivos	452.923	(3.066)	449.857	293.289	(2.026)	291.263	IRPJ diferida	41	
Demonstrações do resultado							CSLL diferida	15	
Receita líquida	2.694		2.694	1.904		1.904	Impostos diferidos	56	
Custos da atividade imobiliária							IRPJ e CSLL corrente	(2.947)	
Custos de serviços prestados (b)	(14)	(1.040)	(1.054)	(14)	(2.026)	(2.040)	Pagos IRPJ	846	
Lucro bruto	2.680	(1.040)	1.640	1.890	(2.026)	(136)	Pagos CSLL	655	
Despesas operacionais							IR retido sobre mútuo	213	
Administrativas e gerais	(7.445)	-	(7.445)	(9.706)	-	(9.706)	IR retido sobre aplicação financeira	1.052	
Resultado operacional antes do resultado financeiro							Saldo a pagar de IRRPJ e CSLL (j)	(180)	
Resultado financeiro líquido	71	-	71	(6.811)	-	(6.811)	13. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 não houve benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. 14. Capital Social: a. Capital social: O Capital social em 2023 está parcialmente integralizado, sendo R\$ 170.830 integralizado, em 2022 o Capital social era de R\$ 123.754 quotas, de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuído entre os sócios quotistas, conforme demonstrado na movimentação abaixo:		
Resultado do exercício antes do Imposto de renda e da CSLL	(4.694)	(1.040)	(5.734)	(14.627)	(2.026)	(16.653)	Quadro societário		
IRPJ e CSLL	(2.891)	-	(2.891)	(107)	-	(107)	em 2022	Capital	em 2023
Prejuízo líquido do exercício	(7.585)	(1.040)	(8.625)	(14.734)	(2.026)	(16.760)	Autonomy Brasil Sarl	111.426	129.749
Demonstrações de resultados abrangentes							Roberto Charles Gibbins	9.618	24.529
Prejuízo líquido do exercício (b)	(7.585)	(1.040)	(8.625)	(14.734)	(2.026)	(16.760)	Roberto Miranda de Lima	2.710	13.842
Outros resultados abrangentes							Total	123.754	47.076
Resultado abrangente do exercício	(7.585)	(1.040)	(8.625)	(14.734)	(2.026)	(16.760)	Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária registrada em junho de 2022, os acionistas da Companhia aprova a redução de capital social no momento total de R\$ 178.337 (cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta e sete mil reais), mediante o cancelamento das ações ordinárias, nominativas, subscritas e não integralizadas. Conforme atas da Assembleia Geral Extraordinária registradas durante o ano de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no montante total de R\$ 47.076 mediante ao aporte de ações subscritas e integralizadas. b. Distribuição de lucros e dividendos: Para os exercícios findos em 2023 e 2022 não houve pagamento a título de distribuição de lucros e dividendos em decorrência dos prejuízos auferidos nos exercícios. Conforme Estatuto Social em cada exercício social, o lucro líquido ajustado, terá a aplicação que lhes for determinada pelos acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, admitida a distribuição desproporcional à participação de cada um no capital social. Nenhum acionista terá direito a parcela de lucro até que seja adotada deliberação expressa sobre sua aplicação. A Companhia poderá levantar balanços patrimoniais semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários com base no lucro apurado em tal balanço patrimonial. Além disso, a companhia poderá levantar Balanços Patrimoniais mensais e distribuir dividendos intercalares em relação aos lucros assim apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital. c. Reserva de capital: Em 2021 foi destinado dos lucros acumulados o valor de R\$ 1.207 (um milhão duzentos e sete mil reais) referente ao impacto da diferença entre a taxa pactuada com taxa de mercado da garantia assumida pela Lesath Empreendimentos e Participações Ltda (Empresa do mesmo Grupo Econômico) para garantir a obrigação do CRI da Ponswincke Empreendimentos Imobiliários SA (Projeto Luna) caso não houvesse a garantia dada ao emissor do CRI. Em 2023 iniciou a amortização pelo prazo do contrato de 60 meses capitalizável, findando o exercício com uma reserva de R\$ 684. 15 Receita operacional líquida: A receita está representada conforme abaixo:		
Demonstrações dos fluxos de caixa									
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Prejuízo do exercício antes do IR e CS	(4.694)	(1.040)	(5.734)	(14.627)	(2.026)	(16.653)	Receitas líquidas		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:							Receita de aluguéis	167	2.486
Depreciação e amortização	2	1.052	1.054	2	2.038	2.040	Outras receitas	-	307
Despesas de juros com empréstimos e financiamentos	7.247	-	7.247	8.946	-	8.946	Deduções		
PIS e COFINS diferidos	(56)	-	(56)	107	-	107	PIS e COFINS corrente sobre aluguéis	(66)	(114)
Resultado Operacional	2.499	12	2.511	(5.572)	12	(5.560)	PIS e COFINS diferidos sobre aluguéis	(10)	15
Variações nos ativos e passivos							Receita líquida	91	2.694
(Aumento)/redução em ativos e passivos diversos	(41.955)	-	(41.955)	(22.925)	-	(22.925)	16 Despesas administrativas e gerais:		
(Aumento)/redução em estoques (a)	(166.093)	166.093	-	(87.149)	87.149	-	Despesas com ocupação	(3.498)	(2.399)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(205.550)	166.093	(39.457)	(115.646)	87.149	(28.483)	Serviços terceiros	(1.479)	(4.389)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							Impostos e taxas	(2.211)	(1.587)
(Aumento)/redução em ativos de investimentos diversos	5.578	-	5.578	(5.583)	-	(5.583)	Outras receitas/despesas operacionais	123	930
(Aumento)/redução em propriedade para investimento (a)	-	(166.105)	(166.105)	(87.163)	-	(87.163)	Administrativas e gerais	(7.065)	(7.445)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	5.578	(166.093)	(160.527)	(5.583)	87.149	(92.746)	17 Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro está demonstrado abaixo, substancialmente composto pelos juros sobre o financiamento para custear as obras e demais despesas que não possam ser suportadas pelas receitas de locação do imóvel.		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	160.085	-	160.085	100.000	-	100.000	Receitas financeiras		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(39.886)	-	(39.886)	(21.229)	-	(21.229)	Atualização monetária ativa	104	1.033
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes							Aplicação financeira	852	6.442
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	48.953	-	48.953	70.182	-	70.182	Outras receitas financeiras	314	221
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	9.067	-	9.067	48.953	-	48.953	Subtotal	1.270	7.696
	(39.886)	-	(39.886)	(21.229)	-	(21.229)	Despesas financeiras		
							Juros sobre empréstimos	(57.251)	(7.247)
							Atualização monetária passiva	(3.011)	(46)
							Outras despesas financeiras	(815)	(332)
							Subtotal	(61.077)	(7.625)
							Resultado financeiro líquido	(59.807)	71
							18 Outras informações: a. Provisão para contingências e riscos: Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte (pólo passivo) em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constitui provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis. b. Instrumentos financeiros: Em 31/12/2023 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos e os demais estão classificados conforme segue:		
							Instrumentos financeiros		
							Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	
							Contas a receber	Custo amortizado	
							Fornecedores	Custo amortizado	
							Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	
							Hierarquia dos instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros no qual são mensurados a valor justo, dado este cenário é aplicado a regra de hierarquia do valor justo vide CPC 46, isso requer que a Companhia faça uma avaliação da hierarquia do valor justo que são classificados em três níveis a seguir: (i) Nível 1 - São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso a data da mensuração. (ii) Nível 2 - São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. (iii) Nível 3 - Informações (inputs) de nível 3 são dados observados para o ativo ou passivo. Os ativos financeiros mensurados a valor justo - Aplicações financeiras foram classificados como Nível 2. Os instrumentos financeiros estão expostos a riscos conforme a seguir: a. Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes na atualização anual de contratos de locação, principalmente relacionadas às variações da IPCA. As taxas de juros nas aplicações financeiras e dívida são vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI. Análise de sensibilidade: Em 31/12/2023, a Administração da Companhia efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses, não representando necessariamente as expectativas da Companhia. Foram considerados acréscimos passivos e decréscimos ativos de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:		
							Lucro real		
							Ativo		
							Caixa e equivalentes de caixa	Índice	Valor
							Contas a receber	Índice	Valor
							Passivo		
							Empréstimos e financiamentos	Índice	Valor
							Contas a pagar com partes relacionadas	Índice	Valor
							Indicadores		
							IPCA	Índice	Valor
							CDI Ativo	Índice	Valor
							CDI Passivo	Índice	Valor
							8. Transações entre partes relacionadas:		
							Contas a pagar		
							Autonomy GTIS Barão de Tefé Empreendimentos Ltda	2023	2022
							Autonomy Investimentos Participações Ltda	5.699	10.085
							JCA-5-Patrimônio E Participações S/A	8.465	-
							Total	28.331	10.085
							A Companhia mantém transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado,		

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A.		Diretoria
<p>zentos e noventa e dois mil e cem reais), mediante a emissão de 6.392 (seis milhões, trezentos e noventa e dois mil e cem reais) de quotas nominativas, sendo subscritas e integralizadas da seguinte forma: O acionista AI LUNA SÁRL subscreve 6.392 (seis milhões, trezentos e noventa e dois mil e cem reais) quotas nominativas, com preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada, pelo valor total de R\$ 6.392.100 (seis milhões, trezentos e noventa e dois mil e cem reais), integralizadas em moeda corrente nacional; Em 18/01/2024, o acionista Robert Charles Gibbins realizou um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 349 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais), que deverá ser capitalizado após a aprovação do aumento de capital por meio Assembleia Geral e o registro da Ata.</p>		<p>Roberto Miranda de Lima Fabio Arbex Suzuki Diretor Presidente Diretor Fernando Lucas Correa da Silva Contador - CRC SP262012/O-1</p>
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p>		
<p>Aos Administradores e Contistas da Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A., São Paulo-SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Valor recuperável e valor justo das propriedades para investimentos: Notas explicativas 5.c e 7 das demonstrações financeiras: Principal assunto de auditoria: As propriedades para investimentos são apresentadas nas demonstrações financeiras pelo valor de custo reduzido pela depreciação calculada pelo método linear que considera a vida útil econômica dos bens. Caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, determinado pelo maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é registrada uma perda por redução ao valor recuperável, devendo divulgar o seu valor justo nas notas explicativas. A determinação do valor justo e do valor recuperável desses ativos leva em consideração a projeção dos fluxos de caixa descontados utilizando premissas suportadas nas condições de mercados existentes, tais como, projeção de receitas futuras de aluguel, vacância e taxa de desconto. A definição dessas premissas envolvem um alto grau de julgamento da Companhia e qualquer alteração das mesmas pode afetar significativamente a estimativa do valor</p>	<p>justo e do valor recuperável desses ativos nas demonstrações financeiras. Como consequência consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: - com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desse estudo, tais como: receitas projetadas, vacância, taxas de desconto e de capitalização. - com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a adequação dos cálculos matemáticos incluídos no estudo e a metodologia aplicada. - avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na avaliação do valor justo e do valor recuperável das propriedades para investimentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor recuperável das propriedades para investimentos e as divulgações do valor justo e do valor recuperável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identifi-</p>	<p>camos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 29/03/2024</p>
<p>KPMG Auditores Independentes Ltda.</p>		<p>Thais de Lima Rodrigues Leandrini Contadora - CRC-1SP280836/O-5</p>



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/0001-85

Relatório da Administração

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil ("BCB") e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, a administração da Dock Instituição de Pagamento S.A. ("Dock IP" ou "Companhia") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Dock IP é uma das líderes em banking as a service no país. A companhia agrega valor, inovação e escalabilidade aos negócios de seus clientes ao reunir emissão de cartões, digital banking e soluções de PIX em uma plataforma única e abrangente. A prestação de serviço focada, principalmente, em B2B permite a qualquer empresa agregar uma vertical de serviços financeiros, possibilitando a criação de uma fonte alternativa de receita, fidelização de clientes, alcance de novos consumidores, aumento do ticket médio e obtenção de vantagem competitiva.

Em 09 de abril de 2018 a Dock IP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial. Em 01 de outubro de 2021 os então controladores da Dock IP celebraram contrato de compra e venda de ações junto à Dock Soluções em Meios de Pagamentos S/A ("Dock Soluções") para a alienação do controle acionário da Dock IP, transação que foi autorizada pelo BCB através de publicação em Diário Oficial em 10 de dezembro de 2021.

Em 01 de junho de 2023 a Dock IP fez a incorporação reversa das holdings PAM JR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. e PAYMENTS HOLDING S.A., empresas não operacionais, bem como incorporou a parcela cindida da Dock Soluções, sua antiga acionista, em operação societária que trouxe o controle da Dock IP diretamente para os controladores da Dock Soluções. Este movimento ocorreu a partir da publicação, em Diário Oficial, da autorização

de aumento de Capital aprovada pelo BCB.

A incorporação reversa foi um marco na sinergia das operações de Banking as a Service do Grupo, proporcionando à Dock IP um ganho de escala e de eficiência. Com a incorporação, houve um incremento de 6x na quantidade de clientes ativos e um aumento de quase 3x do volume de ativos.

O crescimento das receitas de serviços é resultado do aumento no volume de operações de PIX, bem como da migração dos clientes absorvidos na incorporação, tendo reflexo também nos custos de PIX e Bandeiras. Este comportamento também é observado nas receitas financeiras.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais mil)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		1.913.588	471.823
Disponibilidades	4	31.965	27.720
Títulos e valores mobiliários	5	1.060.687	329.583
Livres		41.256	4.499
Vinculados conta pré-paga		1.009.627	285.323
Vinculados a prestação em garantias		9.804	39.761
Relações interfinanceiras		720.402	103.162
Outros créditos	6a	100.534	11.358
Não circulante		41.819	16.488
Permanente		41.819	16.488
Imobilizado	7	2.104	563
Intangível	8	39.715	15.925
Total do ativo		1.955.407	488.311
Passivo		1.955.407	488.311
Passivo Circulante		1.801.628	461.137
Contas De Pagamento Pré Pago	3j	1.455.732	257.989
Relações Interfinanceiras	3k	259.408	147.555
Outras Obrigações		2.243	2.243
Fiscais e previdenciárias		6.616	30.239
Obrigações por transações de pagamentos	3l	39.019	642
Provisão para contingência	9	2.323	22.469
Diversos	10	38.530	22.469
Patrimônio líquido		153.779	27.174
Capital social	11a	313.149	92.354
Ajuste de avaliação patrimonial		(226)	(89)
Prejuízos acumulados	11c	(159.144)	(65.091)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.955.407	488.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado do Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em reais mil)

	Nota	01/07/2023 a		
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços		90.873	137.421	66.909
Receitas financeiras		84.148	114.854	24.287
(-) Impostos incidentes sobre receitas		(10.278)	(15.169)	(8.744)
Resultado Operacional	12	164.743	237.106	82.452
Custo dos serviços prestados	13	(77.780)	(106.095)	(45.479)
Lucro Bruto		86.963	131.011	36.973
Administrativas e gerais	14	(40.760)	(56.984)	(34.961)
Outras receitas e despesas		5	(959)	(9.943)
Resultado operacional	15	46.208	73.068	(7.931)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(2.716)	(4.397)	(1.439)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		43.492	68.671	(9.370)
Imposto de renda e contribuição social	16	(13.757)	(21.055)	-
Lucro (Prejuízo) do Período/Exercício		29.735	47.616	(9.370)
Quantidade média de ações em circulação no exercício	11a	1.346	1.346	98.360
Lucro (Prejuízo) por ação		22,091	35,376	(0,095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa do Segundo Semestre de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais mil)

	Nota	01/07/2023 a		
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício		29.735	47.616	(9.370)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Aumento (Redução) de provisão para contingências		(101)	(249)	(73)
Depreciação e amortização	7 e 8	9.737	14.040	6.613
Resultado líquido do caixa operacional		39.371	61.406	(2.830)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
Títulos e Valores Mobiliários		(368.201)	(731.103)	130.830
Ajuste de avaliação patrimonial		189	(138)	93
Outros créditos		801.887	1.106.495	(4.869)
Relações interfinanceiras		(523.930)	(617.240)	73.748
Recursos recebidos de clientes pré-pago		(50.633)	67.638	(208.852)
Relações interfinanceiras		82.149	111.852	(13.950)
Diversos		4.194	(5.863)	17.371
Fiscais e previdenciárias		347	2.917	140
Obrigações por transações de pagamentos		6.962	8.781	(2.148)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(7.665)	4.725	(10.468)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	7 e 8	(480)	(480)	(54)
Alienarções/Venda de bens do imobilizado e intangível		-	-	275
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(480)	(480)	222
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		-	-	15.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	-	15.000
Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquidos		(8.145)	4.245	4.754
Caixa no início do exercício		40.110	27.720	22.966
Caixa no final do exercício		31.965	31.965	27.720
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(8.145)	4.245	4.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente do Segundo Semestre de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais mil)

	Nota	01/07/2023 a		
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do período/exercício		29.735	47.616	(9.370)
Outros resultados abrangentes – Resultado da incorporação		(141.669)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	189	(138)	93	27
Total do resultado abrangente do período/exercício		29.924	(94.191)	(9.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais mil)

	Notas	Capital social		Ajuste de Prejuízos Avaliados	Total
		AFAC	Patrimonial		
Saldo em 1º de janeiro de 2022		70.736	6.618	(182)	21.450
Aumento de capital social		21.618	-	-	21.618
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(6.618)	-	(6.618)
Prejuízo – resultado do semestre		-	-	(7.759)	(7.759)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	53	53
Saldo em 30 de junho de 2022		92.354	(129)	(63.481)	28.744
Prejuízo – resultado do semestre		-	-	(1.610)	(1.610)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	40	40
Saldo em 31 de dezembro de 2022		92.354	(89)	(65.091)	27.174
Aumento de capital social	11	220.795	-	-	220.795
Lucro – resultado do semestre		-	-	17.881	17.881
Resultado da incorporação		-	-	(141.669)	(141.669)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(326)	(326)
Saldo em 30 de junho de 2023		313.149	(415)	(188.879)	123.855
Lucro – resultado do semestre		-	-	29.735	29.735
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	189	189
Saldo em 31 de dezembro de 2023		313.149	(226)	(159.144)	153.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas. **n. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Dock IP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste. **o. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. **p. Lucro/Prejuízo por ação:** É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício. **4. Disponibilidade – Caixa e equivalente de caixa:** São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

1. Contexto Operacional – A Dock Instituição de Pagamento S.A. (Dock IP) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Tamboré, 267, 2º andar, sala 2, conjunto 271, Edifício Canopus Corporate, Tamboré, Alphaville, Barueri SP, CEP: 06.460.000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades. Em 09 de abril de 2018, a companhia foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo Banco Central do Brasil (BCB) de acordo com a publicação em Diário Oficial. A Companhia concluiu o processo de incorporação reversa de parte da operação da sua até então acionista em 01/06/23, através da aprovação de aumento de Capital pelo Banco Central do Brasil. Com a execução desta operação a Companhia incorporou uma carteira importante de clientes, bem como um portfólio de produtos sinérgico ao seu negócio. A Dock IP está adotando as medidas necessárias, conforme normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, garantindo recursos financeiros necessários para honrar suas obrigações.

de perda dos seus valores. **h. Intangível:** I. Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8). II. Ativos intangíveis gerados internamente: Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. **i. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Anualmente, e se houver evidência, a Dock IP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **j. Contas de Pagamento Pré-Pago:** Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos e contas digitais pré-pagos e ainda não utilizados, no montante de R\$1.455.732 (R\$257.989 – dez/2022). **k. Relações interfinanceiras:** Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamentos conforme disciplina a Resolução BCB 150, de 6 de outubro de 2021. **l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira:** Corresponde a recursos de clientes carregados em moeda estrangeira para uso no exterior. **m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma: **I. Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **II. Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. **III. Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e **IV. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):**

31/12/2023 **31/12/2022**

Caixa	-	1
Bancos – conta movimento	955	1.422
Disponibilidade em moeda estrangeira	31.010	26.297
Total	31.965	27.720

a. Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

	31/12/2023	31/12/2022
BACEN – Conta de Pagamento Instantâneo	247.402	103.162
BACEN – Depósito em Moeda Eletrônica	473.000	-
Total	720.402	103.162

5. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários estavam classificados como disponíveis para venda. O valor de custo e o valor de mercado e a classificação por vencimentos estavam assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Livres – ativo circulante	41.256	4.499
Vinculados a prestação de garantias – circulante	1.009.627	285.323
Vinculados a prestação de garantias – realizável a longo prazo	9.804	39.761
Total	1.060.687	329.583

O crescimento no montante de títulos e valores mobiliários é reflexo da incorporação da operação de Banking as a Service da Dock Soluções.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo Bacen. Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da Dock IP passaram a refletir a resolução nº 4.818, de 29/05/2020 e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2021, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados BACEN e que estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revisadas de maneira sistemática pela Dock IP e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 28 de março de 2024.

6. Outros créditos – Diversos – O grupo de outros créditos demonstra os demais valores a receber da companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Valores a Receber (a)	37.272	989
Créditos Tributários (b)	56.568	7.600
Estoque	274	331
Bloqueio Judicial	654	684
Outros	5.766	1.754
Total	100.534	11.358

(a) Os valores a receber demonstram uma variação representativa no montante devido ao processo de incorporação do negócio de Banking as a Service, anteriormente operado pela Dock Soluções, ainda a Dock IP. (b) Os créditos tributários também sofreram variação a partir do processo de incorporação. A Dock Soluções apresentava no seu Ativo um ativo referente à aquisição da Dock IP, que foi baixado no processo de incorporação, conforme normativo vigente. Atualmente o ativo fiscal diferido correspondente registrado é no valor de R\$ 49.918.

7. Imobilizado – A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

Taxa anual	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20%	5.410	(3.756)	1.654
Benefetórias em imóveis de terceiros	20%	1.311	(1.311)	-
Móveis e Utensílios	10%	887	(509)	378
Veículos	20%	198	(144)	54
Máquinas e Equipamentos	10%	104	(86)	18
Sistema de comunicação	20%	11	(11)	-
Total		7.921	(5.816)	2.104

3. Principais políticas contábeis: a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Dock IP. **b. Apuração do Resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata die incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento. **c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen. **d. Reconhecimento da Receita:** A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros. São apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços. **e. Disponibilidades:** Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, líquidas prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Dock IP, conforme Circular Bacen nº 3.068/01: **I.** Títulos para negociação: Adquiridos com o



Monte Rodovias S.A.
 CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74
www.monterodovias.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Monte Rodovias é uma controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e foi constituída em 14 de julho de 2020 com o objetivo de deter participações societárias em companhias operacionais do setor de infraestrutura rodoviária. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Verona Holding Participações Societárias de seus próprios acionistas. No final de abril de 2021 a Companhia finalizou suas primeiras aquisições de participação societária em empresas operacionais do setor: Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), tornando-se controladora indireta. A partir das aquisições supracitadas, a Monte Rodovias tornou-se uma plataforma de rodovias situada no Nordeste brasileiro, totalizando aproximadamente 182,5 km de extensão. Sua força está no seu posicionamento estratégico, localizado no principal corredor de exportação/importação e circulação de mercadorias para mercado da região, se beneficiando da produção nacional através de polos industriais e portos, consumo e turismo local. Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 06 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida

concessionária, o qual resta condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos. Em 2023 passaram por nossas concessões 43,8 milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia. Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de cota aberta "categoria A" perante a CVM. O detalhamento de nossa Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.monterodovias.com.br). **Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a observância das normas da CVM e os anúncios do Comitê de Divulgação Contábil (CPC) e atendimento às normas internacionais. **Desempenho:** O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento de 5,3% no período de janeiro a dezembro de 2023, quando comparado ao mesmo período de ano anterior, todos os ativos apresentaram crescimento, sendo os destaques CRA e CRC, que performaram incremento superior a 5%, com vistas ao deslocamento para lazer. A receita líquida do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 309.288 mil, 12,3% maior que a receita líquida do mesmo período em 2022. Desconsiderando a receita da construção, este aumento foi de 16,0%. A variação da receita ocorre em função não somente da variação do volume de tráfego, como também dos reajustes tarifários que foram concedidos em todas as concessionárias, com destaque para a CBN, que, além da reposição da inflação do período, teve também a sua tarifa ajustada para compensar o processamento dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão reconhecidos a seu favor, em 2023, pela Agência Reguladora responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. O valor do EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$

134.293 mil, aumento de 24,9% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA deste período foi de 43,4% ante a 39,0% no mesmo período do ano passado. Ao desconsiderarmos os impactos de efeitos não caixa, o valor do EBITDA ajustado no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 174.137 mil, aumento de 36,2% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA ajustada deste período foi de 63,2% e de 53,8% no mesmo período do ano passado. O total de investimentos realizados na sua operação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 37.788 mil, dentre duplicações, manutenções e obras estruturais entre outras. A Companhia apresenta endividamento composto majoritariamente por financiamentos de suas controladas com bancos e agências de fomento como, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e o Desenbahia, além de debêntures emitidas em 2021 pela Controladora e pelas suas controladas CRC e CRA, quitando financiamentos com BNB e BNDES respectivamente. Em novembro de 2022, a CRC realizou nova emissão de debêntures incentivadas, pré-pagando a emitida no ano anterior com condições mais favoráveis. Estas emissões de debêntures fizeram parte da estratégia da administração para refinanciamento do seu endividamento de maneira a obter maior duration, melhor perfil de amortização, liberação de recursos de conta reserva para adequação do fluxo de caixa futuro às necessidades da Companhia. Em 28 de novembro de 2023, a MFORTE, controlada direta da Companhia, emitiu uma Debênture no valor total de R\$ 201,5MM destinada a aquisição de nova concessionária. O desempenho do grupo econômico consolidado permanece positivo, com geração de caixa relevante durante o último trimestre. É importante destacar que o bom resultado em todos os negócios, impulsionados pelo aumento do tráfego e pela implementação de sucessivos reajustes tarifários. A dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 778.455 mil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS											
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	673	14.827	136.299	108.188	Passivo circulante					
Contas a receber	8	-	-	17.090	14.610	Fornecedores		24	20	24.068	10.290
IRPJ e CSLL		-	-	6.032	315	Obrigações com compras de mercadorias e serviços	12	-	-	-	14.981
Tributos a recuperar	9	204	71	3.549	6.909	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	45.938	38.567
Despesas antecipadas		111	170	1.033	1.155	Debêntures	14	10.037	3.726	48.437	4.526
Adiantamentos		41	-	860	250	Obrigações sociais e trabalhistas		1.000	161	17.980	7.404
Total ativo circulante		1.029	15.068	164.863	131.427	IRPJ e CSLL		-	-	5.375	196
Ativo não circulante						Obrigações tributárias		7	14	12.868	3.417
Fundos restritos	7	-	-	247.298	19.811	Partes relacionadas - Debêntures	26	1.552	1.268	-	-
Depósitos judiciais		-	-	13.322	21.674	Arrendamentos	15	-	-	6.036	3.240
IRPJ e CSLL diferidos	19	-	-	18.392	7.815	Provisão para manutenção	17	-	-	320	4.401
Outros ativos		-	-	-	41	Outras obrigações	18	-	-	3.307	18.015
Total do realizável a longo prazo				279.012	49.341	Total passivo circulante		12.620	5.189	164.329	105.037
Investimentos	10	600.228	592.039	-	-	Passivo não circulante					
Outros investimentos		-	-	-	9.064	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	606.456	618.834
Imobilizado		7	-	4.106	4.005	Debêntures	14	72.305	76.090	461.220	295.566
Intangível	11	-	-	1.335.438	1.367.519	Arrendamentos	15	-	-	2.062	4.253
Direito de uso	15	-	-	7.526	7.519	Provisão para contingências	16	-	-	15.608	8.969
Total do ativo não circulante		600.235	592.039	1.347.070	1.388.109	Partes Relacionadas - Debêntures	26	17.916	19.444	-	-
Total do ativo		601.264	607.107	1.790.945	1.568.877	Provisão para manutenção	17	-	-	32.351	19.336
						Outros passivos		-	-	10.500	10.500
						Total passivo não circulante		90.221	95.534	1.128.197	957.458
						Patrimônio líquido					
						Capital social	20	472.264	472.264	472.264	472.264
						Reservas de lucros	20	26.159	34.121	26.159	34.121
						Prejuízos acumulados	20	-	-	-	-
						Patrimônio líquido atribuível aos:					
						Acionistas controladores		-	-	498.419	506.385
						Acionistas não controladores		-	-	(4)	(3)
						Total do passivo e patrimônio líquido		601.264	607.107	1.790.945	1.568.877

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(7.075)	(45.516)	(6.714)	(52.347)
Ajustes					
Margem de construção		-	-	(333)	(377)
Depreciação e amortização		-	-	64.107	83.821
Juros e variações monetárias, líquidas		12.352	7.571	96.188	80.401
Apropriação do custo de captação		-	-	(7.548)	-
Provisão para contingências	16	-	-	5.721	4.324
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	8	-	-	-	(120)
Provisão para manutenção	17	-	-	8.934	9.646
Destinação para reservas		-	-	-	(1.025)
Resultado na venda de imobilizado e intangível	11	-	-	-	45
Resultado de equivalência patrimonial	10	(9.076)	30.209	-	-
Resultado ajustado das operações		(3.799)	(7.736)	160.400	124.324
Variação dos ativos e passivos					
Contas a receber		-	-	(2.147)	(698)
Despesas antecipadas		59	(79)	137	(83)
Tributos a recuperar		(133)	(71)	1.371	(6.347)
Depósitos judiciais		-	-	5.136	5.364
Adiantamentos		(41)	20.687	(610)	138
Outros ativos		-	-	26	128
Fornecedores		4	16	13.778	11.002
Obrigações tributárias		(7)	13	3.734	(1.100)
Obrigações sociais e trabalhistas		840	161	10.576	1.644
Outras obrigações		-	-	(14.727)	(5.541)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(3.077)	12.991	177.674	128.831
Juros pagos	13/14	(8.014)	(8.990)	(69.632)	(71.853)
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	-	(3.772)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(11.091)	4.001	104.270	56.978
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		-	22.000	-	-
Outros investimentos		-	-	-	(9.064)
Adições ao intangível	11	-	-	(37.468)	(61.711)
Recursos provenientes da alienação do intangível	11	-	-	9.838	-
Adições ao imobilizado		(7)	-	(320)	(754)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos		(7)	22.000	(27.950)	(71.529)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de financiamentos e debêntures	14	-	-	241.500	60.000
Amortização de financiamentos e debêntures	14	(1.418)	(1.203)	(43.661)	(68.936)
Obrigações com compras de mercadorias e serviços (pagamentos)		-	-	(14.981)	-
Partes relacionadas - Debêntures		(1.638)	-	-	-
Adição ao fundo restrito	7	-	-	(226.267)	-
Utilização do fundo restrito	7	-	-	2.727	18.101
Pagamentos de arrendamentos	15	-	-	(7.527)	(6.338)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos (Red.) aumento de caixa e equiv. de caixa		(3.056)	(11.203)	(48.209)	2.827
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício		14.827	29.108	188.119	119.912
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício		673	14.827	136.299	108.188

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Receita líquida de serviços	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita de construção	21	-	-	275.590	237.637
Receita Líquida		-	-	309.288	275.486
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(169.108)	(152.175)
Custo de construção	22	-	-	(33.365)	(37.472)
Lucro Bruto		-	-	106.815	85.839
Gerais e administrativas	23	(4.297)	(2.003)	(85.902)	(65.203)
Resultado de equivalência patrimonial		9.076	(30.209)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		5	-	49.273	3.101
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		4.784	(32.212)	70.186	23.737
Receitas Financeiras	24	6.560	313	26.657	15.724
Despesas Financeiras	24	(18.419)	(13.617)	(103.557)	(91.808)
Resultado financeiro, líquido		(11.859)	(13.304)	(76.900)	(76.084)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		(7.075)	(45.516)	(6.714)	(52.347)
IRPJ e CSLL correntes	19	-	-	(10.940)	(714)
IRPJ e CSLL diferidos	19	-	-	10.578	7.542
Prejuízo do exercício		(7.075)	(45.516)	(7.076)	(45.519)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		-	-	(7.075)	(45.516)
Acionistas não controladores		-	-	(1)	(3)
Prejuízo do exercício		(7.075)	(45.516)	(7.076)	(45.519)
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais		(14,98)	(96,38)	(14,98)	(96,38)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES					
Prejuízo do exercício	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Outros resultados abrangentes		(7.075)	(45.516)	(7.076)	(45.519)
Resultado abrangente do exercício		(7.075)	(45.516)	(7.076)	(45.519)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		-	-	(7.075)	(45.516)
Acionistas não controladores		-	-	(1)	(3)
Resultado abrangente do exercício		(7.075)	(45.516)	(7.076)	(45.519)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em 31 de dezembro de 2021	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Participação de não controladores
			Reserva de lucros a realizar	Reserva de recompra de ações e de investimentos		
	472.264	3.982	18.980	56.675	551.901	551.901
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(45.516)	(3)
Destinação:						
Absorção de prejuízos com a reserva de lucros	-	(3.982)	(18.980)	(22.554)	45.516	-
Em 31 de dezembro de 2022	472.264	3.982	-	34.121	506.385	(3)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.075)	(1)
Ajuste/Absorção	-	-	-	-	(887)	(887)
Absorção de prejuízos com a reserva de lucros	-	-	-	-	(7.962)	-
Em 31 de dezembro de 2023	472.264	3.982	-	22.177	498.423	(4)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em 31 de dezembro de 2021	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Participação de não controladores
			Reserva de lucros a realizar	Reserva		

continuação

Monte Rodovias S.A.

de venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10/06/2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18/07/2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro. A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.: Em 30/04/2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC. A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15/12/2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11/06/2010. Em 24/05/2023, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 235, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14/06/2023, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual.

1.1. Aquisição de controlada: Em 03/11/2023, o grupo Monte Rodovias, por meio de sua holding Verona Holding S.A., adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10/04/2023, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. A Monte Forte tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 06/12/2023, a Monte Forte celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN –, Investimentos E Participações Em Infraestrutura S.A. – Invepar, para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, cuja transferência das respectivas ações está condicionada a implementação das condições precedentes previstas nos contratos, conforme amplamente divulgado ao mercado financeiro, por meio da divulgação de nota de Fato Relevante em atendimento à legislação vigente. O Fechamento da Operação e a efetiva aquisição, pela Monte Forte, das ações de emissão da CLN está sujeito, dentre outras condições precedentes usuais para este tipo de operação, à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia ("AGERBA"), onde caso o processo seja aprovado, se dará então em momento futuro e oportuno a transferência das ações. Até a emissão dessa demonstração financeira o controle não foi transferido. Para esta operação, em 06/12/2023 a Verona Holding efetuou transferência eletrônica de recursos financeiros no montante total de R\$ 26.550 aumentando a participação no capital social da Monte Forte, bem como a Monte Forte emitiu uma Debênture no valor total de R\$ 201.500 (1ª Série: R\$ 36.500 e 2ª Série: R\$ 165.000) com a finalidade de demonstrar capacidade financeira para os vendedores e posteriormente suportar essa aquisição. Esse montante empregado para a operação está depositado em contas vinculadas de titularidade da Monte Forte, cujo único objetivo é a aquisição da CLN e os recursos somente serão transferidos, na forma como detalhado no item 3.4 do contrato de compra e venda celebrado com a Invepar, assim que as condições precedentes estiverem cumpridas e as ações da CLN sejam devidamente transferidas, em seu favor, para a Monte Forte. Diante dos fatos e informações mencionados, e considerando o conteúdo previsto na norma técnica contábil CPC 15 R1 – Combinação de Negócios, a administração do grupo Monte Rodovias, entende que não deve ser considerada a hipótese de contabilização dessa nova aquisição até a presente data, visto que há na verdade é um acordo de intenções, firmado por meio de um contrato de compra e venda, que está sujeito a validações sucessivas e predecessoras, a serem realizadas por órgão de regulação e poder público, com futura e ainda não líquida e certa, transferência das ações da CLN, para só então, o grupo passar a ter e exercer controle financeiro e operacional sobre o novo ativo.

1.2. Procedimentos arbitrais envolvendo a controlada: a) CBN: Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial ("OAS"), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07/02/2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem, tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e (ii) em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo. A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28/03/2024.

Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 19 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Notas explicativas 16 e 17: reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo"). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (Goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(b) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as duas condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Redução ao valor recuperável (Impairment): i. Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação. **(d) Ativos intangíveis e ágio: Ativos intangíveis e ágio:** O Grupo, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização é um contrato de concessão de serviços e mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada ao longo do período de concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. **Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Os outros intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(e) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **(f) Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes, em cada contrato de concessão. A política do Grupo define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. **Provisão para contingências:** As empresas que compõe o grupo financeiro são parte de processos judiciais e administrativos. O Grupo reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, civis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos

ou decisões dos tribunais. **(g) Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **(h) IRPJ e CSLL – correntes e diferidos:** O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos previstas nas legislações pertinentes, na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de IRPJ e CSLL diferido:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferido. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos é realizada com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos e são mensurados Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da CSLL e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferido. **(i) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores. **(j) Reconhecimento da receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando a mesma possa ser mensurada de maneira confiável. **Receitas de pedágio:** A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **Receitas de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias na infraestrutura estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo e de acordo com a Interpretação Técnica ICP 01 (R1) – "Contratos de concessão", que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo acrescido de margem. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **Receitas acessórias:** As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos da concessão ou quando da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **(k) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **(l) Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **(m) Informações por segmento:** A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessões de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente eterno representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia e de suas controladas. **4. Novas normas interpretadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2023, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo: • Classificação de passivos de longo prazo com covenants (alterações ao CPC 26); • Divulgação de políticas contábeis (IAS 1/CPC 26-R1) • Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8/CPC 23) • Tributos sobre o Lucro (IAS 12/CPC 32) Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo. **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Fatores de risco financeiro: a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. A gestão de risco realizada pela Companhia e suas controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras. A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos

continuação

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no capital social (%)	
			2023	2022
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	99,99	99,99
Monte Forte Holding Participações S.A. ("MFORTE")	Indireto	Brasil	100,00	-
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00	100,00

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Monte Rodovias S.A.

de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado. A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia e suas controladas (Consolidado) em 31/12/2023 (valores expressos em milhares de R\$):

		31/12/2023		31/12/2022	
		Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa	6	673	673	14.827	14.827
Total		673	673	14.827	14.827
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures	14	82.343	86.297	79.816	84.852
Total		82.343	86.297	79.816	84.852

Controladora

		31/12/2023		31/12/2022	
		Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa	6	673	673	14.827	14.827
Total		673	673	14.827	14.827
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures	14	82.343	86.297	79.816	84.852
Total		82.343	86.297	79.816	84.852

Consolidado

		31/12/2023		31/12/2022			
		Saldo em 2021	Adi-ções xas	Baixas	Reclas-sifica-ções	Amorti-zação (c)	Saldo em 2022
Ativo							
Adiantamento a fornecedores e outros		4.600	-	-	(471)	-	4.129
Agio (b)		8.388	-	-	-	-	8.388
Total		15.103	370	-	(348)	(268)	14.857
Passivo							
Debêntures		1.385.160	61.745	(30)	(2.214)	(77.140)	1.367.521
Total		1.385.160	61.745	(30)	(2.214)	(77.140)	1.367.521

Controladora

		31/12/2023		31/12/2022			
		Saldo em 2022	Adi-ções	Baixas	Reclas-sifica-ções	Amorti-zação (c)	Saldo em 2023
Ativo							
Direito de concessão (a)		203.146	-	-	(400)	(9.138)	193.609
Direito de concessão de serviços públicos		1.081.795	1.315	(9.883)	95.968	-	1.121.138
Obras em andamento		67.724	36.042	-	(94.290)	(144)	9.332
Total		1.352.665	37.357	(9.883)	1.678	(543)	(57.195)
Passivo							
Software		2.292	111	-	1.897	-	3.810
Marcas e Patentes		46	-	-	-	-	46
Adiantamento a fornecedores e outros		4.129	-	-	(4.129)	-	-
Agio (b)		8.388	-	-	(885)	-	7.503
Total		14.855	111	(2.232)	(885)	(490)	11.359
Total		1.367.520	37.468	(9.883)	(554)	(1.428)	(57.685)

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. (a) O valor do intangível atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato. (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integrou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do Purchase Price Allocation (PPA), determinou-se o valor da *Mais Valia*. (c) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Gerais e administrativas. (d) Dentre as baixas apresentadas, houve uma baixa referente à venda de veículos sem valor residual no montante de R\$ 148, para revitalização da frota. O saldo foi baixado contra a depreciação acumulada com o efeito zero na apresentação. Além de baixa de itens sinistrados ressarcidos pela seguradora **Contrato de concessão - infraestrutura:** O custo relativo à infraestrutura é mensurado com base no custo incorrido e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. **Teste de recuperabilidade de ativos (impairment):** De acordo com os requisitos do CPC 01, os itens de ativo intangível que apresentem sinais de que o saldo contábil é superior a seu valor recuperável devem ser reavaliados periodicamente para determinar a necessidade de redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia realizou o teste de impairment em cada uma de suas SPE's (Sociedades de Propósito Específico) detentoras de contrato de concessão de rodovias e, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de cada UCG considerando perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado, riscos do negócio e estrutura de capital, concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve a necessidade de constituição de ajuste de impairment dos ativos intangíveis em 31/12/2023.

12. Obrigações com compras de mercadorias e serviços:

		Consolidado	
		2023	2022
Compras com cessão de direitos creditórios		-	14.981
Total		-	14.981

O Grupo possuía parceria/convênio com a instituição financeira FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, visando possibilitar aos fornecedores, mais uma opção de antecipação de seus recebíveis, por meio da transferência do direito do recebimento de suas faturas. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição financeira, não havendo qualquer participação da CBN neste quesito. A CBN realiza o pagamento das faturas ao FIDC com prazo e preço diferentes dos inicialmente acordados com seus fornecedores, sendo 12 meses o prazo médio para alongamento, se tais faturas foram objeto de antecipação de recebível, por meio da operação de "risco sacado". A taxa de juros praticada em função do alongamento do prazo é CDI + 9%. O Grupo apresentou valores devidos pela compra de bens ou serviços, relacionados a operações de "risco sacado", na rubrica de Obrigações com compras de mercadorias e serviços porque considera que a natureza ou função do passivo financeiro é diferente de outras contas a pagar. Em 01/12/2023 a Companhia e suas controladas liquidaram o saldo a pagar de fornecedores oriundo da operação de "risco sacado".

13. Empréstimos e financiamentos:

		Consolidado	
		2023	2022
Contratante	Instituição financeira	Venci-mento	Encargos financeiros
CBN (i)	Desenhahia	2033	R\$ TJLP + 3% a.a.
CBN (ii)	BNB	2026	R\$ a.a.
CBN (iii)	BNB	2032	R\$ 8,5% a.a.
CBN (iv)	Desenhahia	2032	R\$ 8,5% a.a.
CBN (v)	BNB	2033	R\$ 2,5% a.a.
CBN (vi)	Desenhahia	2034	R\$ a.a.
CBN (vii)	BNB	2035	R\$ 7,07% a.a.
CBN (viii)	Desenhahia	2026	R\$ CDI+4% a.a.
CBN (ix)	BNB	2025	R\$ a.a.
CBN (x)	BNB	2037	R\$ 24,75% a.a.
			R\$ IPCA + 3,9% a.a.
			R\$ (3.380)
Total			652.394
Passivo circulante			45.938
Passivo não circulante			606.456

(i) Firmado pela CBN em 15/04/2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e (ii) Firmado pela CBN em 29/04/2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses; (iii) Firmado pela CBN em 10/08/2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iv) Firmado pela CBN em 12/08/2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (v) Firmado pela CBN em 12/12/2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (vi) Firmado pela CBN em 21/12/2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. (vii) Firmado pela CBN em 26/11/2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (viii) Firmado pela CBN em 15/08/2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; (ix) Firmado pela CBN em 20/06/2023, no valor de R\$ 10.000, com prazo de 24 meses, após carência de 6 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. (x) Firmado pela CBN em 30/12/2022, no valor de R\$ 104.978, com prazo de 108 meses, após carência de 72 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. Este financiamento está em período de captação com R\$ 30.000 desembolsados em dezembro de 2023 e saldo restante previsto para saque até dezembro de 2025. **a) Custo de captação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **b) Garantias:** (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto a Desenhahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa; **c) Cláusula restritiva ("covenants"):** Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") não financeiros, os quais foram cumpridos em 31/12/2023. Abaixo segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período de doze meses findo em 31/12/2023 e 2022:

		Consolidado	
		Saldo em 2021	Saldo em 2022
Movimentação			
Saldo em 31/12/2021			
674.285			
(+) Juros incorridos			
42.750			

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



		2023		2022		Monte Rodovias S.A.									
						Empres- timos e financia- mentos		Debên- tu- res		Obrigações com com- pras de mercadorias e serviços		Arrend- mentos		Total	
Remuneração com encargos		5.627		5.521											
Incentivo de longo prazo		76		87											
Total		5.703		5.608											
27. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:															
		Debêntures		Partes Relacionadas		Total									
Controladora		92.439		25		92.464									
Saldo em 31/12/2021		92.439		25		92.464									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento															
Amortização de financiamentos e debêntures		(11.023)		-		(11.203)									
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		(11.203)		-		(11.203)									
Outras variações															
Partes relacionadas		-		20.687		20.687									
Despesas com juros		7.571		-		7.571									
Juros pagos		(8.991)		-		(8.991)									
Total das outras variações relacionadas com passivos		(1.420)		20.687		19.267									
Saldo em 31/12/2022		79.816		20.712		100.528									
Controladora		79.816		20.712		100.528									
Saldo em 31/12/2022		79.816		20.712		100.528									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento															
Amortização de financiamentos e debêntures		(1.418)		-		(1.418)									
Partes relacionadas - captação		-		3.000		3.000									
Partes relacionadas - amortização		-		(4.638)		(1.638)									
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		(1.418)		(1.638)		(3.056)									
Outras variações															
Despesas com juros		17.863		393		18.256									
Juros pagos		(13.918)		-		(13.918)									
Total das outras variações relacionadas com passivos		3.945		393		4.338									
Saldo em 31/12/2023		82.343		19.467		101.810									
Consolidado		674.285		284.468		7.157		965.910							
Saldo em 31/12/2021		674.285		284.468		7.157		965.910							
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento															
Captação de financiamentos e debêntures		-		60.000		60.000									
Amortização de financiamentos e debêntures		(15.799)		(53.137)		(68.936)									
Pagamento de arrendamento		-		(6.338)		(6.338)									
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		(15.799)		6.863		(6.338)		(15.274)							
Outras variações															
Custos de transação		(467)		467		-									
Despesas com juros		42.750		36.779		6.674		86.203							
Juros pagos		(43.368)		(28.485)		-		(71.853)							
Total das outras variações relacionadas com passivos		(1.085)		8.761		6.674		14.350							
Saldo em 31/12/2022		657.401		300.092		7.493		979.697							
Consolidado		657.401		300.092		7.493		979.697							
Saldo em 31/12/2022		657.401		300.092		7.493		979.697							
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento															
Captação de financiamentos e debêntures		40.000		201.500		-		241.500							
Amortização de financiamentos e debêntures		(41.359)		(2.302)		-		(43.661)							
Obrigações com compras de mercadorias e serviços		-		-		(14.981)		(14.981)							
Pagamento de arrendamento		-		-		-		(7.527)		(7.527)					
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		(1.359)		199.198		(14.981)		(7.527)		175.331					
Outras variações															
Novos arrendamentos		-		-		5.684		5.684							
Custos de transação		(1.874)		(5.674)		-		(7.548)							
Despesas com juros		41.653		46183		-		2.629		90.465					
Juros capitalizados		1.517		452		-		-		1.969					
Reclassificações		-		-		-		(182)		(182)					
Juros pagos		(44.944)		(30.593)		-		-		(75.537)					
Total das outras variações relacionadas com passivos		(3.648)		10.368		-		8.132		14.851					
Saldo em 31/12/2023		652.394		509.658		-		8.098		1.170.150					

iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais. **c) Contrato de concessão - CRA:** O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia. Em 04/01/2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24/01/2014 iniciou suas operações da praça 5. Foi assinado em 12/09/2017 o 2 Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 - data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04/01/2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28/12/2018 o 3 Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei no 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 - data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04/01/2019. Em 13/10/2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanços para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 - 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanços, por solicitação da CRA. O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente. Em 29/04/2021, houve a emissão do 4 Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06/08/2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão. Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão. Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária. As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões: • Implantação de terceiras faixas; • Duplicação; • Implantação de acostamento; • Implantação de passarelas para pedestres; • Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e • Instalação de cabines de pedágio. A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual. Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

A Diretoria
Fábio Bonini Tararam - Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Felipe Guidi - Diretor Financeiro
Wilman Sanchez Moitinho - Contador - CRC nº 1SP289876/0-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da **Monte Rodovias S.A., São Paulo - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monte Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". **Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.** **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja à Nota 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentam registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.335.438 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros de cada UGC, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com a projeção aprovada pela Administração da Companhia; - (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, em base amostral, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e são razoáveis no contexto da avaliação da estimativa do valor recuperável das UGCs; e - (iii) Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demons-

trações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, eventualmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Salvador, 29 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes **Diego Feliciano Irineu - Contador**
CRC SP-014428/F-7 CRC ISP223212/0-2

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Moinho Água Branca S.A.											
CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93											
Relatório da Diretoria											
Srs. Acionistas: Em Cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das Notas Explicativas.											
São Paulo, 10 de março de 2024.											
Balanço Patrimonial - (em reais, centavos eliminados)					Demonstração do Resultado do Exercício - (em reais, centavos eliminados)						
Ativo Circulante		2023		2022		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante		2023		2022	
Caixa e equivalentes de caixa	119.647	68.138	Fornecedores	8.500	8.500	Receita Operacional Bruta	1.250.000	1.250.000			
Aplicações Financeiras	1.437.487	481.954	Impostos a Recolher	14.525	14.216	Impostos Incidentes S/Vendas	(178.125)	(178.125)			
Adiantamentos Diversos	30.168	500	Provisão Imp. Renda/Contr. Social	10.161	11.857	Receita Operacional Líquida	1.071.875	1.071.875			
Impostos a Recuperar	2.983	3.122	Salários e Encargos	6.212	6.184	Custo					
Total do Ativo Circulante	1.590.486	553.714	Total do Passivo Circulante	39.398	40.757	Lucro Bruto	1.071.875	1.071.875			
Ativo Não Circulante		2023		2022		Despesas Operacionais		2023		2022	
Realizável a Longo Prazo			Financiamentos	7.411.890	7.411.890	Administrativas	722.840	1.183.142			
Outras Contas	10.339.489	10.024.922	Provisão P/ Contingências		444.720	Despesas Financeiras	1.136	1.108			
Permanente			Total do Passivo Não Circulante	7.411.890	7.856.610	Receitas Financeiras	(2.140.864)	(1.678.157)			
Investimentos	568.076	568.076	Patrimônio Líquido			Outras Receitas Operacionais	(82)	(23.642)			
Provisão p/ Perdas	(511.312)	(511.312)	Capital social	30.391.880	30.391.880	Tributárias	300.428	135.587			
	56.764	56.764	Ágio na Subscrc. Capital	14.500.000	14.500.000		(1.116.542)	(381.963)			
Imobilizado - custo	15.461.189	15.461.189	Reservas de Reavaliação	5.619.126	5.619.126	Lucro (Prejuízo) Operacional	2.188.417	1.453.838			
(-) Depreciação	(9.725.472)	(9.725.472)	Prejuízos Acumulados	(40.239.838)	(42.037.255)	Antes do Imposto de Renda	2.188.417	1.453.838			
	5.735.718	5.735.718	Total do Patrimônio Líquido	10.271.168	8.473.751	Prov. P/Imp. de Renda /Cont. Social	(391.000)	(316.387)			
Total do Permanente	5.792.482	5.792.482	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.722.456	16.371.118	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.797.417	1.137.452			
Total do Não Circulante	16.131.971	15.817.404				Lucro (Prej.) P/ Lote de Mil Ações	0,053	0,033			
Total do Ativo	17.722.456	16.371.118									
Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido - (em reais, centavos eliminados)											
	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ágio na Subscrição de Capital	Totais						
Saldo em 31/12/2021	30.391.880	5.619.126	(43.174.706)	14.500.000	7.336.300						
Lucro (Prejuízo) do exercício			1.137.451		1.137.451						
Saldo em 31/12/2022	30.391.880	5.619.126	(42.037.255)	14.500.000	8.473.751						
Lucro (Prejuízo) do Exercício			1.797.417		1.797.417						
Saldo em 31/12/2023	30.391.880	5.619.126	(40.239.838)	14.500.000	10.271.168						
Notas Explicativas -											
1 - Contexto Operacional - A Empresa tem como atividade preponderante o aluguel de imóveis e de suas marcas 2 - Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem e legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3 - Principais Práticas Contábeis - a) - caixa e equivalentes de caixa - incluem depósitos bancários a vista; b) - Ajuste do Resultado - As Receitas e Despesas são reconhecidas pelo regime de competência; c) - Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada, os quais estão totalmente depreciados; d) - Imposto de Renda e Contribuição Social - Estão calculados levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o Imposto de Renda foi calculada a alíquota 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima dos limites específicos. A provisão para a Contribuição Social foi calculada a alíquota de 9% sobre os lucros tributáveis antes do Imposto de Renda, ajustado conforme legislação específica; e) - Patrimônio Líquido - Capital social - O Capital Social em 31/12/2023 é de R\$ 30.391.880 e está representado por 11.358.208,682 ações ordinárias e 22.716.417,357 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Reavaliação Espontânea: Os saldos existentes nas reservas de reavaliação, classificadas no patrimônio líquido, estão totalmente realizados.											
Diretoria:											
Ivan Soldan Salema - Diretor											
Normar Prevedello											
<i>Tec. Contabilidade - CRC TSP 264311/O-0</i>											

CIP S.A.
CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 3530058278-1
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada às 15:00 horas do dia 29 de abril de 2024

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho 2020 ("IN DREI 81"), os acionistas da CIP S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob o nº 44.393.564/0001-07 ("Núcleo" ou "Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 15:00 horas, exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), a qual terá como ordem do dia, as seguintes deliberações: **(I) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** **a)** Reforma Global e Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **b)** Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos Comitês estatutários da Companhia, para o exercício de 2024, nos termos do artigo 11, alínea "e" do Estatuto Social. **(II) Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** **a)** Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com a aprovação (i) do Relatório da Administração, (ii) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (iii) o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia; **b)** Proposta da destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **c)** Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; **d)** Eleição dos membros do Conselho de Administração com a fixação do número efetivo da sua composição; **e)** Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos administradores neste fim. **Orientações gerais:** O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: governanacorporativa@nuclea.com.br, preferencialmente com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter: (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá à Assembleia; (ii) telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) ("Documentos Necessários"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante o previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Nuclea enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o link (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio de e-mail: governanacorporativa@nuclea.com.br para que seja prestado o suporte necessário. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. **Orientações para o envio de Boletim de Voto à Distância:** Nos termos da IN DREI 81, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto à distância que tenha sido considerado válido nos termos do presente Edital. O boletim de voto à distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão endereço seguinte endereço eletrônico: https://www2.nuclea.com.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto à distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deve enviar cópia digitalizada do boletim de voto à distância, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail governanacorporativa@nuclea.com.br ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto à distância em conjunto com os Documentos Necessários (abaixo especificados) para o endereço: **CIP S.A. | Núcleo - Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/c: Governança Corporativa.** Vale ressaltar que os boletins de voto à distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela Nuclea até o dia 25 de abril de 2024, tendo a Nuclea, em até 2 (dois) dias do recebimento de cada boletim de voto à distância, que comunicar: (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto à distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto à distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto à distância não impede o acionista de se fazer presente à Assembleia através da Plataforma Digital e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado. São Paulo, 01 de abril de 2024.
Edéilson Viani - Presidente do Conselho de Administração.

Hidroviás do Brasil S.A.
CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982 - Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024

A Hidroviás do Brasil S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, e dos Pareceres do Comitê de Auditoria não Estatutário e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 5. Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; 6. Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração; e 7. Deliberar sobre a instalação e a fixação do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024; 8. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal; e 9. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Diante da celebração em 22 de março de 2024 de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Somerville Investments B.V. (em conjunto os "Vendedores") e, de outro lado, Ultrapar Logística Ltda. ("Compradora"), com a interveniência anuência da sua controladora, Ultrapar Participações S.A., por meio do qual os Vendedores comprometeram-se a transferir à Compradora, a totalidade das 128.369.488 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Vendedores, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas usuais para transações dessa natureza, de acordo com os termos e condições previstos no referido contrato ("Transação"), **deliberar**, nos termos do Artigo 45, Parágrafo 8º, do Estatuto Social da Companhia, sobre a dispensa, com eficácia sujeita à implementação da Transação, da obrigação da Compradora e/ou de pessoa que, direta ou indiretamente controle, seja controlada por, ou esteja sob controle comum da Compradora ("Afiliadas") de realizar uma oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia em razão do atingimento de participação societária relevante na Companhia decorrente da Transação e qualquer aumento de participação subsequente até o atingimento de participação societária igual a 40% do capital social da Companhia, sendo certo que caso a Compradora e/ou suas Afiliadas venham a adquirir ou se tornem titulares, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 40% do capital social da Companhia, a Compradora e/ou suas Afiliadas, conforme o caso, ficarão obrigadas a realizar a oferta pública de aquisição de ações prevista no Artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, observados todos os termos e condições ali previstos (incluindo em seus respectivos parágrafos), com exceção do percentual de participação relevante, que deverá ser interpretado como "superior a 40%", ao invés de "igual ou superior a 20%". **Informações Gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando todas as orientações detalhadas para participação ("Manual para Participação dos Acionistas"), bem como toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 2. **Participação e votação na Assembleia:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim e do Manual de Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretendem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., até o dia 28 de abril de 2024), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação dos Acionistas. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** 4. **Documentos de representação dos acionistas:** A Companhia dispensará a necessidade de notificação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. **Informações para participação e votação na Assembleia Geral:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. **Votação por meio de Boletim:** O Boletim poderá ser enviado pelos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual e Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 7. No que se refere à deliberação para eleição dos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. São Paulo, 28 de março de 2024.
Felipe Andrade Pinto - Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Multilaser Industrial S.A.

CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02 - Código CVM nº 02603-4 - Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 26 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Multilaser Industrial S.A. ("Companhia")**, a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 10h00 ("AGO"), de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento físico, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a eleição do Sr. Edward James Feder ao cargo de membro do Conselho de Administração; (ii) Deliberar acerca da caracterização do Sr. Edward James Feder como conselheiro independente; (iii) Deliberar sobre a alteração da denominação social da Companhia para "Grupo Multi S.A."; e (iv) Alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), contemplando: (a) a alteração da denominação social da Companhia no cabeçalho e no art. 1º do Estatuto Social, conforme item da ordem do dia descrito acima; e (b) a inclusão de atividades secundárias no objeto social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social. Instruções e Informações Gerais: A participação dos acionistas na AGOE será de forma digital, por meio da plataforma eletrônica "TEN Meetings", ou por meio de boletim de voto a distância. O acionista que desejar participar da AGOE de forma digital deverá acessar o link previsto no Manual de Participação e Proposta da Administração e preencher os dados de cadastro para AGOE da Companhia, até o dia 24 de abril de 2024, inclusive. Ao realizar o cadastro, o acionista deverá anexar todos os documentos necessários para participação na AGOE, conforme descrito no Manual de Participação e Proposta da Administração da AGOE disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. A Companhia avaliará os documentos e informações disponibilizadas pelo acionista e, após a aprovação do cadastro, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma através do e-mail cadastrado. Caso a Companhia não aprove o cadastro, o acionista receberá um e-mail informando os documentos pendentes ou não aprovados pela Companhia para que possa representar tais documentos. **O login e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ao acessar o link acima, o acionista terá acesso ao "Manual da Plataforma de Assembleia" para orientá-lo na realização do cadastro para AGOE. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, para o e-mail cadastrado, o login e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação e Proposta da Administração e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento e envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 24 de abril de 2024), o acionista não poderá participar digitalmente da AGOE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto através do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), que encontra-se disponível nos endereços indicados abaixo, poderá: (i) transmitir-lo diretamente às instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir-lo diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação e Proposta da Administração disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados; (iii) preenchê-lo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no Manual de Participação e Proposta da Administração para a AGOE; ou (iv) preenchê-lo e transmiti-lo digitalmente por meio da plataforma eletrônica "TEN Meetings", conforme instruções contidas no Manual de Participação e Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), no Manual de Participação e Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação e Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem a seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.multilaser.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, do Manual de Participação e Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGOE. São Paulo/SP, 27 de março de 2024 Edward James Feder - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29/03/2024 e 02/04/2024)

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 - NIRE 35.300.465.369 - Código CVM nº 02533-0 - Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024

Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/2022 ("RCVM 81/22"), convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14h30, de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 1.2. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e 1.3. A proposta da administração acerca da fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. A extinção dos Planos de Opção de Compra de Ações aprovados em (i) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2014; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/09/2018. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância ("Boletim") e todos os demais documentos previstos na RCVM 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados, nesta data, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º (parte) e 23º andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br). **Participação dos acionistas na AGOE:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá se dar: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do 1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Allied Tecnologia S.A. e do modelo de Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e/ou (b) via Plataforma Digital Zoom ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia - ou seja, até o dia 28 de abril de 2024 (domingo) - os seguintes documentos: (i) comprovante ou extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou pela bolsa de valores, demonstrando a titularidade das ações em até 08 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprove a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. **Não** será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCVM 81/22. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede social da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através de plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001. Os Boletins de voto a distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **Rafael Patury Carneiro Leão** - Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Axa Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 19.323.190/0001-06 - NIRE 35.300.471.113
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de Março de 2024

Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da **Axa Seguros S.A. ("Companhia")**, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.600, 15º andar, conjunto comercial nº 151, Vila Nova Conceição, Osasco, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000. **Quórum:** Acionista presente representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença da única acionista representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pela assinatura no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação de editais conforme, autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa: Presidente:** Erika Medici Klafke. **Secretário:** Antoine Paul Joseph Gerard. **Ordem do Dia: Em matéria ordinária:** (I) Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Diretoria, o Parecer dos Auditores Independentes Contábil e Atuarial, assim como as Demonstrações Contábeis Consolidadas e respectivas notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (II) Deliberar sobre o resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, determinando sua destinação; (III) Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, até a próxima Assembleia Geral Ordinária; e em matéria extraordinária: (IV) Reeleger membros da Diretoria; (V) Ratificar a composição da Diretoria e as funções específicas dos Diretores perante a SUSEP; (VI) Reeleger membros do Conselho de Administração e (VII) Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** A única acionista presente, de forma unânime e sem ressalvas, deliberou (I) Aprovar, as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes Contábil e Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, publicados no dia Folha de São Paulo em 26 de fevereiro de 2024; (II) Aprovar a destinação do lucro referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 47.589.295,97 (quarenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos) para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para redução dos prejuízos acumulados; (III) Aprovar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia no valor de R\$ 24.636.799,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil e setecentos e noventa e nove reais) a ser distribuída entre seus membros até a AGO de 2025. (iv) Reeleger como membros da Diretoria, visando unificar todos os mandatos até a AGO de 2027: a) **Erika Medici Klafke**, brasileira, casada, estatística, portadora da carteira de identidade RG nº 10.637.764-1, emitida pelo DIC/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.973.707-74, residente e domiciliada na Rua Dom Bosco, nº 89, apartamento 1402, Icarai, Niterói/RJ, CEP 24220-390, como Diretora Presidente; b) **Alexander Galli**, suíço, casado, securitário, portador do R.N.M. nº F066424-6, inscrito no CPF/MF sob nº 098.580.691-54, residente e domiciliado na Rua Origens dessa, nº 4545, casa 22, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22795-215; c) **Ana Carolina Iervolino Pereira Mello**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 9162267, emitida pelo SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 147.814.858-63, residente e domiciliada na Rua Barão de Melgaço, nº 424, apartamento 42, Real Parque, São Paulo/SP, CEP 05684-030; d) **Arthur Felipe Mitke Moreira**, brasileiro, casado, securitário, portador da carteira de identidade nº 103215406, emitida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.975.827-00, residente e domiciliado na Rua Dias de Barros, nº 51, apartamento 501, Santa Teresa, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20241-020; e) **Alexandre Campos De Souza**, brasileiro, união estável, administrador, portador da carteira de identidade nº 19842910-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.653.898-97, residente e domiciliado na Rua Maracana, nº 121, apartamento 101, Vila Ipojuca, São Paulo/SP, CEP 02544-049; f) **Antoine Paul Joseph Gerard**, francês, casado, Chief Financial Officer, portador do RNE nº V333179-7, órgão emissor: CGPI/DIREX/DFP, inscrito no CPF/MF sob nº 232.881.288-02, residente e domiciliado na Rua Harmonia, nº 955, apartamento 43, Vila Madalena, São Paulo/SP, CEP 05435-001; g) **Bruno Sciolli Porte**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 30936999, emitida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 316.654.088-12, residente e domiciliado na Avenida Leonardo da Vinci, nº 2566, bloco 02, apartamento 94, Vila Guarani, São Paulo/SP, CEP 04313-002; h) **Karine Doria Brandão**, brasileira, união estável, securitária, portadora da carteira de identidade nº 088627641, emitida pelo IPR/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.534.857-21, residente e domiciliada na Rua Gustavo Sampaio, nº 336, apartamento 801, Leme, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22010-010. (v) Ratificar a composição da Diretoria e as funções dos Diretores responsáveis por área perante a SUSEP: **Início do Mandato - Início do Mandato - Término do Mandato:** Erika Medici Klafke - Presidente - 25.03.2024 - AGO de 2027; Alexander Galli - 25.03.2024 - AGO de 2027; Alexandre Campos de Souza - 25.03.2024 - AGO de 2027; Antoine Paul Joseph Gerard - 25.03.2024 - AGO de 2027; Ana Carolina Iervolino Pereira - 25.03.2024 - AGO de 2027; Arthur Felipe Mitke Moreira - 25.03.2024 - AGO de 2027; Bruno Sciolli Porte - 25.03.2024 - AGO de 2027; Karine Doria Brandão - 25.03.2024 - AGO de 2027. 1. Funções de caráter executivo ou operacional: 1.1. Diretor responsável pelas relações com a Susep (Art. 1º, I da Circular nº 234, de 28/08/2003), Sra. Erika Medici Klafke; 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 3º, II da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sra. Ana Carolina Iervolino Pereira Mello; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 1º, III da Circular nº 234, de 28/08/2003), Sr. Antoine Paul Joseph Gerard; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sr. Antoine Paul Joseph Gerard; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005), Sr. Arthur Felipe Mitke Moreira; 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431, de 12/11/2021), Sra. Karine Doria Brandão; 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383 de 20/03/2020), Sr. Bruno Sciolli Porte; 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382 de 04/03/2020), Sr. Arthur Felipe Mitke Moreira; 2. Funções de caráter de fiscalização ou controle: 2.1. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.131/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020), Sr. Alexandre Campos de Souza; 2.2. Diretor responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021), Sr. Alexander Galli; (iv) Reeleger como membros da Companhia de Administração, com mandato até a AGO de 2027: a) **Erika Medici Klafke**, brasileira, casada, estatística, portadora da carteira de identidade RG nº 10.637.764-1, emitida pelo DIC/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.973.707-74, residente e domiciliada na Rua Dom Bosco, nº 89, apartamento 1402, Icarai, Niterói/RJ, CEP 24220-390; b) **Melina Andrea Cotlar**, argentina, casada, atuarial, portadora do passaporte de nº AAB839533, expedido pelo RENAPER, emitido em 22/04/2014, inscrita no CPF/MF sob o nº 717.180.201-98, residente e domiciliada na Calle De La Margarita, 41, Alcobendas, Madrid, CEP: 28.109; e c) **Núria Fernandez Paris**, espanhola, casada, general manager & SDO, portadora do passaporte nº PAF650660, inscrita no CPF/MF sob o nº 717.873.421-31, residente e domiciliada na Ronda Abubilla, 33, chalet 5, Plovera, Madrid, CEP: 28043. (vii) Ratificar a composição do Conselho de Administração: **Início do Mandato - Início do Mandato - Término do Mandato:** Erika Medici Klafke - Presidente - 25.03.2024 - AGO de 2027; Melina Andrea Cotlar - 25.03.2024 - AGO de 2027; Núria Fernandez Paris - 25.03.2024 - AGO de 2027. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, §1º, da Lei 6.404/76. **Auditores Independentes e Atuarial:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes e do Atuarial. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas: Presidente:** Sra. Erika Medici Klafke; e **Secretário:** Antoine Paul Joseph Gerard; **Acionista:** Voltaire Participações S.A., representada por sua Diretora, Erika Medici Klafke. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 25 de março de 2024.

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373
Aviso aos Acionistas

A Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A., com sede na Rua Monsenhor Antônio Pepe, 94, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, comunica aos seus Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 28 de março de 2024.
Leonardo Rosendo Fuiza - Diretor. (28, 29/03 e 02/04/2024)

Cia. Agrícola Fazenda Santa Adélia

CNPJ. 51.459.881/0001-44 - NIRE 3530005624-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 24/04/2024, às 14h00min, com segunda chamada às 14h30min, à Rua Professora Irene Alves Toledo Lima, nº. 169, Vila Paraíso, Limeira - SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Ordinária:** 1- Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 2- Eleição dos membros da Diretoria para o período de 01 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e fixação de seus honorários. **Extraordinária:** 1- Esclarecer sobre as vendas dos lotes e despesas geradas com a administração. 2- Esclarecer sobre os processos existentes referente aos lotes e área do Linhão. 3- Esclarecer sobre detalhes referente a doação das portarias do Florisa para a Associação de Moradores. 4- Demais esclarecimentos que se fizerem necessários. Limeira, 28 de março de 2024. **Neide Bassinello Tomasini** - Diretor Presidente. (28, 29/03/2024 e 02/04/2024)

REC SS Aclimação Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 26.074.834/0001-35 - NIRE 35.300.495.594
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Aclimação Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Lins de Vasconcelos, nº 1.794, Cambuci, CEP 01538-011 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 25.777.067,00 (vinte e cinco milhões, setecentos e setenta e sete mil, sessenta e sete reais), dividido em 25.777.067 (vinte e cinco milhões, setecentas e setenta e sete mil, sessenta e sete) ações, para R\$ 24.625.110,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e dez reais), dividido em 24.625.110 (vinte e quatro milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, cento e dez) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 1.151.957,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e sete reais), mediante o cancelamento de 1.151.957 (um milhão, cento e cinquenta e uma mil, novecentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, no montante total de R\$ 1.146.197,00 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, cento e noventa e sete reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 5.760,00 (cinco mil, secentos e sessenta reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 24.625.110,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e dez reais), dividido em 24.625.110 (vinte e quatro milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, cento e dez) ações das seguintes espécies e classes: 24.625.110 (vinte e quatro milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, cento e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal; e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 24.625.110,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e dez reais), dividido em 24.625.110 (vinte e quatro milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, cento e dez) ações das seguintes espécies e classes: 24.625.110 (vinte e quatro milhões, seiscentas e vinte e cinco mil, cento e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (iii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."** **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro - presidente, e Fernando Hamaoui - secretário. **Assinaturas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro, São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** - Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** - Secretário da Mesa.

Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 09 de abril de 2024, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Pires, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) a extinção do cargo de Diretor de Operações; (b) a criação dos cargos de Diretor Industrial e Diretor Técnico; (c) a eleição do Diretor Industrial, e a eleição do Diretor Técnico; (d) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e (e) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 28 de março de 2024. Fabio Luiz Munhoz Mazzaro – Diretor Presidente; Sandro Moraes Nogueira – Diretor Administrativo e Financeiro. (29/03, 02 e 03/04/2024)

REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 26.128.437/0001-07 – NIRE 35.300.495.616

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 4579, Santo Amaro, CEP 04701-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 26.090.000,00 (vinte e seis milhões e noventa mil reais), dividido em 26.090.000 (vinte e seis milhões e noventa mil) ações, para R\$ 24.939.146,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e seis reais), dividido em 24.939.146 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e seis reais) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 1.150.854,00 (um milhão, cento e cinquenta mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais), mediante o cancelamento de 1.150.854 (um milhão, cento e cinquenta mil, oitocentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, no montante total de R\$ 1.146.136,00 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, cento e trinta e seis reais) e (ii) ao acionista Thiago Augusto Cordeiro, no montante total de R\$ 4.718,00 (quatro mil, setecentos e dezoito reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 24.939.146,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e seis reais) ações das seguintes espécies e classes: 24.939.136 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (iii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 24.939.146,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e seis reais), dividido em 24.939.146 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 24.939.136 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – Presidente da Mesa; Fernando Hamaoui – Secretário da Mesa.

REC SS Estado Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 19.028.793/0001-85 – NIRE 35.300.458.222

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da REC SS Estado Empreendimentos S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Estado, nº 5.460, Cambuci, CEP 01516-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 14.702.041,00 (quatorze milhões, setecentos e dois mil e quarenta e um reais) dividido em 14.702.041 (quatorze milhões, setecentos e dois mil e quarenta e um) ações, para R\$ 14.462.041,00 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quarenta e um reais), dividido em 14.462.041 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quarenta e um) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), mediante o cancelamento de 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, no montante total de R\$ 238.800,00 (duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais) e (ii) ao acionista Thiago Augusto Cordeiro, no montante total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 14.462.041,00 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quarenta e um reais), dividido em 14.462.041 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quarenta e um) ações das seguintes espécies e classes: 14.462.031 (quatorze milhões, sessenta e dois mil, trinta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (iii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 14.462.041,00 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quarenta e uma) ações das seguintes espécies e classes: 14.462.031 (quatorze milhões, sessenta e dois mil, trinta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – Presidente da Mesa; Fernando Hamaoui – Secretário da Mesa.

REC SS Augusta Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 29.639.997/0001-06 – NIRE 35.300.513.436

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da REC SS Augusta Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na R. Augusta, 435 – Consolação – São Paulo-SP, 01305-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 13.730.000,00 (treze milhões, setecentos e trinta mil reais), dividido em 13.730.000 (treze milhões, setecentos e trinta mil) ações, para R\$ 13.456.346,00 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais), dividido em 13.456.346 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 273.654,00 (duzentos e setenta e três mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais), mediante o cancelamento de 273.654 (duzentas e setenta e três mil, seiscentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, no montante total de R\$ 272.587,00 (duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais) e (ii) ao acionista Thiago Augusto Cordeiro, no montante total de R\$ 1.067,00 (um mil e sessenta e sete reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 13.456.346,00 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais), dividido em 13.456.346 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 13.456.336 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (iii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 13.456.346,00 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais), dividido em 13.456.346 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 13.456.336 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – Presidente da Mesa; Fernando Hamaoui – Secretário da Mesa.

REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 18.897.466/0001-05 – NIRE 35.300.458.176

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Rua Professor Luciano Prata, nº 90, Casa Verde, CEP 02510-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 11.774.640,00 (onze milhões, setecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), dividido em 11.774.640 (onze milhões, setecentos e setenta e quatro mil, seiscentas e quarenta) ações, para R\$ 11.574.640,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), dividido em 11.574.640 (onze milhões, quinhentas e setenta e quatro mil, seiscentas e quarenta) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante o cancelamento de 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, no montante total de R\$ 199.020,00 (cento e noventa e nove mil e vinte reais) e (ii) ao acionista Thiago Augusto Cordeiro, no montante total de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 11.574.640,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), dividido em 11.574.640 (onze milhões, quinhentas e setenta e quatro mil, seiscentas e quarenta) ações das seguintes espécies e classes: 11.574.630 (onze milhões, setecentas e cinquenta e quatro mil, seiscentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (iii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 11.574.640,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), dividido em 11.574.640 (onze milhões, quinhentas e setenta e quatro mil, seiscentas e quarenta) ações das seguintes espécies e classes: 11.574.630 (onze milhões, setecentas e cinquenta e quatro mil, seiscentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – Presidente da Mesa; Fernando Hamaoui – Secretário da Mesa.

REC SS Genebra Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 21.001.283/0001-66 – NIRE 35.300.471.687

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da REC SS Genebra Empreendimentos S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Genebra, nº 158, Bela Vista, CEP 01316-010 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 15.316.505,00 (quinze milhões, trezentos e dezesseis mil, quinhentos e cinco reais), dividido em 15.316.505 (quinze milhões, trezentas e dezesseis mil, quinhentas e cinco) ações, para R\$ 14.295.119,00 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil, cento e dezenove reais), dividido em 14.295.119 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil, cento e dezenove) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 1.021.386,00 (um milhão, vinte e uma mil, trezentas e oitenta e seis reais), mediante o cancelamento de 1.021.386 (um milhão, vinte e uma mil, trezentas e oitenta e seis) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, no montante total de R\$ 1.016.279,00 (um milhão, dezesseis mil, duzentos e setenta e sete reais) e (ii) ao acionista Thiago Augusto Cordeiro, no montante total de R\$ 5.107,00 (cinco mil, cento e sete reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 14.295.119,00 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil, cento e dezenove reais), dividido em 14.295.119 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil, cento e dezenove) ações das seguintes espécies e classes: 14.295.109 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil e cento e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (iii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 14.295.119,00 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil, cento e dezenove reais), dividido em 14.295.119 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil, cento e dezenove) ações das seguintes espécies e classes: 14.295.109 (quatorze milhões, duzentas e noventa e cinco mil e cento e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – Presidente da Mesa; Fernando Hamaoui – Secretário da Mesa.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Jaguaré SJ Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 15.159.831/0001-88 – NIRE 35.226.341.835
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Jaguaré SJ Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Gonçalo Madeira, 220, Bairro Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 37.736.576,00 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais), dividido em 37.736.576 (trinta e sete milhões, setecentas e trinta e seis mil, quinhentas e setenta e seis) ações, para R\$ 37.415.839,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentos e trinta e nove reais), dividido em 37.415.839 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentas e trinta e nove) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 320.737,00 (trezentos e vinte mil, setecentos e trinta e sete reais), mediante o cancelamento de 320.737 (trezentas e vinte mil, setecentas e trinta e sete) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 319.454,00 (trezentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 1.283,00 (um mil, duzentos e oitenta e três reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 37.415.839,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentos e trinta e nove reais), dividido em 37.415.839 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentas e trinta e nove) ações das seguintes espécies e classes: 37.415.829 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 37.415.839,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentos e trinta e nove reais), dividido em 37.415.839 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentas e trinta e nove) ações das seguintes espécies e classes: 37.415.829 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Marginal Direita Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 14.457.050/0001-07 – NIRE 35.300.451.155
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Marginal Direita Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 810, Via Anastácio, CEP 05118-100 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 19.414.705,00 (dezenove milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e cinco reais), dividido em 19.414.705 (dezenove milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentas e cinco) ações, para R\$ 19.279.705,00 (dezenove milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e cinco reais), dividido em 19.279.705 (dezenove milhões, duzentas e setenta e nove mil, setecentas e cinco) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) mediante o cancelamento de 135.000 (cento e trinta e cinco mil) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 134.460,00 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 540,00 (quinhentas e quarenta reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 19.279.705,00 (dezenove milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e cinco reais), dividido em 19.279.705 (dezenove milhões, duzentas e setenta e nove mil, setecentas e cinco) ações das seguintes espécies e classes: 19.279.695 (dezenove milhões, duzentas e setenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 19.279.705,00 (dezenove milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e cinco reais), dividido em 19.279.705 (dezenove milhões, duzentas e setenta e nove mil, setecentas e cinco) ações das seguintes espécies e classes: 19.279.695 (dezenove milhões, duzentas e setenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Mooca Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 19.974.361/0001-67 – NIRE 35.300.495.802
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Mooca Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Wilson, 3.116, Ipiranga, CEP 04220-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 21.207.773,28 (vinte e um milhões, duzentos e sete mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos) dividido em 21.207.773 (vinte e um milhões, duzentos e sete mil, setecentas e setenta e três) ações, para R\$ 20.843.213,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e treze reais), dividido em 20.843.213 (vinte milhões, oitocentas e quarenta e três mil, duzentas e treze) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 364.560,00 (trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais), mediante o cancelamento de 364.560 (trezentas e sessenta e quatro mil, quinhentas e sessenta) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 363.102,00 (trezentos e sessenta e três mil, cento e dois reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 1.458,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 20.843.213,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e treze reais), dividido em 20.843.213 (vinte milhões, oitocentas e quarenta e três mil, duzentas e treze) ações das seguintes espécies e classes: 20.843.203 (vinte milhões, oitocentas e quarenta e três mil, duzentas e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 20.843.213,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e treze reais), dividido em 20.843.213 (vinte milhões, oitocentas e quarenta e três mil, duzentas e treze) ações das seguintes espécies e classes: 20.843.213 (vinte milhões, oitocentas e quarenta e três mil, duzentas e treze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Morumbi Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 21.839.396/0001-35 – NIRE 35.300.478.134
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Morumbi Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, nº 5.400, Vila Andrade, CEP 05724-002 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 25.374.859,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais), dividido em 25.374.859 (vinte e cinco milhões, trezentas e setenta e quatro mil, oitocentas e cinquenta e nove) ações, para R\$ 24.249.738,00 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e oito reais), dividido em 24.249.738 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentas e trinta e oito) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 1.125.121 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, cento e vinte e cinco reais), mediante o cancelamento de 1.125.121 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, cento e vinte e cinco) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 1.119.495,00 (um milhão, cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 5.626,00 (cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 24.249.738,00 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e oito reais), dividido em 24.249.738 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentas e trinta e oito) ações das seguintes espécies e classes: 24.249.728 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 24.249.738,00 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e oito reais), dividido em 24.249.738 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentas e trinta e oito) ações das seguintes espécies e classes: 24.249.728 (vinte e quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil, setecentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Pinheiros Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 23.388.711/0001-80 – NIRE 35.300.484.045
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Pinheiros Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 613, Pinheiros, CEP 05419-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 12.206.400,00 (doze milhões, duzentos e seis mil e quatrocentos reais), dividido em 12.206.400 (doze milhões, duzentas e seis mil e quatrocentos) ações, para R\$ 11.518.716,00 (onze milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e dezesseis reais), dividido em 11.518.716 (onze milhões, quinhentas e dezoito mil, setecentas e dezesseis) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 687.684 (seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), mediante o cancelamento de 687.684 (seiscentas e oitenta e sete mil, seiscentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 684.246,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 3.438,00 (três mil, quatrocentos e trinta e oito reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 11.518.716,00 (onze milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e dezesseis reais), dividido em 11.518.716 (onze milhões, quinhentas e dezoito mil, setecentas e dezesseis) ações das seguintes espécies e classes: 11.518.706 (onze milhões, quinhentas e dezoito mil, setecentas e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 11.518.716,00 (onze milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e dezesseis reais), dividido em 11.518.716 (onze milhões, quinhentas e dezoito mil, setecentas e dezesseis) ações das seguintes espécies e classes: 11.518.706 (onze milhões, quinhentas e dezoito mil, setecentas e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Sabará Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 20.684.154/0001-57 – NIRE 35.300.469.992
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Sabará Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 209, Vila Sofia, CEP 04685-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 9.317.922,00 (nove milhões, trezentos e dezesseis mil, novecentos e vinte e dois reais) dividido em 9.317.922 (nove milhões, trezentas e dezesseis mil, novecentas e vinte e duas) ações, para R\$ 9.152.922,00 (nove milhões, cento e cinquenta e duas mil, novecentas e vinte e duas) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), mediante o cancelamento de 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 164.175,00 (cento e sessenta e quatro mil, cento e setenta e cinco reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 9.152.922,00 (nove milhões, cento e cinquenta e duas mil, novecentas e vinte e duas) ações dividido em 9.152.922 (nove milhões, cento e cinquenta e duas mil, novecentas e vinte e duas) ações das seguintes espécies e classes: 9.152.912 (nove milhões, cento e cinquenta e duas mil, novecentas e doze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 9.152.922,00 (nove milhões, cento e cinquenta e duas mil, novecentas e vinte e duas) ações dividido em 9.152.922 (nove milhões, cento e cinquenta e duas mil, novecentas e vinte e duas) ações das seguintes espécies e classes: 9.152.912 (nove milhões, cento e cinquenta e duas mil, novecentas e doze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Santo André Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 14.783.639/0001-03 – NIRE 35.300.451.147

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Santo André Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de Santo André, estado de São Paulo, na Avenida Dom Pedro II, 1.392, CEP 09080-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 22.191.602,00 (vinte e dois milhões, cento e noventa e um mil, seiscentos e dois reais) dividido em 22.191.602 (vinte e dois milhões, cento e noventa e uma mil, seiscentas e duas) ações, para R\$ 21.183.217,00 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e dezessete reais), dividido em 21.183.217 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentas e dezessete) ações sendo a redução, portanto, de R\$ 1.008.385,00 (um milhão, oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais), mediante o cancelamento de 1.008.385 (um milhão, oito mil, trezentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 1.004.351,00 (um milhão e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 4.034,00 (quatro mil e trinta e quatro reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 21.183.217,00 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e dezessete reais), dividido em 21.183.217 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentas e dezessete) ações das seguintes espécies e classes: 21.183.207 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentas e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 21.183.217,00 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e dezessete reais), dividido em 21.183.217 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentas e dezessete) ações das seguintes espécies e classes: 21.183.207 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, duzentas e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. **Mesa: Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Tatuapé Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 28.880.364/0001-22 – NIRE 35.300.509.641

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Tatuapé Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Celso Garcia, nº 4.638, Tatuapé, CEP 03064-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 18.700.000,00 (dezoito milhões e setecentos mil reais), dividido em 18.700.000,00 (dezoito milhões e setecentos mil) ações, para R\$ 18.213.678,00 (dezoito milhões, duzentos e treze mil, seiscentos e setenta e oito reais), dividido em 18.213.678 (dezoito milhões, duzentas e treze mil, seiscentas e setenta e oito) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 486.322,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e dois reais), mediante o cancelamento de 486.322 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentas e vinte e duas) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 486.127,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e vinte e sete reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 18.213.678,00 (dezoito milhões, duzentos e treze mil, seiscentos e setenta e oito reais), dividido em 18.213.678 (dezoito milhões, duzentas e treze mil, seiscentas e setenta e oito) ações das seguintes espécies e classes: 18.213.668 (dezoito milhões, duzentas e treze mil, seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 18.213.678,00 (dezoito milhões, duzentos e treze mil, seiscentos e setenta e oito reais), dividido em 18.213.678 (dezoito milhões, duzentas e treze mil, seiscentas e setenta e oito) ações das seguintes espécies e classes: 18.213.668 (dezoito milhões, duzentas e treze mil, seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. **Mesa: Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 26.227.955/0001-70 – NIRE 35.300.496.957

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.155, Vila Olímpia, CEP 04548-004 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 17.706.400,00 (dezesete milhões, setecentos e seis mil e quatrocentos reais), dividido em 17.706.400 (dezesete milhões, setecentas e seis mil e quatrocentas) ações, para R\$ 17.385.435,00 (dezesete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), dividido em 17.385.435 (dezesete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 320.965,00 (trezentos e vinte mil, novecentos e sessenta e cinco reais), mediante o cancelamento de 320.965 (trezentas e vinte mil, novecentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 320.869,00 (trezentos e vinte mil, oitocentos e sessenta e nove reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 96,00 (noventa e seis reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 17.385.435,00 (dezesete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), dividido em 17.385.435 (dezesete milhões, trezentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e cinco) ações das seguintes espécies e classes: 17.385.425 (dezesete milhões, trezentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 17.385.435,00 (dezesete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), dividido em 17.385.435 (dezesete milhões, trezentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e cinco) ações das seguintes espécies e classes: 17.385.425 (dezesete milhões, trezentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. **Mesa: Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Lapa Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 23.199.556/0001-54 – NIRE 35.300.484.126

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Lapa Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luiz Gatti, nº 603, Água Branca, CEP 05038-150 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 50.620.992,00 (cinquenta milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e noventa e dois reais), dividido em 50.620.992 (cinquenta milhões, seiscentas e vinte mil, novecentas e noventa e duas) ações, para R\$ 49.490.955,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco reais), dividido em 49.490.955,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 1.130.037,00 (um milhão, cento e trinta e sete reais), mediante o cancelamento de 1.130.037 (um milhão, cento e trinta e sete) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 1.125.517,00 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, quinhentos e dezessete reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 4.520,00 (quatro mil, quinhentos e vinte reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 49.490.955,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco reais), dividido em 49.490.955,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações das seguintes espécies e classes: 49.490.945 (quarenta e nove milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 49.490.955,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco reais), dividido em 49.490.955,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações das seguintes espécies e classes: 49.490.945 (quarenta e nove milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal." **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio. **Mesa: Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Thinkseg Seguradora S.A.
 CNPJ nº 30.525.981/0001-51 - NIRE 35.300.563.19-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Setembro de 2023. Às 18h

1. Data, hora e local: realizada às 18h do dia 14 de setembro de 2023, na sede social da THINKSEG SEGURADORA S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, 2114, Jardim América, CEP 01.427-002 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** a convocação foi dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. Andre Marino Gregori, que convidou a Srta. Nathalia Domingues Bellacosa, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) a alteração do endereço da sede da Companhia e, consequentemente, a alteração do caput do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; (ii) o aumento do capital social da Companhia e, consequentemente, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** instalada a assembleia, os acionistas deliberaram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições ou reservas: (i) aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, para a Rua Gomes de Carvalho, 1507, Bloco A, 4º Andar, Sala 10B, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005. Em face da deliberação tomada acima, o caput do Artigo 2º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1507, Bloco A, 4º Andar, Sala 10B, Vila Olímpia, CEP 04.547-005." (ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de forma que o capital social, totalmente subscrito e a ser integralizado em 8 (oito) meses, passa a ser de R\$ 1.470.000,00 (um milhão e quatrocentos e setenta mil reais). Em face da deliberação tomada acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais), dividido em 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (iii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo as deliberações tomadas nos termos dos itens "(i)" e "(ii)" acima, conforme Anexo I da presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia geral ordinária, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário que, depois de lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Acionista Presente:** Think Holding Ltda., Certificamos que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 14 de setembro de 2023. **Andre Marino Gregori** - Presidente; **Nathalia Domingues Bellacosa** - Secretária; **Acionista:** Think Holding Ltda. - Andre Marino Gregori. **Visto do Advogado:** Larissa Almeida - OAB/SP nº 468.150. **Estatuto Social Consolidado - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto, Duração, Artigo 1º -** A Thinkseg Seguradora S.A. é uma sociedade anônima ("Companhia") que se rege pelo presente Estatuto Social e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1507, Bloco A, 4º Andar, Sala 10B, Vila Olímpia, CEP 04.547-005. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar sucursais, filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou do exterior, em conformidade com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), fixando, para os fins legais, o capital de cada uma delas, a ser destacado do capital social. **Artigo 3º -** A Companhia tem prazo de duração determinado de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo ou conforme definido no artigo 4º, inciso I combinado com artigos 37 e 38, ambos da Resolução CNSP nº 381/2020, o que ocorrer por último. **Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto social a realização de operações de seguros de danos, tais como definidos na legislação em vigor, em todo o território nacional. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais), dividido em 1.470.000,00 (um milhão e quatrocentos e setenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Artigo 6º -** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos, da Lei 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da ata da respectiva assembleia. **Artigo 7º -** Os acionistas que não exercerem o direito de preferência serão considerados desistidos e os seus direitos serão extintos, sob pena de decadência. **Capítulo III - Da Administração - Artigo 7º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, com os poderes e atribuições conferidos por lei e por este Estatuto Social. **Artigo 8º -** A Diretoria será composta de, no mínimo, 02 (dois) membros, acionistas ou não, sendo: 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor Vice-Presidente e 01 (um) Diretor Responsável pela participação no Sandbox Regulatório, todos eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo permitida a destituição antes do término do mandato. **Parágrafo Único -** Os diretores poderão acumular, no máximo, 03 (três) dos cargos específicos referidos no caput. **Artigo 9º -** Os diretores serão investidos em seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, independentemente de caução, como permitido por lei, e cada diretor se sujeitará aos deveres e responsabilidades impostos por lei e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo 1º -** Ao final de seus mandatos, os diretores permanecerão em seus cargos até que os novos diretores tomem posse, ou a Assembleia Geral modifique o período de vigência da Companhia, se assim for permitido pela SUSEP. **Parágrafo 2º -** O valor global destinado à remuneração dos membros da Diretoria será fixado pela Assembleia Geral e o critério de sua distribuição ficará a cargo dos Diretores, conforme estes venham a decidir em reunião da Diretoria. **Artigo 10º -** No caso de vacância ou de impedimento temporário do cargo de Diretor, a Diretoria designará um substituto. **Parágrafo 1º -** No caso de impedimento temporário, o substituto substituirá o licenciado pelo prazo do afastamento. **Parágrafo 2º -** No caso de vacância, o substituto completará o mandato do substituído. **Artigo 11 -** Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer diretor, a Assembleia Geral indicará um dentre os demais diretores para desempenhar as funções do diretor ausente ou impedido pelo tempo de mandato que faltar ao diretor substituído ou elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor ausente ou impedido. **Artigo 12 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, caberá ao Diretor Presidente decidir sobre a matéria. **Parágrafo 1º -** As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, através de carta registrada, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião em que comparecer a totalidade dos diretores. **Parágrafo 2º -** As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de, pelo menos, 2 (dois) Diretores. **Parágrafo 3º -** Um Diretor poderá fazer-se representar nas reuniões por outro Diretor, e poderá votar por carta, e-mail ou procuração. Os diretores que enviarem seus votos ou se fizerem representar, na forma supra, serão considerados presentes à reunião. **Parágrafo 4º -** Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes. **Artigo 13 -** A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social e que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral. **Artigo 14 -** Compete ao Diretor Presidente: a) convocar e presidir as Assembleias Gerais; b) convocar as reuniões da Diretoria, coordenando a ação desta; c) formular a estratégia de negócios e gerenciamento de sua implementação, dirigindo os negócios da Companhia e fixando as normas gerais a serem observadas pela Diretoria; d) executar e dar cumprimento à política de administração da Companhia; e) organizar os serviços da Companhia, prover seus cargos e funções; f) elaborar, com os demais Diretores, o relatório anual da administração; e g) fixar os critérios básicos da administração do pessoal. **Artigo 15 -** Compete ao Diretor Responsável pela participação no Sandbox Regulatório responder pelo relacionamento com a SUSEP, prestando, em conjunto com outros diretores, todas e quaisquer informações que venham a ser solicitadas e/ou exigidas. **Artigo 16 -** Observado o disposto no artigo 17 deste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigada-se-á: (a) pela assinatura isolada do Diretor Presidente; (b) pela assinatura de 1 (um) diretor em conjunto com a assinatura de 1 (um) procurador devidamente constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos; (c) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores devidamente constituídos para representar a Companhia, desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos; ou (d) pela assinatura isolada de qualquer 1 (um) dos diretores ou de 1 (um) procurador devidamente constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos, ficando, porém, ressalvado que tal representação individual da Companhia será limitada à prática de atos de rotina perante repartições públicas, inclusive a Receita Federal do Brasil, suas delegacias, inspetorias, postos, agências e outras autarquias. **Parágrafo Único -** As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelo Diretor Presidente e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação judicial ou em procedimentos administrativos, terão prazo de validade determinado e vedarão o substabelecimento. **Artigo 17 -** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por diretores, por procuradores ou por empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pela Assembleia Geral. **Artigo 18 -** É vedado aos membros da Diretoria exercer funções administrativas em outras sociedades, ressalvadas as empresas integrantes do grupo empresarial do qual a Companhia faz parte. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral - Artigo 19 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano e, extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria. **Artigo 20 -** A Assembleia Geral, convocada e instalada com observância das formalidades legais, será presidida pelo Diretor Presidente, que convidará um dos presentes para servir como Secretário. **Artigo 21 -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 22 -** O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes e será instalado apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for solicitado por acionistas, na forma e condições previstas em lei. **Parágrafo Único -** Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, competência, deveres, prazo de mandato e remuneração estabelecidos pela lei. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros - Artigo 23 -** O exercício social terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras previstas em lei deverão ser elaboradas ao final de cada exercício social, e deverão incluir uma proposta de alocação para o lucro líquido do exercício. **Artigo 24 -** Previamente a qualquer deliberação acerca da alocação de lucros, quaisquer perdas ou provisões de impostos deverão ser deduzidas do resultado anual. Quaisquer perdas no exercício deverão ser absorvidas pelos lucros acumulados, pela reserva de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. **Parágrafo 1º -** O lucro líquido apurado no exercício, após as deduções previstas no caput deste Artigo 24, deverá ser alocado da seguinte maneira: a. 0,5% (cinco por cento) para reserva legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. A constituição da reserva legal deverá ser dispensada em qualquer exercício social em que montante da reserva, quando adicionado às demais reservas; b. de capital previstas no parágrafo primeiro do Artigo 182 da Lei 6.404/76, exceda 30% (trinta por cento) do capital social; e c. 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, depois de deduzidos os montantes referidos no parágrafo anterior, deverá ser alocado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. **Parágrafo 2º -** Após as deduções previstas no caput deste Artigo 24 e as destinações previstas nos itens (a) e (b) do parágrafo 1º, até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido do exercício será alocado para a Reserva de Investimentos, até o limite máximo permitido por lei, exceto se de outra maneira deliberado pelos acionistas. O propósito da Reserva de Investimentos deverá ser prover fundos que garantam investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia. Os fundos da Reserva de Investimentos deverão ser utilizados conforme determinação da Assembleia Geral. Quando a Assembleia Geral entender que o valor da Reserva de Investimentos é suficiente, poderá determinar (i) a distribuição do excesso para os acionistas; ou (ii) a sua capitalização, mediante aumento de capital social, sem a necessidade de emissão de novas ações. **Parágrafo 3º -** Os Dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se às correções monetárias e/ou juros somente quando a Assembleia Geral o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 03 (três) anos contados de sua disponibilização aos acionistas deverão ser revertidos em favor da Companhia. **Artigo 25 -** Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais e pagar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado em referidos balanços; e/ou (ii) pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 1º -** Dividendos distribuídos em conformidade com as disposições deste Artigo deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório referido no Artigo 24 deste Estatuto Social. **Parágrafo 2º -** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio e alocar este montante ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação em vigor. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 26 -** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, sendo que a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e a condução da Companhia durante o período de liquidação seguirão as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 27 -** Nas hipóteses de retirada, exclusão, morte de acionista pessoa física ou de falência de qualquer dos acionistas, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo nela seus sucessores, a não ser que estes, de comum acordo com os acionistas remanescentes, resolvam liquidá-la. **Artigo 28 -** Os casos omissos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 29 -** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir sobre quaisquer dúvidas oriundas ou relacionadas ao presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Acionista:** Think Holding Ltda. - Andre Marino Gregori. Jucesp nº 408.230/23-0 em 16/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

